



Relatório e Contas Consolidado

2012



Juntos com Futuro |

I.	Introdução	5
1.	Órgãos Sociais	5
	Assembleia Geral	5
	Conselho de Administração	5
	Conselho Fiscal	5
	Revisor Oficial de Contas	5
2.	Órgãos Diretivos	6
3.	Publicação do Relatório e Contas	6
II.	Enquadramento Macroeconómico	8
1.	Conjuntura Internacional	8
2.	Conjuntura Nacional	11
III.	Mercado Segurador	16
IV	Apresentação do perímetro de consolidação	21
V.	Atividade das Empresas Integrantes nas Contas da Consolidadas em 2012	23
1.	Empresa – Mãe: Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	23
2.	Empresas do Grupo	25
2.1.	Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A.	25
2.2.	Refundos Soc. Gestora de Fundos de Investimentos Imobiliários, S.A.	26
3.	Eurovida Consolidado	27
4.	Gestão de Risco e Controlo Interno	28
VI.	Perspetivas Futuras	30
VII.	Considerações Finais	32
VIII.	Anexo ao Relatório do Conselho de Administração	34

Índice

Demonstrações Financeiras Consolidadas 2012	35
Conta de Ganhos e Perdas Consolidada em 2012	35
Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de dezembro de 2012	37
Demonstração de Alterações de Capital Próprio Consolidada em 31 de dezembro de 2012	39
Demonstração de Alterações de Capital Próprio Consolidada em 31 de dezembro de 2011	40
Demonstração de Rendimento Integral Consolidada	41
Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidada	42
Anexo à Demonstração da Posição Financeira e à Conta de Ganhos e Perdas Consolidado de 2012	44
Outros Anexos	161
Anexo 1 – Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros	161
Anexo 2 – Desenvolvimento da Provisão para Sinistros relativa a Sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus Reajustamentos (Correções)	171
Anexo 3 – Discriminação dos custos com sinistros	172
Anexo 4 – Discriminação de alguns valores por ramos	173
Certificação Legal de Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	175
Certificação Legal de Contas	175
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	177

RELATÓRIO DO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
2012

I. Introdução

Nos termos da Lei, vem o Conselho de Administração apresentar o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Eurovida - Companhia de Seguros de Vida, S.A. referentes ao exercício de 2012.

1. Órgãos Sociais

Assembleia Geral

Presidente

Francisco Nunes de Matos Sá Carneiro

Secretário

Tito Luís Arantes Fontes

Conselho de Administração

Presidente

Luís Eduardo da Silva Barbosa

Administrador Delegado

Francisco José Ribeiro Valério

Vogais

Rui Manuel Morganho Semedo

José Manuel Piñero Becerra

Hugues Victor Albert Pfyffer

Carlos Miguel de Paula Martins Roballo

Rafael Galan Mas

Conselho Fiscal

Presidente

António Manuel Mendes Barreira

Vogais

Vítor Paulo Paranhos Pereira

Pedro Miguel Marques Rebelo Pinto

Revisor Oficial de Contas

PriceWaterhouseCoopers – SROC, LDA.

Representada por Carlos Manuel Sim Sim Maia

e Jorge Manuel Santos Costa (Suplente)

2. Órgãos Diretivos

Direção de Negócio de Risco

Paulo Jorge Simões dos Reis

Direção de Negócio Financeiro

José Eduardo Toscano Bonito

Direção de Marketing Operacional

Maria Isabel Garcia de Sousa Ferreira Teixeira de Figueiredo

Direção Comercial

Carlos Manuel Caras Altas Rocha

Direção Administrativa

António Fernando Baguinho Pinto

Direção Informática

Carlos Manuel Lopes Marques

Gabinete de Gestão de Riscos e Auditoria

Elsa Maria Bernardes Beato Correia

Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão

Andreia Micaela Sepúlveda Pires Coelho

3. Publicação do Relatório e Contas

Sítio Corporativo: www.eurovida.pt

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

II. Enquadramento Macroeconómico

1. Conjuntura Internacional

Em 2012, a atividade económica mundial voltou a registar um abrandamento refletindo, contudo, ritmos de crescimento bastante diferenciados nas diferentes regiões do globo. Estas duas diferentes velocidades de evolução das economias durante a recuperação económica contrastaram com o elevado grau de sincronização observado na recessão após o início da crise financeira em 2008. De acordo com o *outlook* de janeiro de 2013 do Fundo Monetário Internacional (FMI), o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) das economias avançadas manteve-se fraco, situando-se em 1,3 por cento em 2012, menos 0,3 pontos percentuais (p.p.) do que em 2011. A desaceleração da atividade económica foi particularmente marcada nas economias da Europa central e de leste, mais expostas aos desenvolvimentos na Zona Euro por via das ligações comerciais e financeiras.

O abrandamento da atividade económica mundial e o elevado grau de incerteza traduziram-se numa desaceleração significativa dos fluxos de comércio em 2012, onde o volume de comércio de bens e serviços cresceu 2,8 por cento no conjunto do ano, o que compara com 5,9 por cento em 2011, de acordo com dados disponibilizados pelo FMI. Em particular, o ritmo de crescimento das importações das economias avançadas reduziu-se substancialmente, de 4,6 por cento em 2011 para 1,2 por cento em 2012. As economias de mercado emergentes, ficaram marcadas também por um menor dinamismo das importações, as quais cresceram 6,1 por cento em 2012 (8,4 por cento em 2011).

Neste contexto, e dada a diminuição da taxa de utilização dos fatores produtivos nas economias avançadas, segundo o *outlook* de janeiro 2013 do FMI, em 2012 assistiu-se a uma redução do crescimento médio anual dos preços no consumidor nas economias avançadas, de 2,7 por cento em 2011 para 2,0 por cento em 2012. Nas economias de mercado emergentes e em desenvolvimento, a inflação permaneceu elevada em 2012 (6,1 por cento), apesar da redução de 1,1 p.p. face a 2011.

Após crescimentos significativos em 2010 e 2011, os preços internacionais das matérias-primas registaram uma desaceleração em 2012. Dado o abrandamento da procura das principais economias avançadas e emergentes, os preços internacionais da generalidade das matérias-primas não energéticas registaram uma diminuição em 2012, traduzindo-se numa queda em termos homólogos. No terceiro trimestre, esta tendência foi de certo modo atenuada por uma trajetória ascendente dos preços internacionais dos cereais, resultante dos efeitos de condições meteorológicas adversas nos Estados Unidos, que registaram no verão de 2012 a maior seca dos últimos 50 anos.

No que respeita aos preços internacionais do petróleo, a evolução em 2012 divergiu da tendência de queda dos preços das restantes matérias-primas. De facto, os preços do petróleo exibiram alguma volatilidade ao longo do ano, tendo registado um aumento no primeiro trimestre, que foi totalmente revertido nos três meses seguintes. Posteriormente, os preços voltaram a aumentar situando-se em meados de outubro num nível cerca de 5 por cento acima do observado no final de 2011 e mantendo-se estável durante os 3 últimos meses de 2012. Numa perspetiva de curto prazo, e dado o abrandamento da procura à escala mundial, este comportamento tem traduzido em larga medida perturbações do lado da oferta associadas às tensões geopolíticas existentes no Médio Oriente, com destaque para as implicações decorrentes do embargo da União Europeia às importações de petróleo do Irão – o terceiro maior exportador a nível mundial – em vigor desde julho de 2012.

Os mercados financeiros internacionais foram caracterizados por uma elevada volatilidade resultante de flutuações consideráveis na aversão ao risco que decorreram da crise da dívida soberana na Zona Euro e da incerteza quanto à capacidade de resposta das autoridades. Com os principais índices acionistas mundiais a registarem ganhos expressivos em 2012, assistiu-se nos Estados Unidos a uma valorização dos índices S&P-500 e Nasdaq-100 em +12,8 por cento e +15,4 por cento, respetivamente. Na Europa, os índices Stoxx-600 e EuroStoxx-50 subiram 14,3 por cento e 13,5 por cento, respetivamente. Destaque para o índice alemão DAX-30, que valorizou 28,8 por cento, beneficiando do bom desempenho da economia Alemã, relativamente às suas congéneres europeias, muito assente na competitividade do setor exportador. Estes ganhos, contudo, foram mais concentrados no segundo semestre, após os anúncios do BCE e do FED de que iriam fazer tudo para conter os riscos de contágio da crise financeira europeia.

Com efeito, as medidas anunciadas de que na Europa, a compra de dívida pública nos mercados secundários, com recursos ao Mecanismo de Estabilidade Europeu (MEE), sem tratamento preferencial relativamente aos restantes credores e o acordo alcançado sobre a supervisão bancária europeia sob a égide do BCE; e, nos Estados Unidos, a terceira fase de *quantitative easing*, permitiram uma significativa diminuição da incerteza e da perceção dos riscos financeiros globais associados à dívida soberana e, como tal, a recuperação das bolsas.

Ao nível das taxas de juro do mercado monetário, na última reunião sobre política monetária do ano, a FED reiterou a intenção de manter a taxa de juro de diretora nos atuais 0.25 por cento, valor mínimo histórico. Na Zona Euro, também o BCE manteve inalterada a taxa de juro, nos 0.75 por cento. Porém, ao contrário do congénere norte-americano, o BCE abriu a possibilidade de reduzir novamente a taxa de juro, visando fomentar o crescimento económico, num contexto de reduzidas pressões inflacionistas. As taxas Euribor a 1 e 12 meses fixavam-se nos 0,109 por cento e 0,542 por cento, respetivamente, menos 91 e 140 bps do que no início de 2012. Nos prazos mais longos, as taxas *swap* a 5 e 10 anos situavam-se nos 0,80 por cento e 1,62 por cento, respetivamente.

Indicadores	2012 (a)	2011	2010
Produto Interno Bruto (b)			
Zona Euro	-0,4	1,4	1,9
União Europeia (EU 27)	-0,2	1,6	2,0
EUA	2,3	1,8	3,0
Mundo	3,2	3,9	5,2
Taxa de inflação (IHPC) – Zona Euro	2,5	2,7	1,6
Preço do petróleo (brent USD/bbl)	111,58	110,82	76,2
Euribor a 3 meses (média anual)	0,58	1,39	0,8
Taxa de Câmbio (EUR/USD)	1,319	1,294	1,31

Fontes: Banco de Portugal, Ministério das Finanças e INE – Instituto Nacional de Estatística.

Notas: (a) Estimativa; (b) Variação real.

A atividade económica na Zona Euro e Reino Unido deteriorou-se de forma marcada durante 2012. Segundo o FMI, as duas zonas registaram contrações de 0,4 e 0,2 por cento do PIB, respetivamente, no

conjunto do ano, comparando com crescimentos de 1,4 e 0,9 por cento em 2011, respetivamente. Para esta evolução terão contribuído uma série de fatores como o processo de consolidação orçamental em curso em vários países europeus, a manutenção de condições financeiras desfavoráveis e a deterioração marcada do sentimento económico.

É de assinalar o contágio da fraqueza da atividade económico dos países da Zona Euro que registam tensões nos mercados de dívida soberana, às restantes economias da área do euro, nomeadamente através da diminuição da confiança das famílias e empresas. De acordo com os inquéritos de confiança da Comissão Europeia, a evolução desfavorável observada no conjunto da Zona Euro no terceiro trimestre foi determinada, em larga medida, por uma deterioração abrupta da confiança na Alemanha, França, Áustria e Finlândia o que se refletiu numa desaceleração da atividade económica na segunda metade de 2012. Tal deterioração foi, especialmente, visível no caso dos consumidores e dos empresários do setor dos serviços. Nos países sob pressão, registou-se igualmente uma diminuição da confiança, mas menos acentuada, dados os níveis já bastante reduzidos que estes indicadores tinham atingido.

Com a diminuição da confiança dos consumidores na generalidade dos países pertencentes à área do euro, assistiu-se assim durante 2012 a uma redução significativa do contributo da procura interna para o crescimento do PIB no período após a crise financeira, especialmente nos países da Zona Euro que registaram tensões nos mercados de dívida soberana. Quando ao Reino Unido, o ritmo de crescimento da procura interna aumentou ligeiramente.

A desaceleração da atividade económica de 2012 foi assim comum à generalidade dos países da área do euro, embora os ritmos de crescimento do conjunto do ano sejam bastante diferentes. Analisando as maiores economias, em Espanha verificou-se uma contração do PIB em 1,4 por cento (+0,4 por cento em 2011), na França uma expansão de apenas 0,2 por cento (1,7 por cento em 2011), na Alemanha uma evolução positiva de 0,9 por cento (3,1 por cento em 2011) e a maior queda de todos a registar-se na Itália com -2,1 por cento (0,4 por cento em 2011). Em linha com a contração da atividade, as condições do mercado de trabalho agravaram-se consideravelmente, prevendo-se um aumento significativo do desemprego, em particular nas economias em ajustamento. Persiste assim na área do euro, dúvidas quanto à disponibilidade das autoridades nacionais para implementar as políticas necessárias para a resolução da crise da dívida soberana e quanto à capacidade de cumprimento das metas orçamentais em alguns países, num quadro de fraco crescimento económico.

Nos Estados Unidos da América (EUA), a atividade económica em 2012 continuou a recuperar, embora a um ritmo inferior ao registado no passado, claramente insuficiente para melhorar de forma clara a situação no mercado de trabalho. Apesar de uma queda excecionalmente elevada em termos históricos durante a recessão de 2009, o emprego tem registado um crescimento muito moderado quando comparado com o crescimento médio em recuperações anteriores. Em contraste com a Zona Euro e de uma forma preocupante, o processo de consolidação orçamental prosseguiu a um ritmo mais lento, sendo necessário um maior esforço no médio prazo para atingir os objetivos de redução do défice para os níveis desejados. E tem sido efetivamente a orientação futura da política orçamental a principal fonte de incertezas, para o qual não ajudou a cessação de uma série de medidas de estímulo à economia no final de 2012, bem como os cortes automáticos na despesa previstos para o início de 2013 e a ausência de uma resposta credível das autoridades norte-americanas a todo este problema.

Num quadro de menor procura por parte das economias avançadas, as economias de mercado emergentes e em desenvolvimento registaram também um menor dinamismo, apesar dos países asiáticos terem mantido um crescimento robusto, tendo o PIB da China aumentado 7,8 por cento em termos homólogos reais (9,3 por cento em 2011). O FMI aponta, ainda assim, para um crescimento das economias emergentes no conjunto do ano de 5,1 por cento em 2012, face a 6,3 por cento em 2011.

2. Conjuntura Nacional

O ano de 2012 voltou a ser marcado pela continuação do processo de ajustamento da economia portuguesa, enquadrado pelo programa de assistência económica e financeira. Este é o terceiro episódio de ajustamento da economia portuguesa a desequilíbrios económicos graves nas últimas quatro décadas, observando-se significativas perdas de produto e emprego, acentuados pela crise económica e financeira internacional. A evolução da economia portuguesa em 2012 decorreu num contexto de restritividade das condições monetárias e financeiras e de manutenção da orientação contracionista da política orçamental. Neste quadro, observou-se uma deterioração da posição cíclica da economia portuguesa, caracterizada por uma forte quebra do produto e por um significativo aumento do desemprego.

Ao longo do ano de 2012 as autoridades europeias encetaram esforços no sentido de reduzir o nível de incerteza e promover a recuperação da atividade económica. O recrudescimento das tensões no segundo trimestre de 2012, em especial a relação estreita entre o risco soberano e dos bancos na área do euro, evidenciou a necessidade de adoção de medidas adicionais para restaurar a confiança dos investidores. Neste contexto, são de destacar as decisões do Conselho Europeu no sentido de criar uma União Bancária e a declaração de disponibilidade do BCE para, no âmbito do seu mandato, realizar as intervenções necessárias à preservação do euro. A estes desenvolvimentos acresceu o anúncio de um novo programa de transações nos mercados secundários de obrigações soberanas.

Em 2012, a taxa de inflação em Portugal, medida pela variação média do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), situou-se em 2,8 por cento, representando um decréscimo de 0,8 pontos percentuais em relação ao valor observado em 2011. A deterioração da posição cíclica da economia portuguesa manifestou-se também na subutilização dos fatores produtivos, introduzindo pressões descendentes nos preços dos bens e nos custos do trabalho. A taxa de variação média do IHPC desacelerou em 2012, apesar do aumento da tributação indireta, evolução que se acentuará em 2013. Por seu turno, os custos unitários do trabalho apresentaram uma nova redução em 2012, resultado do aumento da produtividade e de uma diminuição significativa das remunerações, para a qual contribuiu o setor das administrações públicas. Para 2013 espera-se uma relativa estabilização dos custos unitários do trabalho. Em termos relativos, a diminuição destes custos nos últimos anos implicou a correção da moderada apreciação real acumulada desde o início da participação na área do euro. Este é um dos canais de recuperação da competitividade externa da economia portuguesa no curto prazo, que complementa os ganhos de competitividade assentes na continuação do processo de reestruturação da atividade produtiva. A gestão da dinâmica do processo de ajustamento da economia portuguesa coloca importantes desafios de política. Uma eventual moderação da intensidade do esforço de ajustamento, designadamente ao nível orçamental, está condicionada pela garantia de condições de financiamento para a economia portuguesa e implica uma maior acumulação de dívida, agravando as suas condições de sustentabilidade.

Em interligação com os elevados custos decorrentes do agravamento da posição cíclica, observaram-se progressos no processo de ajustamento, designadamente ao nível do reequilíbrio do saldo da balança corrente e de capitais, com um crescimento das exportações e uma forte redução das importações.

Por outro lado, a perceção de risco dos investidores internacionais relativamente à economia portuguesa mostrou alguns sinais de melhoria. A evolução das exportações decorreu num contexto de elevada incerteza e deterioração da atividade económica nos principais parceiros comerciais de Portugal, sendo assinalável a existência de fortes ganhos de quota de mercado. Por seu turno, a redução das importações refletiu a evolução da procura global, observando-se uma melhoria muito substancial do saldo da balança corrente e de capitais, traduzida num superavit estimado para 2013.

Apesar de tudo, o abrandamento da procura interna nos principais parceiros comerciais de Portugal, traduziu-se numa diminuição das importações de bens e serviços destas economias. Neste contexto, o crescimento da procura externa dirigida à economia portuguesa reduziu-se significativamente, de 3,4 por cento em 2011 para 0,3 por cento em 2012, refletindo em larga medida uma redução das importações da área do euro. A desaceleração da procura externa é particularmente adversa no contexto atual em que, devido ao processo de ajustamento, a economia portuguesa depende mais do que habitualmente das exportações como motor de crescimento da procura global.

Indicadores	2012 (a)	2011	2010
Produto Interno Bruto (b)	-3,0	-1,6	1,3
Consumo Privado (b)	-5,5	-3,8	2,2
Consumo Público (b)	-4,5	-4,3	1,8
Formação Bruta de Capital Fixo (b)	-14,4	-10,7	-5,0
Exportações de bens e serviços (b)	4,1	7,2	8,8
Importações de bens e serviços (b)	-6,9	-5,9	5,2
Balança Corrente (% do PIB)	-0,1	-5,2	-8,9
Dívida pública (% do PIB)	122,5	107,2	93,0
Taxa de desemprego	15,7	13,6	10,8
Taxa de Inflação (IHPC)	2,8	3,6	1,4

Fontes: Banco de Portugal, Ministério das Finanças e INE – Instituto Nacional de Estatística.

Notas: (a) Estimativa; (b) Variação real.

As condições monetárias e financeiras na economia portuguesa permaneceram restritivas em 2012, num quadro de perturbações na transmissão da política monetária na Zona Euro e de ajustamento estrutural na economia. A oferta de crédito continuou a ser condicionada por um elevado nível de aversão ao risco por parte dos bancos, num contexto de elevada incerteza, alto nível de endividamento e deterioração da situação financeira das empresas e dos particulares. Adicionalmente, o custo de financiamento dos bancos manteve-se elevado, embora as taxas de juro dos depósitos tenham começado a reduzir-se, beneficiando do impacto das medidas não convencionais de política monetária do BCE. Desta forma, a situação de liquidez dos bancos melhorou substancialmente. Existem indícios de que o aumento da restritividade dos critérios de concessão de crédito começou a ser mitigado no decurso de 2012, embora com grande heterogeneidade entre as empresas. As grandes empresas e as empresas exportadoras

mantiveram o acesso ao crédito interno ou encontraram fontes alternativas de financiamento a um custo inferior à média, enquanto as pequenas e médias empresas continuaram a enfrentar dificuldades de financiamento.

No decurso de 2012 prosseguiu a desalavancagem do sistema bancário. O ajustamento do balanço dos bancos assentou num forte aumento dos fundos próprios, o que constitui um fator muito importante para aumentar a sua resiliência a choques negativos e particularmente relevante no contexto do ajustamento dos desequilíbrios da economia. Adicionalmente, registou-se um aumento do financiamento junto do Eurosistema que foi, no entanto, dominado pelo comportamento dos bancos estrangeiros residentes em Portugal. Os depósitos de particulares, embora continuando a crescer de forma significativa, evidenciaram um abrandamento ao longo do ano, que era em larga medida esperado dado que o forte crescimento anterior decorreu de ajustamentos de carteira. Simultaneamente, ocorreu uma redução muito significativa do endividamento dos bancos nos mercados internacionais, com um elevado volume de vencimentos e de recompra de obrigações próprias, a par da contínua queda do financiamento por parte de instituições de crédito não residentes. Do lado do ativo, o processo de desalavancagem assentou numa redução do crédito a não residentes, acentuando-se a redução do crédito ao setor privado residente, enquanto o financiamento ao setor público registou um aumento importante. Por seu turno, a desalavancagem do setor empresarial é ainda bastante moderada em termos agregados, devendo prosseguir no longo prazo, beneficiando, em particular, da recuperação do crescimento económico. Neste contexto, o reforço da capitalização das empresas e a procura por fontes de financiamento alternativas revelam-se essenciais.

A orientação contracionista da política orçamental e as condições de financiamento restritivas, conjugadas com expectativas desfavoráveis quanto à evolução da atividade e do mercado de trabalho, a perceção de uma redução do rendimento permanente e a constituição de poupanças por motivos de precaução justificaram uma forte redução do consumo das famílias, tanto nos bens duradouros como no consumo corrente. Adicionalmente, as expectativas de redução na procura interna, o elevado nível de incerteza e a restritividade das condições monetárias e financeiras contribuíram para a manutenção de um desempenho negativo no investimento, que se manterá em 2013. Num cenário em que prevalecem elevados níveis de endividamento nas empresas, as restrições de financiamento poderão revelar-se um fator limitativo da recuperação da atividade, prejudicando a recuperação do investimento produtivo, em particular se incidirem desproporcionadamente nas novas empresas e em projetos inovadores.

A política orçamental portuguesa manteve em 2012 uma orientação contracionista e pró-cíclica, que deverá prosseguir no próximo ano. O cumprimento dos objetivos de redução do défice orçamental é condição essencial para assegurar o regular financiamento da economia portuguesa e travar a dinâmica de crescimento do rácio da dívida pública. A composição do processo de correção orçamental é uma matéria importante. A opção pelo aumento das receitas como modo de atingir as metas orçamentais reduz o volume de recursos disponíveis no setor privado, com consequências adversas sobre as decisões de investimento e o crescimento económico futuro. Adicionalmente, o aumento da tributação tem um impacto negativo por via das distorções impostas nos mercados, agravando ineficiências na utilização dos recursos produtivos. A estratégia de consolidação orçamental deve passar por uma redução da despesa pública. Esta redução implica um melhoramento da gestão em áreas onde exista ineficiente utilização dos recursos públicos - limitando-se assim as intervenções de carácter transversal, de forma a não colocar em causa o funcionamento de áreas consideradas fundamentais - bem como uma identificação das áreas onde o retorno social é relativamente mais baixo. Neste enquadramento, uma estratégia de consolidação orçamental sustentável deve assentar em opções quanto às áreas de intervenção primordial do Estado, num contexto de cooperação institucional e diálogo social.

A consolidação e ajustamento para uma macroeconomia portuguesa sustentada e equilibrada a longo prazo requerem uma base estrutural assente no aumento tendencial da produtividade. No entanto, o continuado agravamento da posição cíclica da economia pode ter um impacto negativo no crescimento potencial. Este risco consubstancia-se, por exemplo, numa continuada redução do nível do *stock* de capital, na depreciação do capital humano dos trabalhadores desempregados e na emigração de jovens qualificados.

Nestas condições, um ajustamento orçamental que contribua para o crescimento potencial da economia é inadiável. O reforço do consenso social em torno das linhas orientadoras do processo de ajustamento é condição fundamental para a manutenção da credibilidade junto dos mercados financeiros internacionais e das autoridades internacionais e, conseqüentemente, para o sucesso do programa de ajustamento. A promoção do crescimento económico, assente na dinâmica das exportações, protagonizada pelo setor privado e beneficiando do papel catalisador do setor público, poderá constituir um importante fator agregador.

MERCADO
SEGURADOR

III. Mercado Segurador

Depois da contração registada em 2011, de -28,7%, o setor segurador português viveu em 2012 um novo ano de contração da produção de seguro direto de -5,3%, que recuando mesmo a volumes apenas superiores aos verificados em 2004.

O Mercado Segurador Vida, no exercício de 2012, apresentou um decréscimo face ao ano transato, mantendo contudo a sua posição de liderança no mercado segurador. O volume de prémios de seguro direto, do ramo Vida, emitidos em Portugal, apresentou um decréscimo de -6,9% (em 2011 assistiu-se a um decréscimo de -38,1%). Como resultado, o peso do ramo Vida, no setor segurador, regrediu em -1,1%, fixando o seu peso em 2012 ligeiramente abaixo de dois terços do volume de prémios do setor segurador.

No âmbito dos ramos Não Vida, o mercado apresentou um decréscimo de -2,2 % relativamente a 2011. No entanto, e devido ao decréscimo verificado no ramo Vida, de -6,9%, o peso do setor Não Vida aumentou em cerca de 1 por cento.

Estrutura de Mercado

	2012	2011	2010	2009	2008
Ramo Vida	63,6%	64,7%	74,5%	71,5%	71,8%
Ramo Não Vida	36,4%	35,3%	25,5%	28,5%	28,2%

Fonte: ISP – Atividade Seguradora em Portugal – Prémios de Seguro Direto.

Apresenta-se no quadro seguinte a evolução do Mercado Segurador no último triénio:

Evolução dos Prémios de Seguro Direto (milhões de euros)

	2012	2011	2010	12/11 Tx. Cresc.	11/10 Tx. Cresc.
Ramo Vida	7.014	7.536	12.173	-6,9%	-38,1%
Ramo Não Vida	4.019	4.110	4.167	-2,2%	-1,4%

Fonte: ISP – Atividade Seguradora em Portugal – Prémios de Seguro Direto.

O montante de prémios do Ramo Vida, emitidos em 2012, ascendeu a 7.013.911 milhares de Euros (7.536.092 milhares de Euros em 2011) e os montantes de prémios dos Ramos Não Vida ascenderam a 4.019.198 milhares de Euros (4.109.651 milhares de Euros em 2011).

Peso por Área de Negócio (Ramo Vida)

	2012	2011	2010	2009	2008
Seguros de Vida	68,7%	73,0%	78,9%	69,4%	57,6%
Seguros ligados a Fundos de Investimento	29,2%	27,0%	19,1%	30,4%	34,3%
Operações de Capitalização	2,1%	0,0%	2,0%	0,2%	8,1%
TOTAL	100%	100%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: ISP – Atividade Seguradora em Portugal – Prémios de Seguro Direto.

Do total de prémios do ramo Vida, cerca de 68,7% correspondem a Seguros de Vida (73% em 2011), 29,2% a Seguros Ligados a Fundos de Investimento (27% em 2011) e 2,1% a Operações de Capitalização (0,0% em 2011). De sublinhar em 2012 o decréscimo do volume de prémios Vida emitidos, apenas no segmento de Seguros de Vida, que após o decréscimo de -42,7% em 2011, volta a cair -12,4% em 2012. Destaque pela positiva para os Seguros Ligados a Fundos de Investimento, com um crescimento de 0,6% depois do decréscimo de -12,8% em 2011.

Em termos globais, o negócio vida registou um decréscimo de -6,9%, que em termos absolutos se traduziu numa diminuição em -522.181 milhares de Euros. O segmento de seguros de vida registou a maior queda do setor em valores absolutos, com um decréscimo de -12,4% (redução de -684.911 milhares de Euros) face a 2011. Por seu lado, os Seguros Ligados a Fundos de Investimento registaram um crescimento de 0,6%, que se traduziu num aumento de 13.032 milhares de euros.

Peso por Área de Negócio (Ramos Não Vida)

	2012	2011	2010	2009	2008
Acidentes e Doença	31,4%	31,7%	32,5%	32,8%	32,3%
Incêndio e Outros Danos	19,1%	18,7%	18,4%	18,0%	16,9%
Automóvel	39,0%	40,4%	40,1%	40,2%	41,9%
Marítimo, Aéreo e Transportes	1,6%	1,6%	1,6%	1,9%	1,9%
Responsabilidade Civil Geral	2,8%	2,8%	2,8%	2,7%	2,5%
Diversos	6,0%	4,8%	4,6%	4,4%	4,4%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: ISP – Atividade Seguradora em Portugal – Produção de Seguro Direto.

Do total de prémios do ramo Não Vida, cerca de 39,0% correspondem ao ramo Automóvel, 31,4% ao ramo Acidentes e Doença, 19,1% ao ramo Incêndio e Outros Danos e 10,5% aos restantes ramos. De sublinhar que os ramos Incêndio e Outros e Diversos voltaram a ganhar peso no total do setor, por contrapartida dos ramos Acidentes e Doença e Automóvel, que perderam 0,3 p.p. e 1,4 p.p. face ao período homólogo, respetivamente.

Crescimento (Ramo Vida)

	2012	2011	2010	2009	2008
Seguros de Vida	-12,4%	-42,7%	33,3%	13,5%	20,8%
Seguros ligados a Fundos Investimento	0,6%	-12,8%	-26,2%	-16,5%	16,8%
Operações de Capitalização	95.349,0%	-99,9%	862,6%	-97,2%	1,4%
TOTAL	-6,9%	-38,1%	17,2%	-5,7%	17,6%

Fonte: ISP – Atividade Seguradora em Portugal – Prémios de Seguro Direto.

Os Planos Poupança Reforma (PPR) representaram, em 2012, cerca de 1.169.095 apresentando um decréscimo de -10,5% face ao período homólogo (-11,8% nos Seguros de Vida e -6,0% nos PPR Ligados a Fundos de Investimento).

Planos Poupança (em valor)

Unidade: Milhares de Euros

	2012	2011	2010	2009	2008
Não ligados a Fundos Investimento	1.064.305	1.206.686	3.028.313	2.285.113	1.898.535
Ligados a Fundos Investimento	104.790	98.854	224.169	846.430	566.472
TOTAL	1.169.095	1.305.540	3.252.482	3.131.543	2.465.007

Fonte: ISP – Atividade Seguradora em Portugal – Prémios de Seguro Direto.

Com as anunciadas limitações às respetivas deduções fiscais dos PPR, esmoreceu a apetência dos aforradores pelos PPR das seguradoras, verificando-se um decréscimo nos Planos Poupança Reforma, que registaram em 2012 um peso total no ramo vida de 16,7% (17,3% em 2011).

Evolução do Negócio (crescimento)

	2012	2011	2010	2009	2008
Seguros de proteção	-2,0%	-2,4%	0,8%	-0,7%	13,2%
Seguros de Capitalização (incl. Oper. Capit.)	-7,8%	-33,6%	26,8%	-17,3%	6,7%
Planos Poupança Reforma	-14,1%	-59,8%	3,9%	27,0%	45,2%

Fonte: APS – Produção de Seguro Direto – Atividade em Portugal.

Na base da evolução negativa do mercado segurador vida em 2012, estiveram por base circunstâncias muito precisas, que afetaram especificamente a comercialização dos produtos financeiros do ramo vida. Por um lado, o agravamento da conjuntura económica tem vindo a prejudicar o mercado de trabalho, dando origem a um incremento contínuo da taxa de desemprego, que se situa no final de 2012 em máximos históricos. Da mesma forma, a diminuição do rendimento disponível das famílias, conjugado com o corte dos benefícios fiscais associados a determinados produtos do setor segurador e dos fundos de pensões, designadamente aos PPR, prejudicaram a captação da poupança dos particulares, influenciando negativamente o potencial de crescimento do setor.

Por outro lado, a profunda necessidade de financiamento dos Bancos, que levou os respetivos grupos financeiros a privilegiar a comercialização de produtos que captassem poupanças para os seus balanços (sobretudo depósitos a prazo), em detrimento de produtos das seguradoras e fundos de investimento, levou à afetação de relações de *bancassurance* que, em períodos anteriores, foram também o suporte da anterior expansão do volume de negócios deste ramo.

Crescimento (Ramos Não Vida)

	2012	2011	2010	2009	2008
Acidentes e Doença	-3,2%	-3,8%	-0,1%	-2,7%	1,7%
Incêndio e Outros Danos	-0,2%	0,5%	2,5%	2,0%	3,5%
Automóvel	-5,4%	-0,7%	0,4%	-8,0%	-6,9%
Marítimo, Aéreo e Transportes	0,4%	-4,0%	-12,2%	-3,9%	-1,9%
Responsabilidade Civil Geral	-0,2%	-1,8%	4,0%	2,3%	0,9%
Diversos	21,6%	4,3%	5,3%	-5,4%	14,0%
TOTAL	-2,2%	-1,4%	0,7%	-4,1%	-1,4%

Fonte: ISP – Atividade Seguradora em Portugal – Produção de Seguro Direto.

Os Ramos Acidentes e Doença, bem como o Ramo Automóvel foram os que mais contribuíram para o decréscimo dos ramos não vida, com uma redução de -3,2% (-42.160 milhares de Euros) e de -5,4% (-89.546 milhares de Euros), respetivamente. Com acentuado crescimento esteve o ramo Diversos, apresentando uma variação de 21,6% (+42.837 milhares de Euros) face ao antecedente ano.

APRESENTAÇÃO DO
PERÍMETRO DE
CONSOLIDAÇÃO

IV. Apresentação do Perímetro de Consolidação

As empresas incluídas nas contas consolidadas, pelos métodos contabilísticos de integração global e da equivalência patrimonial, são as seguintes:

<i>Empresas do Grupo (Incluídas pelo método de integração global)</i>	<i>Participação efetiva (%)</i>
Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A.	100%

<i>Empresas do Grupo (Incluídas pelo método de equivalência patrimonial)</i>	<i>Participação efetiva (%)</i>
Refundos Soc. Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	20%

ATIVIDADE DAS EMPRESAS
INTEGRANTES NAS CONTAS
CONSOLIDADAS
EM 2012

V. Atividade das Empresas Integrantes nas Contas Consolidadas em 2012

1. Empresa-Mãe: Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.

A **EUROVIDA** iniciou a sua atividade comercial no ano 2000, tendo registado o décimo segundo ano completo de operação em 2012.

Os indicadores que se apresentam seguidamente ilustram o percurso efetuado:

	Unidade: Euros		
	2012	2011	Var.% 12/11
Balço			
Investimentos	745.481.506	595.901.581	25,10%
Ativo Líquido	748.873.712	600.014.269	24,81%
Capital Próprio	60.383.598	43.091.922	40,13%
Passivos de contratos de seguros e de investimentos	673.685.881	548.563.328	22,81%
Conta de Ganhos e Perdas			
Total de receita processada ⁽¹⁾	150.682.642	104.298.140	44,47%
Prémios brutos emitidos	19.444.267	19.450.004	-0,03%
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	17.334.228	17.049.498	1,67%
Custos com Sinistros de seguro direto	18.058.859	19.207.456	-5,98%
Custos com Sinistros, líquidos de resseguro	17.192.812	18.520.558	-7,17%
Comissões dos contratos de investimento	6.083.973	6.042.612	0,68%
Provisão Matemática, líquida de resseguro	(5.460.497)	(8.286.809)	-34,11%
Participação nos resultados, líquida de resseguro	1.343.030	1.698.803	-20,94%
Custos operacionais	6.332.885	6.165.216	2,72%
Resultado de investimentos afetos ao negócio vida (2)	7.086.825	3.150.089	124,97%
Saldo Técnico	12.143.685	10.399.032	16,78%
Resultado Líquido	9.579.950	8.717.549	9,89%
Indicadores			
Saldo Técnico/ Total de receita processada	8,1%	10,0%	-1,9 p.p.
Custos operacionais/ Total de receita processada	4,2%	5,9%	-1,7 p.p.
Custos operacionais/ Passivos de contratos de seguro e de investimento	0,94%	1,12%	-0,18 p.p.
Resultado Líquido/ Capitais Próprios	15,87%	20,23%	-4,36 p.p.
Resultado Líquido/ N.º de empregados	142.984 €	130.113 €	+9,9 p.p.
Rácio de Solvência	233,63%	213,01%	+20,6 p.p.
Outros dados			
N.º de Empregados em 31 de dezembro	67	67	-

(1) Do total da receita processada em 2012, 131.238 milhares de Euros são referentes aos contratos de investimentos (84.848 milhares de Euros em 2011).

(2) Corresponde ao somatório dos rendimentos, gastos financeiros e ganhos líquidos de investimentos afetos deduzidos de Imparidades de afetos.

A **EUROVIDA** registou, em 2012, um volume total de receita processada de 150.682.642 Euros (104.298.140 Euros em 2011), tendo apresentado um crescimento de 44,5%, face ao período homólogo. No volume total de negócios, o peso dos seguros de capitalização ascendeu a 85,1%, os planos poupança reforma a 4,5% e dos seguros de proteção a 10,4%.

Os montantes pagos brutos, referentes a custos com sinistros de contratos de seguro diminuíram, em 2012, para 17,5 milhões de Euros, apresentando um decréscimo de -1,2% (17,7 milhões de Euros em 2011), correspondendo 5,1 milhões de Euros a montantes pagos de seguros de risco e 12,4 milhões de Euros respeitantes a resgates e vencimentos em seguros de capitalização e planos poupança reforma. Os custos com sinistros de seguro direto (montantes pagos) representaram 15% (14,7% em 2011) das provisões técnicas de seguro direto.

Em 2012, registaram-se ainda, relativamente aos contratos de investimento, montantes pagos brutos no montante de 101,9 milhões de Euros (120,4 milhões de Euros em 2011), verificando-se assim um decréscimo de 15,3% face ao ano anterior.

Em 2012, a provisão matemática referente a contratos de seguro ascendeu a 105,5 milhões de Euros (110,5 milhões de Euros em 2011), sendo que cerca 103,7 milhões de Euros (108,7 milhões de Euros em 2011) respeitam a provisões de seguros de vida em que o risco do investimento é suportado pela EUROVIDA e, cerca de 1,8 milhões de Euros (1,8 milhões de Euros em 2011), dizem respeito a provisões de seguros em que o risco do investimento é suportado pelo tomador de seguro.

Em 31 de dezembro de 2012, a carteira de investimentos da elevava-se a 745,5 milhões de Euros (595,9 milhões de Euros em 2011). Deste valor, cerca de 688,1 milhões de Euros (554,4 milhões de Euros em 2011) são referentes a seguros de vida afetos (dos quais 558,2 milhões de Euros são relativos a contratos de investimentos) e cerca de 57,4 milhões de Euros (41,5 milhões de Euros em 2011) são representativos de reservas livres.

O resultado do exercício em 31 de dezembro de 2012 foi de 9.579.950 Euros (8.717.549 Euros em 2011), correspondendo a uma rentabilidade dos capitais próprios de 15,87%. Os capitais próprios ascendiam, em 31 de dezembro de 2012, ao montante de 60.383.598 Euros (43.091.922 Euros em 2011).

2. Empresas do Grupo

As empresas incluídas nas contas consolidadas são a Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A. e a Refundos Sociedade Gestora de Fundos de Investimentos Imobiliário, S.A., as quais mencionamos de seguida.

2.1. Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A.

A **POPULAR SEGUROS** tem como objetivo desenvolver o negócio de seguros não vida no contexto Banca-Seguros, em ligação com o Banco Popular Portugal, S.A.. No ano de 2010, a companhia alargou a sua gama de produtos aos seguros de Acidentes de Trabalho, Automóvel, Responsabilidade Civil Geral e ao ramo Diversos, tendo iniciado em 2011 a comercialização do ramo Doença.

Durante o ano de 2012, a Companhia de Seguros Não Vida deu continuidade ao desenvolvimento dos ramos lançados nos anos antecedentes, tendo sido um ano marcado pela aposta na comercialização dos seus produtos em novos parceiros de negócio, nomeadamente, no canal Mediação e Redes Especializadas.

	2012	2011	Unidade: Euros Var.% 12/11
Balço			
Investimentos	12.837.001	11.274.303	13,9%
Ativo Líquido	15.341.103	13.914.851	10,2%
Capital Próprio	9.048.953	8.034.532	12,6%
Provisões Técnicas de Seguro Direto	4.998.207	4.334.961	15,3%
Conta de Ganhos e Perdas			
Prémios Brutos Emitidos de Seguro Direto	5.584.358	4.922.819	13,4%
Prémios Adquiridos, líquidos de Resseguro	2.811.275	2.025.809	38,8%
Custos com Sinistros de Seguro Direto	2.325.129	1.733.505	34,1%
Custos com Sinistros, líquidos de Resseguro	1.742.758	1.310.018	33,0%
Custos Operacionais	751.718	741.863	1,3%
Resultado Líquido	592.913	365.566	62,2%
Indicadores			
Taxa de Sinistralidade de Seguro Direto	41,6%	38,8%	+2,8 p.p.
Taxa de Sinistralidade líquida de Resseguro	62,0%	64,7%	- 2,7 p.p.
Resultado Líquido/ Prémios Brutos Emitidos	10,6%	7,4%	+3,2 p.p.
Rácio Combinado	64,2%	62,9%	+1,3 p.p.
Rácio de Solvência	237,9%	226,4%	+11,5 p.p.

A **POPULAR SEGUROS** registou, em 2012, um volume de prémios brutos emitidos no montante de 5.584.358 Euros (4.922.819 Euros em 2011). No volume total de negócios, o peso do segmento de Incêndio e Outros Danos ascendeu a 46,6% (2.602.737 Euros), seguido do Automóvel com 25,5% (1.423.478 Euros). O ramo Automóvel teve o maior crescimento face ao período homólogo de 72,6%, continuando a expansão a par dos últimos anos, enquanto o ramo Acidentes e Doença registou um decréscimo, em termos de prémios brutos emitidos, de -15,0% (-232.532 Euros). Os restantes ramos figuravam, apenas, 4,3% (238.615 Euros) em 2012.

Os montantes pagos (montantes brutos, incluindo custos de gestão) relativos a custos com sinistros atingiram, em 2012, o montante de 1.920.004 Euros (1.337.175 Euros em 2011), sendo 870.210 Euros relativos ao ramo Automóvel (354.273 Euros em 2011), 762.285 Euros relativos ao ramo de Incêndios e Outros Danos (794.368 Euros em 2011), 268.595 Euros referentes a seguros de Acidentes e Doença e 18.914 Euros no que respeita a Responsabilidade civil geral.

Em 31 de dezembro de 2012, a carteira de investimentos da Popular Seguros elevava-se a 11.442.159 Euros (8.539.615 Euros em 2011). Deste valor, cerca de 82,5% (74,4% em 2011) são representados por Obrigações e outros títulos de rendimento fixo, sendo os restantes 17,5% (25,6% em 2011) representados por Unidades de Participação em Fundos de Investimento.

O resultado do exercício, em 31 de dezembro de 2012, foi de 592.913 Euros (365.566 Euros em 2011). Os capitais próprios ascendiam, em 31 de dezembro de 2012, ao montante de 9.048.953 Euros (8.034.532 Euros em 2011).

2.2. Refundos Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.

A **REFUNDOS** é detida pela Eurovida em 20%, sendo consolidada pelo método da equivalência patrimonial. Os indicadores que se apresentam seguidamente ilustram a atividade de 2012 e 2011:

	2012	2011	Unidade: Euros Var.% 12/11
Balço			
Aplicações em Instituições de Crédito	998.773	984.688	1,4%
Ativo Líquido	1.281.390	1.392.714	-8,0%
Capital Próprio	1.041.388	1.154.089	-9,8%
Demonstração de Resultados			
Margem Financeira	11.372	53.888	-78,9%
Produto Bancário	1.146.180	1.275.815	-10,2%
Resultados antes de impostos	416.892	538.116	-22,5%
Resultado Líquido	281.299	394.381	-28,7%

3. Eurovida Consolidado

	2012	2011	Unidade: Euros Var.% 12/11
Balço			
Investimentos	750.914.556	599.794.188	25,2%
Activo Líquido	756.810.863	606.547.709	24,8%
Capital Próprio	62.028.600	43.745.043	41,8%
Passivos de contratos de seguros e de investimentos	678.684.088	552.898.289	22,8%
Conta de Ganhos e Perdas			
Total de receita processada ⁽¹⁾	156.267.000	109.220.959	43,1%
Prémios brutos emitidos	25.028.625	24.372.823	2,7%
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	20.145.503	19.075.307	5,6%
Custos com Sinistros de seguro directo	20.351.939	20.900.975	-2,6%
Custos com Sinistros, líquidos de resseguro	18.903.520	19.790.589	-4,5%
Comissões dos contratos de investimento	6.083.973	6.042.612	0,7%
Provisão Matemática, líquida de resseguro	(5.460.497)	(8.286.809)	-34,1%
Participação nos resultados, líquida de resseguro	1.343.030	1.698.803	-20,9%
Custos operacionais	6.870.945	6.702.020	2,5%
Resultado de investimentos afetos ⁽²⁾	7.335.975	3.282.030	123,5%
Saldo Técnico	12.899.111	10.867.323	18,7%
Resultado Líquido	10.086.839	9.101.370	10,8%
Indicadores			
Saldo Técnico/ Total de receita processada	8,3%	9,9%	- 1.7 p.p.
Custos operacionais/ Total de receita processada	4,4%	6,1%	- 1.7 p.p.
Custos operacionais/ Passivos de contratos de seguro e de investimento	1,0%	1,2%	- 0.2 p.p.
Resultado Líquido/ Capitais Próprios	16,3%	20,8%	- 4.5 p.p.

(1) Do total da receita processada, em 2012, 131.238 milhares de Euros (84.848 milhares de Euros em 2011) são referentes aos contratos de investimentos.

(2) Corresponde ao somatório dos rendimentos, gastos financeiros e ganhos líquidos de investimentos afetos deduzidos de Imparidades de afetos.

4. Gestão de Riscos e Controlo Interno

O ano de 2012 foi marcado pela consolidação da metodologia de cálculo dos requisitos de capital tendo em conta o futuro regime do Solvência II.

Neste contexto são de destacar os seguintes desenvolvimentos em 2012:

- Atualização do Plano de continuidade de negócio;
- Participação nas reuniões organizadas pelo ISP e pela APS sobre matérias referentes ao novo regime do Solvência II.

PERSPETIVAS
FUTURAS

VI. Perspetivas Futuras

Os principais projetos/iniciativas para os anos de 2013 e seguintes, que visam contribuir para a concretização dos objetivos estratégicos, táticos e operativos definidos pela Eurovida, podem ser descritos como segue:

Foco no cliente

- ♥ Focalizar prioritariamente a atividade de contacto no cliente, promovendo a segmentação e eligendo como mercados prioritários as PME's e Particulares.
- ♥ Disponibilizar uma oferta global e integrada nas áreas da proteção pessoal e do património, como na área da poupança e reforma.
- ♥ Aumentar o Cross-Selling em colaboração com os canais de distribuição.
- ♥ Assegurar a retenção de clientes e sucesso das vendas, garantindo a máxima satisfação dos mesmos no que respeita ao nível de serviço prestado.

Alargamento da Rede de Distribuição

- ♥ Alargar a base de distribuição a Redes especializadas, Mediação profissional, Redes bancárias e *Affinities*.
- ♥ Criação e implementação de novas redes de consultores aproximando-nos dos nossos clientes.

Sustentar um nível de rentabilidade

- ♥ Incrementar as margens técnicas do negócio, através quer de uma política de preço adequada e uma seleção de riscos exigente, quer de uma redução contínua dos custos unitários, através do aumento da escala e da monitorização da base de custos.

Melhoria da operacionalidade

- ♥ Promover a eficiência de processos através da automatização e desmaterialização de processos, tornando os processos simples e desburocratizados, com especial enfoque na área dos Sinistros e Contratação.
- ♥ Melhorar o atendimento aos clientes no serviço "pós-venda", quer nos tempos de resposta e na célere resolução da situação dos clientes, quer na qualidade e no serviço que é prestado aos clientes.
- ♥ Desenvolver, implementar e melhorar a eficácia do sistema de controlo de qualidade da Companhia, aplicando métricas e definindo objetivos em cada fase do processo de negócio ou de suporte, com vista a garantir a qualidade de serviço ao cliente.

No âmbito da Gestão de Risco, para 2013 prevêem-se o desenvolvimento das seguintes atividades:

- ♥ Acompanhamento dos desenvolvimentos do futuro regime do Solvência II;
- ♥ Desenvolver políticas e exercícios de *stress test* tendo em conta os requisitos da gestão e os regulamentos emitidos pelo Instituto de Seguros de Portugal;
- ♥ Análise e desenvolvimento do suporte técnico e tecnológico para cumprimento dos estudos quantitativos;
- ♥ Reavaliação do risco operacional da Eurovida, através de análises qualitativas tendo em conta a frequência e o impacto de cada risco associado aos processos da companhia.

CONSIDERAÇÕES
FINAIS

VII. Considerações Finais

O Conselho de Administração está muito grato pela confiança demonstrada pelos clientes e agradece todo o esforço e dedicação demonstrados pelos colaboradores e a ação relevante do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas no exercício das funções que lhe estão estatutariamente cometidas.

Expressamos, igualmente, o nosso reconhecimento e apreço ao Banco Popular Portugal, Best Bank, Banco BIG, Banco BIC, NovaCaixaGalícia e à Mediação Profissional pela colaboração na divulgação e promoção da EUROVIDA.

Registamos ainda o agradecimento pelos apoios recebidos do Instituto de Seguros de Portugal e Associação Portuguesa de Seguradores.

Lisboa, 7 de março de 2013

O Conselho de Administração



Luís Eduardo da Silva Barbosa
(Presidente do Conselho de Administração)



Francisco José Ribeiro Valério
(Administrador Delegado)



Rui Manuel Morginho Semedo
(Vogal)



José Manuel Piñero Becerra
(Vogal)



Hugues Victor Albert Pfyffer
(Vogal)



Carlos Miguel de Paula Martins Roballo
(Vogal)



Rafael Galan Mas
(Vogal)

ANEXO
AO RELATÓRIO DO
CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO

VIII. Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

Participação de Acionistas que, em 31 de dezembro de 2012, detinham um décimo ou mais do total das ações (Art. 448º do Código das Sociedades Comerciais):

Participação de Acionistas

Unidade: Euros

	2012	Percentagem
Banco Popular Español, S.A.	6.304.890	84,07%
Banco Popular Portugal, S.A.	1.195.110	15,93%

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
2012

Contas de Ganhos e Perdas Consolidada em 2012

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas do Anexo	2012				2011	
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	Total	
		Unidade: Euros					
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	6	17.334.228	2.811.275	-	20.145.502	19.075.307	
Prémios brutos emitidos		19.444.267	5.584.358	-	25.028.625	24.372.823	
Prémios de resseguro cedido		2.110.039	2.542.505	-	4.652.545	4.837.005	
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		-	(5.413)	-	(5.413)	451.915	
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		-	(235.991)	-	(235.991)	(8.597)	
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	7	6.083.973	-	-	6.083.973	6.042.612	
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	8	17.192.812	1.710.709	-	18.903.520	19.790.589	
Montantes pagos	8	17.772.887	1.407.228	-	19.180.114	18.738.815	
Montantes brutos		18.721.234	1.887.955	-	20.609.189	20.205.108	
Parte dos resseguradores		948.347	480.727	-	1.429.075	1.466.293	
Provisão para sinistros (variação)	8	(580.075)	303.481	-	(276.594)	1.051.774	
Montante bruto		(662.374)	405.125	-	(257.249)	695.867	
Parte dos resseguradores		(82.299)	101.644	-	19.345	(355.907)	
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	9	-	201.837	-	201.837	99.750	
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	10	(5.460.497)	-	-	(5.460.497)	(8.286.809)	
Montante bruto		(5.461.673)	-	-	(5.461.673)	(8.310.928)	
Parte dos resseguradores		(1.176)	-	-	(1.176)	(24.119)	
Participação nos resultados, líquida de resseguro	11	1.343.030	-	-	1.343.030	1.698.803	
Custos e gastos de exploração líquidos	12	5.643.652	392.141	-	6.035.792	5.218.704	
Custos de aquisição		3.785.943	805.085	-	4.591.027	4.065.939	
Custos de aquisição diferidos (variação)		-	35.666	-	35.666	(28.796)	
Gastos administrativos		2.765.588	248.739	-	3.014.327	2.931.966	
Comissões e participação nos resultados de resseguro		907.880	697.348	-	1.605.228	1.750.406	
Rendimentos	14	6.293.173	161.601	571.442	7.026.215	7.678.509	
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		5.994.313	158.528	491.972	6.644.813	7.445.444	
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-	-	-	
Outros		298.860	3.073	79.469	381.402	233.064	
Gastos financeiros	15	491.834	15.270	(74.769)	432.335	1.021.978	
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		(730.748)	(16.209)	(74.769)	(821.727)	(192.027)	
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-	-	-	
Outros		1.222.582	31.480	-	1.254.062	1.214.006	
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	16	2.519.294	104.061	96.301	2.719.656	1.429.728	
De ativos disponíveis para venda		2.430.474	104.032	138.725	2.673.231	713.496	
De empréstimos e contas a receber		88.819	29	(42.424)	46.424	716.233	
De investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-	-	
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado		-	-	-	-	-	
De outros		-	-	-	-	-	
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	17	(701.169)	-	61.632	(639.537)	(1.911.810)	
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação		(38.778)	-	(30.522)	(69.300)	150.820	
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		(662.391)	-	92.154	(570.237)	(2.062.630)	

(cont.)

O Técnico Oficial de Contas

Contas de Ganhos e Perdas Consolidada em 2012

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas	2012				Unidade: Euros	
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	2011	Total
Diferenças de câmbio	18	(259.874)	-	(1)	(259.876)	502.509	
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas		-	-	-	-	-	
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	19	512.869	1.242	150.869	664.980	2.285.327	
De ativos disponíveis para venda		532.639	1.242	150.869	684.750	2.192.160	
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado		-	-	-	-	-	
De investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-	-	
De outros		(19.770)	-	-	(19.770)	93.167	
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	20	597.760	(311)	-	597.449	612.645	
Outras provisões (variação)	21	-	-	(139.666)	(139.666)	(68.264)	
Outros rendimentos/gastos	22	-	-	657.761	657.761	830.384	
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas		-	-	-	-	-	
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	25	-	-	56.260	56.260	78.875	
Ganhos e perdas de ativos não correntes não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda		-	-	-	-	-	
Resultado Líquido antes de Impostos		12.143.685	755.427	1.506.961	14.406.072	12.578.681	
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	34	3.779.862	131.543	598.780	4.510.184	3.498.861	
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	34	(130.953)	12.026	(72.025)	(190.951)	(21.551)	
Resultado Líquido após impostos e antes Interesses Minoritários		8.494.776	611.858	980.205	10.086.839	9.101.370	
Interesses Minoritários		-	-	-	-	-	
Resultado Líquido do exercício		8.494.776	611.858	980.205	10.086.839	9.101.370	

O Técnico Oficial de Contas

Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de dezembro
de 2012

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	Notas do Anexo	2012			Unidade: Euro
		Valor bruto	Imparidade, depreciações /amort. ou ajustamentos	Valor líquido	2011 Valor líquido
ATIVO					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	23	6.106.878	-	6.106.878	21.663.550
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	25	208.278	-	208.278	230.818
Ativos financeiros detidos para negociação	26	600	-	600	69.900
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	27	559.219.803	-	559.219.803	414.126.577
Derivados de cobertura		-	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	28	136.821.299	-	136.821.299	121.099.610
Empréstimos e contas a receber	29	48.558.847	-	48.558.847	42.605.509
Depósitos junto de empresas cedentes		-	-	-	-
Outros depósitos		37.159.329	-	37.159.329	23.390.947
Empréstimos concedidos		1.462.396	-	1.462.396	1.534.038
Contas a receber		9.777.474	-	9.777.474	16.519.684
Outros		159.648	-	159.648	1.160.840
Investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-
Terrenos e edifícios		-	-	-	-
Terrenos e edifícios de uso próprio		-	-	-	-
Terrenos e edifícios de rendimento		-	-	-	-
Outros ativos tangíveis	30	660.590	603.672	56.917	67.556
Inventários	30	6.271	-	6.271	35.376
Goodwill		-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	31	1.669.535	1.383.434	286.101	194.547
Provisões técnicas de resseguro cedido	32	2.907.146	-	2.907.146	3.033.269
Provisão para prémios não adquiridos		1.378.779	-	1.378.779	1.523.071
Provisão matemática do ramo vida		-	-	-	1.176
Provisão para sinistros		1.528.367	-	1.528.367	1.509.022
Provisão para participação nos resultados		-	-	-	-
Provisão para compromissos de taxa		-	-	-	-
Provisão para estabilização de carteira		-	-	-	-
Outras provisões técnicas		-	-	-	-
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	13	24.138	-	24.138	24.138
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	33	2.500.076	1.029.392	1.470.684	2.042.626
Contas a receber por operações de seguro direto		945.842	245.499	700.343	796.755
Contas a receber por outras operações de resseguro		349.213	-	349.213	715.488
Contas a receber por outras operações		1.205.021	783.894	421.127	530.383
Ativos por impostos	34	1.018.945	-	1.018.945	1.215.294
Ativos por impostos correntes		-	-	-	-
Ativos por impostos diferidos		1.018.945	-	1.018.945	1.215.294
Acréscimos e diferimentos	35	124.955	-	124.955	138.939
Outros elementos do ativo		-	-	-	-
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas		-	-	-	-
Total do Ativo		759.827.361	3.016.499	756.810.863	606.547.709

O Técnico Oficial de Contas

Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de dezembro
de 2012

Unidade: Euros			
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	Notas do Anexo	2012	2011
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
PASSIVO			
Provisões técnicas	32	121.823.004	124.297.632
Provisão para prémios não adquiridos		2.929.295	2.899.043
Provisão matemática do ramo vida		105.517.949	110.524.450
Provisão para sinistros		6.083.796	6.315.014
De vida		4.498.741	5.161.116
De acidentes de trabalho		71.290	25.096
De outros ramos		1.513.765	1.128.802
Provisão para participação nos resultados		6.808.107	4.277.105
Provisão para compromissos de taxa		-	-
Provisão para estabilização de carteira		-	-
Provisão para desvios de sinistralidade		351.633	88.285
Provisão para riscos em curso		132.224	193.735
Outras provisões técnicas		-	-
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	36	556.861.083	428.600.657
Outros passivos financeiros	37	6.115.377	5.520.861
Derivados de cobertura		-	-
Passivos subordinados		4.000.000	4.000.000
Depósitos recebidos de resseguradores		1.310.378	1.520.861
Outros		804.999	-
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo		-	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	33	1.797.287	2.457.074
Contas a pagar por operações de seguro direto		153.653	194.585
Contas a pagar por outras operações de resseguro		283.115	542.283
Contas a pagar por outras operações		1.360.519	1.720.206
Passivos por impostos	34	6.893.747	640.262
Passivos por impostos correntes		6.798.009	521.897
Passivos por impostos diferidos		95.738	118.366
Acréscimos e diferimentos	35	885.140	739.889
Outras Provisões	38	406.625	546.291
Outros Passivos		-	-
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		-	-
Total do Passivo		694.782.263	562.802.666
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	39	7.500.000	7.500.000
(Ações Próprias)		-	-
Outros instrumentos de capital		-	-
Reservas de reavaliação	39	551.636	(11.201.314)
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros		551.636	(11.201.314)
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		-	-
Por revalorização de ativos intangíveis		-	-
Por revalorização de outros ativos tangíveis		-	-
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		-	-
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		-	-
De diferenças de câmbio		-	-
Reserva por impostos	39	(425.557)	3.130.676
Outras reservas	39	4.328.737	3.420.425
Resultados transitados	39	39.986.944	31.793.886
Resultado do exercício	39	10.086.839	9.101.370
Total do Capital Próprio		62.028.600	43.745.043
Interesses Minoritários		-	-
Total Capital Próprio e Interesses Minoritários		62.028.600	43.745.043
Total Passivo, Interesses Minoritários e Capital Próprio		756.810.863	606.547.709

O Técnico Oficial de Contas

Demonstração de Alterações de Capital Próprio Consolidada em 31 de dezembro de 2012

Unidade: Euros

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO	Notas do Anexo	Capital Social	Reservas de Reavaliação	Reserva por Impostos Diferidos	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado do Exercício	Total
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		Reserva Legal			
Balanco a 31 de dezembro de 2011 (balanco de abertura)	39	7.500.000	(11.201.314)	3.130.676	3.420.425	31.793.886	9.101.370	43.745.043
Correções de erros (IAS 8)		-	-	-	-	-	-	-
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)		-	-	-	-	-	-	-
Balanco de abertura alterado	(1) 39	7.500.000	(11.201.314)	3.130.676	3.420.425	31.793.886	9.101.370	43.745.043
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	(2)	-	-	-	908.312	8.193.058	(9.101.370)	-
Resultado líquido do período	(3) 39	-	-	-	-	-	10.086.839	10.086.839
Outro rendimento integral do período	(4) 39	-	11.752.950	(3.556.233)	-	-	-	8.196.718
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		-	11.752.950	(3.556.233)	-	-	-	8.196.718
Total do rendimento integral do período	(5)-(3)-(4)	-	11.752.950	(3.556.233)	-	-	10.086.839	18.283.557
Operações com detentores de capital	(6)	-	-	-	-	-	-	-
Total das variações do capital próprio	(7)-(2)-(5)-(6)	-	11.752.950	(3.556.233)	908.312	8.193.058	985.469	18.283.557
Balanco a 31 de dezembro de 2012	(8)-(7)-(1)	7.500.000	551.636	(425.557)	4.328.737	39.986.944	10.086.839	62.028.600

O Técnico Oficial de Contas

Demonstração de Alterações de Capital Próprio Consolidada em 31 de dezembro de 2011

Unidade: Euros

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO	Notas do Anexo	Capital Social	Reservas de Reavaliação	Reserva por Impostos Diferidos	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado do Exercício	Total
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		Reserva Legal			
Balanco a 31 de dezembro de 2010 (balanco de abertura)	39	7.500.000	(5.035.280)	1.389.808	2.751.723	25.252.331	7.210.258	39.068.840
Correções de erros (IAS 8)		-	-	-	-	-	-	-
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)		-	-	-	-	-	-	-
Balanco de abertura alterado	(1) 39	7.500.000	(5.035.280)	1.389.808	2.751.723	25.252.331	7.210.258	39.068.840
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	(2)	-	-	-	668.702	6.541.555	(7.210.258)	-
Resultado líquido do período	(3) 39	-	-	-	-	-	9.101.370	9.101.370
Outro rendimento integral do período	(4) 39	-	(6.166.034)	1.740.868	-	-	-	(4.425.166)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		-	(6.166.034)	1.740.868	-	-	-	(4.425.166)
Total do rendimento integral do período	(5)-(3)-(4)	-	(6.166.034)	1.740.868	-	-	9.101.370	4.676.204
Operações com detentores de capital	(6)	-	-	-	-	-	-	-
Total das variações do capital próprio	(7)-(2)-(5)-(6)	-	(6.166.034)	1.740.868	668.702	6.541.555	1.891.112	4.676.203
Balanco a 31 de dezembro de 2011	(8)-(7)-(1)	7.500.000	(11.201.314)	3.130.676	3.420.425	31.793.886	9.101.370	43.745.043

O Técnico Oficial de Contas

Demonstração de Rendimento Integral Consolidada

DEMONSTRAÇÃO DE RENDIMENTO INTEGRAL	Notas do Anexo	2012				2011	
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	Total	Total
Resultado líquido do período	39	8.494.776	611.858	980.205	10.086.839	9.101.370	
Outro rendimento integral do período							
Reserva de reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda	39	11.268.898	388.304	95.749	11.752.950	(6.166.034)	
Ganhos e perdas líquidos		8.305.784	283.030	(193.845)	8.394.970	(9.071.689)	
Reclassificação de ganhos e perdas em resultados do exercício		2.963.113	105.274	289.594	3.357.981	2.905.655	
Imparidade		532.639	1.242	150.869	684.750	2.192.160	
Alienação		2.430.474	104.032	138.725	2.673.231	713.496	
Reserva por impostos	39	(3.431.692)	(102.901)	(21.640)	(3.556.233)	1.740.868	
Total do outro rendimento integral do período		7.837.206	285.403	74.109	8.196.718	(4.425.166)	
Total de Rendimento integral do período, líquido de impostos		16.331.982	897.261	1.054.314	18.283.557	4.676.204	

O Técnico Oficial de Contas

Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidada

Unidade: Euros

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	Notas	2012	2011
Fluxos de actividade operacional			
+ Prémios de seguro directo recebidos		26.028.655	24.968.680
- Sinistros de seguro directo pagos		19.257.480	18.920.142
- Prémios de resseguro cedido pagos, líquidos de sinistros de resseguro cedido recebidos		1.827.611	2.504.676
+ Recebimentos de contratos de investimento		131.238.375	84.848.136
- Pagamentos de contratos de investimento		101.928.278	120.023.612
- Comissões por intermediação de seguros		2.665.139	2.525.387
- Pagamentos ao pessoal		1.753.492	1.663.458
- Pagamentos a fornecedores		2.676.401	2.516.388
+/- Outros fluxos de caixa operacionais		9.092	25.395
+ Dividendos recebidos		2.100.900	1.575.530
+ Juros recebidos		26.765.110	23.188.940
+ Outras comissões recebidas		818.440	974.497
- Outras comissões pagas		459.019	313.611
+ Alienações e Reembolsos de Títulos		433.006.193	374.942.350
- Aquisição de investimentos		485.108.966	366.248.538
+/- Variação instrumentos de curto prazo (DP's e PC's)		(11.918.030)	17.350.840
- Impostos sobre os rendimentos pagos		6.069.961	6.206.032
Sub-Total		(13.697.612)	6.952.524
Fluxos de actividade de investimento			
- Dividendos pagos a associadas		-	-
+ Dividendos recebidos de associadas		78.800	123.999
- Aquisição de imobilizado		242.330	162.916
+ Alienação de imobilizado		-	-
- Empréstimos concedidos a partes relacionadas		-	-
+ Empréstimos pagos por partes relacionadas		-	-
Sub-Total		(163.530)	(38.917)
Fluxos de actividade de financiamento			
+ Recebimentos de aumento de capital		-	-
+ Recebimentos de empréstimos subordinados		-	-
- Pagamento de juros de empréstimos subordinados		95.529	72.488
+ Recebimentos de empréstimos concedidos		-	-
- Pagamentos de empréstimos obtidos		-	-
- Pagamentos de contratos de locação financeira		-	-
- Dividendos pagos a accionistas		-	-
- Dividendos pagos a interesses minoritários		-	-
Sub-Total		(95.529)	(72.488)
Efeitos das diferenças de câmbio			
		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes	23	(13.956.671)	6.841.119
Caixa e seus equivalentes em 1 de janeiro	23	21.663.549	14.822.431
Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro	23	7.706.878	21.663.550
Variação no período		(13.956.671)	6.841.119

O Técnico Oficial de Contas

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DA
POSIÇÃO FINANCEIRA
E À CONTA DE
GANHOS E PERDAS CONSOLIDADO
2012

Anexo à Demonstração da Posição Financeira e à Conta de Ganhos e Perdas Consolidada de 2012

(Valores expressos em Euros)

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 7 de março de 2013.

Nota 1 – Informações Gerais

1.1. Domicílio e forma jurídica da empresa de seguros, o seu país de registo e o endereço da sede registada

A **EUROVIDA** – Companhia de Seguros de Vida, S.A. foi constituída em 8 de novembro de 1999, com um capital de 7.500.000 Euros, na sequência do despacho de autorização n.º 11630/99, de 24 de maio, do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, publicado no Diário da República n.º 139, IIª Série, de 17 de junho de 1999, tendo como objeto exclusivo o exercício da atividade de seguro direto e de resseguro do ramo vida. A sede da Companhia situa-se na Rua Ramalho Ortigão, n.º 51 em Lisboa.

1.2. Descrição da natureza do negócio da empresa de seguros e do ambiente externo em que opera

A Eurovida dedica-se ao exercício da atividade de seguros para o ramo vida para o qual obteve a devida autorização do Instituto de Seguros de Portugal (ISP). Para além do ramo vida, dedica-se ainda à atividade de gestão de Fundos de Pensões. Adicionalmente, a Popular Seguros dedica-se aos ramos não vida, para os quais obteve também a devida autorização do ISP.

A atividade seguradora em Portugal tem conhecido nos últimos anos um crescimento sustentado. No entanto, o Mercado Segurador viveu em 2012 um ano de contração, sem paralelo, da produção de seguro direto, recuando mesmo a volumes inferiores aos verificados em 2005.

No exercício de 2012, de acordo com os valores provisórios apresentados pelo Instituto de Seguros de Portugal, o Mercado Segurador apresentou uma queda de -5,3% sendo o volume total de prémios de seguro direto de 11,0 mil milhões de Euros. Esta evolução foi originada, essencialmente, pela queda verificada no Ramo Vida em -6,9% (em 2011 assistiu-se também a um decréscimo mas de -38,1%). O ramo Não Vida, embora menos acentuado, apresentou um decréscimo de -2,2%, quando no ano anterior apresentou um decréscimo de -1,4%. Como resultado, o peso do Ramo Não Vida, no setor segurador, cresceu 1,1 p.p., ainda assim, o Ramo Vida manteve o seu peso em 2012 ligeiramente abaixo a dois terços do volume de prémios do setor segurador.

Informações sobre a natureza do negócio e do ambiente externo em que a Eurovida opera encontram-se nos capítulos II, III e V do presente Relatório e Contas.

Nota 2 – Bases de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contabilísticas adotadas

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pelo ISP e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de abril, e subsequentemente alterado pelas Normas Regulamentares n.º 20/2007-R, de 31 de dezembro e n.º 22/2010-R, de 16 de dezembro e ainda de acordo com as normas relativas à contabilização das operações das empresas de seguros estabelecidas pelo ISP.

Este Plano de Contas, atualmente em vigor, introduziu os *International Financial Accounting Standards* (IFRS), tal como adotados na União Europeia, exceto o IFRS 4 - Contratos de Seguro, relativamente ao qual apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *Internacional Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) e pelos respetivos órgãos antecessores.

Tal como descrito abaixo, sob o título Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, a Companhia adotou na preparação destas demonstrações financeiras, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde 1 de janeiro de 2012. Esta adoção teve impacto em termos de apresentação das demonstrações financeiras e das divulgações, não originando alterações de políticas contabilísticas, nem afetando a posição financeira da Companhia.

As demonstrações financeiras estão expressas em euros e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente, ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas e passivos financeiros associados a contratos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como os ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico. A Companhia opera sobre o princípio da continuidade.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3 do presente relatório.

No exercício de 2012 não ocorreram alterações das políticas contabilísticas na preparação da informação financeira relativamente ao exercício anterior.

a) Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Em resultado das orientações emitidas por parte da União Europeia (UE), ocorreram as seguintes emissões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2012:

i) IFRS 7 (alteração), "Instrumentos financeiros: divulgações – transferência de ativos financeiros" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de julho de 2011). Esta alteração à IFRS 7 refere-se às exigências de divulgação a efetuar relativamente a ativos financeiros transferidos para terceiros, mas não desreconhecidos do balanço, por a entidade manter obrigações associadas ou envolvimento continuado. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) Novas normas e alterações a normas existentes, que apesar de já se encontrarem publicadas, apenas são de aplicação obrigatória para períodos anuais que se iniciem a partir de 1 de julho de 2012 ou em data posterior

i) IAS 1 (alteração), "Apresentação de demonstrações financeiras" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de julho de 2012). Esta alteração requer que as Entidades apresentem de forma separada os itens contabilizados como "Outros rendimentos integrais", consoante estes possam ser recuperados ou não no futuro por resultados do exercício e o respetivo impacto fiscal, se os itens forem apresentados antes de impostos. A Companhia aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.

ii) IAS 12 (alteração), "Impostos sobre o rendimento" (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem o mais tardar em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta alteração requer que uma Entidade mensure os impostos diferidos relacionados com ativos, dependendo se a mesma estima recuperar o valor líquido do ativo através do uso ou da venda, exceto para as propriedades de investimento mensuradas de acordo com o modelo do justo valor. Esta alteração incorpora na IAS 12 os princípios incluídos na SIC 21, a qual é revogada. A Companhia aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.

iii) IAS 19 (revisão 2011), "Benefícios aos empregados" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta revisão introduz diferenças significativas no reconhecimento e mensuração dos gastos com benefícios definidos e benefícios de cessação de emprego, bem como nas divulgações a efetuar para todos os benefícios concedidos aos empregados. Os desvios atuariais passam a ser reconhecidos de imediato e apenas nos "Outros rendimentos integrais" (não é permitido o método do corredor). O custo financeiro dos planos com fundo constituído é calculado na base líquida da responsabilidade não fundeada. Os benefícios de cessação de emprego apenas qualificam como tal se não existir qualquer obrigação do empregado prestar serviço futuro. A Companhia aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.

iv) Melhorias às normas – período 2009-2011 (a aplicar maioritariamente para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013, ainda sujeitas ao processo de adoção pela EU). O processo de

melhoria anual de 2009-2011 afeta as normas: IFRS 1, IAS 1, IAS 16, IAS 32 e IAS 34. Estas melhorias serão adotadas pela Companhia, quando aplicáveis, exceto as relativas à IFRS 1, por a Companhia já aplicar as IFRS.

v) IFRS 1 (alteração), "Adoção pela primeira vez das IFRS" (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem o mais tardar em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta alteração visa incluir uma isenção específica para as entidades que operavam anteriormente em economias hiperinflacionárias e adotam pela primeira vez as IFRS. A isenção permite optar por mensurar determinados ativos e passivos ao justo valor e utilizar o justo valor como "custo considerado" na demonstração da posição financeira de abertura para as IFRS. Outra alteração introduzida refere-se à substituição das referências a datas específicas por "data da transição para as IFRS" nas exceções à aplicação retrospectiva da IFRS. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

vi) IFRS 1 (alteração), "Adoção pela primeira vez das IFRS – Empréstimos do governo" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adoção pela UE. Esta alteração visa esclarecer como é que as entidades que adotam as IFRS pela primeira vez devem contabilizar um empréstimo do governo com uma taxa de juro inferior à taxa de mercado. Também introduz uma isenção à aplicação retrospectiva, semelhante à atribuída às entidades que já reportavam em IFRS, em 2009. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

vii) IFRS 10 (novo), "Demonstrações financeiras consolidadas" (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem o mais tardar em ou após 1 de janeiro de 2014). A IFRS 10 substitui todos os princípios associados ao controlo e consolidação incluídos na IAS 27 e SIC 12, alterando a definição de controlo e os critérios aplicados para determinar o controlo. O princípio base de que o consolidado apresenta a empresa mãe e as subsidiárias como uma entidade única mantém-se inalterado. A Companhia aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.

viii) IFRS 11 (novo), "Acordos conjuntos" (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem o mais tardar em ou após 1 de janeiro de 2014). A IFRS 11 centra-se nos direitos e obrigações associados aos acordos conjuntos em vez da forma legal. Acordos conjuntos podem ser Operações conjuntas (direitos sobre ativos e obrigações) ou Empreendimentos conjuntos (direitos sobre o ativo líquido por aplicação do método da equivalência patrimonial). A consolidação proporcional deixa de ser permitida na mensuração de Entidades conjuntamente controladas. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

ix) IFRS 12 (novo), "Divulgação de interesses em outras entidades" (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014). Esta norma estabelece os requisitos de divulgação para todos os tipos de interesses em outras entidades, incluindo empreendimentos conjuntos, associadas e entidades de fim específico, de forma a avaliar a natureza, o risco e os impactos financeiros associados ao interesse da Entidade. A Companhia aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.

x) Alteração à IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 – "Regime de transição" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adoção da UE. Clarifica que, quando da aplicação da IFRS 10 resulte um tratamento contabilístico de um investimento financeiro diferente do seguido anteriormente, de acordo com a IAS 27/SIC 12, os

comparativos têm de ser reexpressos mas apenas para o período comparativo anterior, e as diferenças apuradas, à data de início do período comparativo, são reconhecidas no capital próprio. Divulgações específicas são exigidas pela IFRS 12. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

xi) Alteração à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 – “Entidades gestoras de participações financeiras” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adoção da União Europeia. Esta alteração inclui a definição de Entidade gestora de participações financeiras e introduz o regime de exceção à obrigação de consolidar, para as Entidades gestoras de participações financeiras que qualifiquem como tal, uma vez que todos os investimentos serão mensurados ao justo valor. Divulgações específicas são exigidas pela IFRS 12. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

xii) IFRS 13 (novo), “Justo valor: mensuração e divulgação” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). A IFRS 13 tem como objetivo aumentar a consistência, ao estabelecer uma definição de justo valor e constituir a única base dos requisitos de mensuração e divulgação do justo valor a aplicar de forma transversal a todas as IFRS. A Companhia aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.

xiii) IAS 27 (revisão 2011), “Demonstrações financeiras separadas” (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem o mais tardar em ou após 1 de janeiro de 2014). A IAS 27 foi revista após a emissão da IFRS 10 e contém os requisitos de contabilização e divulgação para investimentos em subsidiárias, e empreendimentos conjuntos e associadas quando uma Entidade prepara demonstrações financeiras separadas. A Companhia aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.

xiv) IAS 28 (revisão 2011), “Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos” (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem o mais tardar em ou após 1 de janeiro de 2014). A IAS 28 foi revista após a emissão da IFRS 11 passando a incluir no seu âmbito o tratamento contabilístico dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, e estabelecendo os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial. A Companhia aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.

xv) IFRS 7 (alteração), “Divulgações – compensação de ativos e passivos financeiros” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta alteração é parte do projeto de “compensação de ativos e passivos” do IASB e introduz novos requisitos de divulgação sobre os direitos de compensação (de ativos e passivos) não contabilizados, os ativos e passivos compensados e o efeito destas compensações na exposição ao risco de crédito. A Companhia aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.

xvi) IAS 32 (alteração), “Compensação de ativos e passivos financeiros” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014). Esta alteração é parte do projeto de “compensação de ativos e passivos” do IASB a qual clarifica a expressão “deter atualmente o direito legal de compensação” e clarifica que alguns sistemas de regularização pelos montantes brutos (câmaras de compensação) podem ser equivalentes à compensação por montantes líquidos. A Companhia aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.

xvii) IFRS 9 (novo), "Instrumentos financeiros – classificação e mensuração" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2015). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela UE. Trata-se da primeira fase da IFRS 9, na qual se prevê a existência de duas categorias de mensuração: o custo amortizado e o justo valor. Todos os instrumentos de capital são mensurados ao justo valor. Um instrumento financeiro é mensurado ao custo amortizado apenas quando a Entidade o detém para receber os cash-flows contratuais e os cash-flows representam o nominal e juros. Caso contrário os instrumentos financeiros são valorizados ao justo valor por via de resultados. A Companhia aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.

2.2. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas incluem as contas da Eurovida e da sua filial ("Grupo"), e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas (Nota 5).

Filiais

São classificadas como filiais as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

No caso, o Grupo detém 100% do capital da Popular Seguros.

A consolidação das contas da filial que integra o Grupo foi efetuada pelo método da integração integral. As transações e os saldos significativos entre a empresa objeto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efetuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente aos períodos cobertos nas demonstrações financeiras.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos da Eurovida e da Popular Seguros, após os ajustamentos de consolidação.

Associadas

Consideram-se entidades "associadas" aquelas em que o Grupo tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Grupo se situe, direta ou indiretamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto.

Os investimentos em associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo respetivo custo de aquisição, o qual é subsequentemente ajustado com base na percentagem efetiva do Grupo nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

No caso, o Grupo detém 20% do capital da Refundos.

2.3. Principais políticas contabilísticas adotadas

As principais políticas contabilísticas, abaixo descritas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras:

a) Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos/passivos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

A informação reportada encontra-se segmentada entre negócio Vida e Não vida, nomeadamente:

1. Negócio Vida

- Contratos de Seguro – Produtos de risco;
- Contratos de Seguro – Produtos financeiros;
- Contratos de Investimento;
- Gestão de Fundos de Pensões.

2. Negócio Não Vida

- Acidentes e doença;
- Incêndio e outros danos;
- Automóvel;
- Responsabilidade civil geral;
- Diversos

b) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação (divulgadas pelo Banco de Portugal). Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

c) Ativos fixos tangíveis

Estes bens estão contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição, sendo depreciados e sujeitos a testes de imparidade. As suas depreciações são calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, numa base duodecimal, considerando as seguintes taxas anuais que refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

Ativos fixos tangíveis	Taxas anuais
Instalações	10%
Máquinas e Aparelhos	10% - 25%
Viaturas	25%
Mobiliário e Equipamento	10% - 33,33%

No reconhecimento inicial dos valores dos outros ativos tangíveis, a Companhia capitaliza o valor de aquisição adicionado de quaisquer encargos necessários para o funcionamento correto de um dado ativo, de acordo com o disposto na IAS 16. Ao nível da mensuração subsequente, a Companhia opta pelo estabelecimento de uma vida útil que seja capaz de espelhar o tempo estimado de obtenção de benefícios económicos, depreciando o bem por esse período. A vida útil de cada bem é revista a cada data de relato financeiro. Relativamente à coleção de obras de arte e ao seu tratamento contabilístico, estas também estão valorizadas ao custo de aquisição (o montante em 2012 ascendeu a 2.649 Euros).

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são capitalizados no ativo apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda de imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

d) Ativos intangíveis

Estes ativos intangíveis estão contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição, amortizados e sujeitos a testes de imparidade. As suas amortizações são calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais que refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

Ativos intangíveis	Taxas anuais
Despesas com Aplicações Informáticas	33,33%
Outros	33,33%

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda de imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os custos incorridos com a aquisição de aplicações informáticas são capitalizados como ativos intangíveis, assim como as despesas adicionais necessárias à sua implementação.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

e) Ativos financeiros

(i) Classificação

A Companhia classifica os seus ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- **Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas**

Os ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas podem subdividir-se em duas categorias:

- (i) Ativos financeiros detidos para negociação**

Correspondem, essencialmente, a títulos adquiridos com o objetivo de realização de valias no curto prazo e a instrumentos financeiros derivados; e

- (ii) Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas**

Nesta categoria são classificados (i) os ativos financeiros associados a produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador do seguro (*unit-linked*), (ii) os ativos financeiros geridos e cujo desempenho é avaliado numa base de justo valor, e/ou (iii) os ativos que contêm derivados embutidos, designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com as variações subsequentes reconhecidas em resultados.

- **Empréstimos e contas a receber**

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados num mercado ativo e cuja finalidade não seja a negociação imediata ou num prazo próximo ou que não tenham sido designados como ao justo valor através de ganhos e perdas ou como disponíveis para venda.

- **Investimentos a deter até à maturidade**

São os ativos financeiros não derivados sobre os quais exista a intenção e a capacidade de detenção até à maturidade, apresentando uma maturidade e fluxos de caixa fixos ou determináveis. Em caso de venda antecipada, a classe considera-se contaminada e todos os ativos da classe têm de ser reclassificados para a classe de "Ativos financeiros disponíveis para venda".

- **Ativos financeiros disponíveis para venda**

Os ativos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que (i) a Eurovida tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias anteriormente referidas.

(ii) Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações em (i) ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas, (ii) ativos financeiros disponíveis para venda, (iii) empréstimos e contas a receber e (iv) investimentos detidos até à maturidade, são reconhecidas na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas, caso em que estes custos de transação são diretamente registados em resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando:

- (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa;
- (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou;
- (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

(iii) Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros detidos para negociação e os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em ganhos e perdas.

Os ativos disponíveis para venda são, igualmente, registados ao justo valor, sendo as respetivas variações reconhecidas em reservas (capital próprio), na parte que pertence ao acionista. As variações ficam reconhecidas em reservas até que os ativos financeiros sejam vendidos ou desreconhecidos. No caso de ser identificada uma perda por imparidade, o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas, é transferido para resultados. No caso dos produtos com participação nos resultados, as variações do justo valor são reconhecidas inicialmente em reservas (capital próprio), e posteriormente transferidas para a conta de participação nos resultados a atribuir, na parte correspondente ao tomador de seguro (*shadow accounting*).

Ainda relativamente aos ativos disponíveis para venda, no caso dos títulos de rendimento fixo, o ajustamento ao valor de balanço (valor de mercado) compreende a separação entre (i) as amortizações segundo a taxa efetiva, (ii) as variações cambiais (no caso de denominação em moeda estrangeira) – ambas por contrapartida de resultados e (iii) as variações no justo valor (exceto risco cambial) – conforme descrito acima.

Os empréstimos e contas a receber e os investimentos detidos até à maturidade são mensurados em balanço ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efetiva, com as amortizações (juros, valores incrementais e prémios e descontos) a serem registados na conta de ganhos e perdas.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid price*). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) informações fornecidas pelas entidades gestoras/ emitentes, (ii) metodologias de avaliação, tais como, a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções parametrizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento (recorrendo, quando necessário, a entidades especializadas), e (iii) pressupostos de

avaliação baseados em informações de mercado. Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

(iv) Reclassificação entre categorias de ativos financeiros

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira ativos financeiros das categorias de ativos detidos para negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber (*Loans and receivables*) ou para ativos financeiros detidos até à maturidade (*Held-to-maturity*), desde que esses ativos financeiros obedeam às características de cada categoria.

As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de empréstimos e contas a receber e detidos até à maturidade também são permitidas.

A Eurovida e a Popular Seguros utilizaram a permissão de reclassificação prevista no ponto 50E da IAS 39 para transferir obrigações classificadas na classe de ativos disponíveis para venda para a classe empréstimos e contas a receber. Em dezembro de 2008, foram reclassificadas algumas obrigações classificadas inicialmente como ativos disponíveis para venda. A reclassificação foi efetuada devido ao facto de se considerar que existia falta de liquidez no mercado àquela data para essas obrigações e que as suas cotações não refletiam o seu justo valor.

O critério utilizado para elegibilidade da reclassificação das obrigações classificadas como disponíveis para venda para empréstimos concedidos e contas a receber teve como base a análise de liquidez do ativo, naquela data. A análise da liquidez dos ativos (cotação representativa do seu justo valor) teve por base a verificação cumulativa das seguintes condições: (i) existirem pelo menos três contribuidores de preços disponíveis no sistema de informação financeira *Bloomberg*; (ii) o "spread Bid/Ask" ser inferior ou igual a 50 bps; (iii) a diferença entre os dois melhores contribuidores ("spread Bid/Ask" mais curtos) ser inferior ou igual a 100 bps; e (iv) existirem quantidades significativas de transações superiores ou iguais a 500 mil unidades.

Em 31 de dezembro de 2012 o valor registado nas demonstrações financeiras, das obrigações reclassificadas na categoria de ativos empréstimos concedidos e contas a receber, com base no critério indicado, era de 9.777.474 Euros (16.519.684 Euros em 2011), ao passo que o seu valor com base nas cotações disponíveis naquelas datas, que não refletiam o valor de mercado, era de 9.817.053 Euros (14.945.473 Euros em 2011).

Mensalmente é efetuada a monitorização do cumprimento dos critérios de liquidez para esses títulos. Sempre que se verifique que os mesmos apresentam valor de mercado, é efetuada a sua reclassificação de empréstimos concedidos e contas a receber para a classe de ativos disponíveis para venda.

Durante o exercício de 2012 foi reclassificado um título de empréstimos concedidos e contas a receber para a classe ativos disponíveis para venda uma vez que se verificou que o valor do ativo, àquela data, cumpria com os critérios definidos internamente para ser considerado como disponível para venda.

(v) Imparidade

Imparidade de títulos

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos representativos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

De acordo com as políticas da Companhia, existe prova objetiva de imparidade, no caso dos instrumentos de capital, quando se verifica a existência de declínio significativo, isto é, sempre que ocorra uma desvalorização superior a 40% no justo valor ou, quando se verifica a existência de declínio prolongado, isto é, sempre que ocorra uma desvalorização continuada do justo valor abaixo do custo de aquisição num período de pelo menos 18 meses.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição/ custo amortizado (no caso de títulos de rendimento fixo) e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Qualquer perda de valor subsequente nestes ativos, originará perdas por imparidade adicionais a serem reconhecidas no exercício.

Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição/ custo amortizado se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, para os quais não é possível reconhecer qualquer reversão de imparidade. As valorizações subsequentes de ações e outros instrumentos de capital são reconhecidas em reservas.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade e empréstimos e contas a receber, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro. Estes ativos são apresentados no ativo, líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um ativo com taxa de juro variável, a taxa de juro a utilizar para a determinação da respetiva perda de imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade e empréstimos e contas a receber, se num período subsequente o montante de perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Ajustamentos para recibos por cobrar e para dívidas de cobrança duvidosa

Os ajustamentos para recibos por cobrar têm por objetivo reduzir o montante dos prêmios em cobrança ao seu valor estimado de realização. Os recibos emitidos e não cobrados em 31 de dezembro são refletidos na rubrica "Devedores – por operações de seguro direto".

Este ajustamento destina-se a reconhecer, no resultado da Companhia, o impacto da potencial não cobrança dos recibos de prêmios emitidos. O cálculo deste ajustamento é efetuado com base nos valores dos prêmios por cobrar, com emissão anterior a 90 dias, provisionando a totalidade dos recibos nesta situação.

Os ajustamentos para dívidas de cobrança duvidosa destinam-se a reduzir o montante dos saldos devedores, provenientes de operações de seguro direto, de resseguro ou outras, com exceção dos recibos por cobrar, ao seu valor provisionado de realização, por aplicação dos critérios autorizados por norma específica da autoridade de supervisão.

f) Outros ativos financeiros – Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados. Caso a Companhia considere reduzido o custo/benefício desta bifurcação, reconhece a "totalidade" do ativo ao justo valor através de ganhos e perdas, com as respetivas variações no justo valor em resultados.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é baseado em preços de cotação em mercado (valor de mercado), quando disponíveis, e na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo) é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade.

g) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e, (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com exceção dos passivos por contratos de investimento, os quais são registados ao justo valor.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes engloba os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de constituição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

i) Capital social

As ações são classificadas como capital próprio quando não há obrigação de transferir dinheiro ou outros ativos. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no capital próprio como uma dedução dos proventos, líquida de imposto.

j) Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

k) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, na parte que pertence ao acionista, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores, bem como a reserva de reavaliação a amortizar relativa às obrigações reclassificadas da categoria de Ativos Disponíveis para Venda para Empréstimos e Contas a Receber, em 2008 (ver adicionalmente a Nota 29).

l) Reserva por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de ativos disponíveis para venda, são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

m) Contratos de seguro e contratos de investimento – Classificação

A Companhia emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Em conformidade com o previsto na IFRS 4 e na IAS 39, a Companhia, tem os seus contratos classificados como:

▪ Contratos de seguro

Contratos em que a seguradora aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensar este no caso de um acontecimento futuro incerto especificado a afetar de forma adversa. Este tipo de contrato cai no âmbito da IFRS 4 (seguros de vida puros e não vida). Também são tratados no âmbito desta IFRS os contratos emitidos pela Companhia, cujo risco de seguro transferido não é significativo, mas com risco financeiro e com participação nos resultados discricionária (produtos de capitalização com taxa garantida e com participação nos resultados, ligados ao Ramo Vida), os quais são considerados contratos de investimento reconhecidos e mensurados de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro.

▪ Contratos de investimento

Contratos que envolvem exclusivamente risco financeiro, ligados ao Ramo Vida. Estes contratos podem ainda ser diferenciados entre contratos puramente financeiros e aqueles que possuem uma característica de participação discricionária. Se os contratos de investimento forem puros cairão no âmbito da IAS 39 (é o caso dos produtos *unit-linked* sem risco de seguro e produtos de capitalização

com taxa garantida e sem participação nos resultados, comercializados pela Companhia), enquanto que os contratos com a característica de participação discricionária (produtos de capitalização com taxa garantida e com participação nos resultados) se inserem na IFRS 4.

(i) Contratos de seguro e contratos de investimento com participação nos resultados

Prémios

Os prémios de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados são reconhecidos como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

A análise quantitativa dos prémios brutos emitidos de seguro direto e de resseguro cedido, referente a contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados, é abordada na Nota 6 do presente Relatório.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição são, essencialmente, representados pela remuneração contratualmente atribuída aos mediadores (fundamentalmente, ao Banco Popular) pela angariação de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados.

A remuneração de mediação é a remuneração atribuída ao canal de distribuição pela angariação de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados. As remunerações contratadas com agentes e angariadores são registadas como gastos no momento da emissão dos respetivos recibos de prémio.

No caso dos Ramos Não Vida, os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com a Norma n.º 19/94-R e 3/96-R do ISP, o diferimento destes custos está limitado a 20% do valor dos prémios não adquiridos.

Provisões técnicas

É requerido à Companhia pelas Leis e Regulamentos, bem como pelos princípios IFRS aplicáveis, o estabelecimento de Provisões Técnicas para fazer face às responsabilidades futuras para com os seus segurados, nomeadamente:

1. Aplicáveis ao Ramo Vida

1.1 Provisão matemática

A provisão matemática dos produtos de risco corresponde ao valor atual estimado dos compromissos da Companhia relativamente às apólices emitidas de contratos de seguro, sendo calculada segundo o

método atuarial prospetivo que, tendo em atenção os prémios futuros a receber, toma em consideração todas as obrigações futuras, de acordo com as condições fixadas para cada contrato em curso.

O montante desta provisão é calculado com base em pressupostos atuariais, mediante tabelas e fórmulas atuariais plenamente enquadradas nos normativos, com o conhecimento e fiscalização do ISP. No que respeita às tábuas de mortalidade utilizadas e às taxas técnicas implícitas no cálculo da provisão matemática, as mesmas encontram-se mencionadas na Nota 32.

A provisão matemática dos produtos financeiros é calculada pelo método retrospectivo, consistindo na capitalização da provisão do ano anterior acrescida do(s) prémio(s) pago(s) na anuidade e da participação nos resultados do exercício anterior, líquidos de resgates, capitalizados à taxa de juro técnica.

1.2. Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados ou já regularizados, mas ainda não liquidados no final do exercício, bem como à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício.

Esta provisão é determinada como segue: a) a partir da análise dos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade restante nessa data; e b) a partir da análise do histórico do peso dos sinistros não declarados no ano de ocorrência sobre os declarados, é apurada uma taxa a aplicar, aos sinistros declarados no ano, por forma a fazer face às responsabilidades com sinistros declarados após o fecho do exercício (IBNR). Para a determinação desta provisão é efetuada uma análise aos sinistros em curso no final de cada exercício e a consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data.

1.3. Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, a atribuir ou atribuída, desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos.

1.3. a) Provisão para participação nos resultados a atribuir (*shadow accounting*)

De acordo com o estabelecido na IFRS 4, os ganhos e perdas não realizados dos ativos financeiros disponíveis para venda afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro, na parte estimada da sua participação, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem, de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

Esta provisão corresponde desta forma ao valor da reserva de reavaliação positiva dos contratos de seguro de vida com participação nos resultados na quota-parte respeitante aos tomadores de seguro. Na data de transição, esta provisão absorveu o valor existente no Fundo para Dotações Futuras, corrigido dos ajustamentos decorrentes da nova classificação dos investimentos e respetiva valorização, em conformidade com o definido no novo PCES.

1.3. b) Provisão para participação nos resultados atribuída

Corresponde à parte atribuída, aos segurados ou aos beneficiários, dos resultados técnicos e financeiros dos contratos de seguro e de investimento com participação discricionária, sob a forma de participação nos resultados, apurados na gestão das respetivas carteiras, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo vida.

1.4. Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões para o resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro direto em conformidade com o previsto no normativo em vigor, tendo em atenção as cláusulas existentes nos tratados de resseguro em vigor. Correspondem à parte das resseguradoras dos montantes brutos das provisões técnicas de seguro de vida.

1.5. Contas a receber e a pagar de contratos de seguro e de contratos de investimento

Os saldos das contas a receber e a pagar associados aos contratos de seguro e de investimento são reconhecidos quando devidos. Estes saldos incluem, entre outros, os montantes devidos de e para os agentes, corretores e tomadores de seguro.

Quando houver evidência objetiva de que um destes ativos possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda de imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

As perdas por imparidade abatem o valor do ativo e são reconhecidas em resultados. Esta perda é calculada de acordo com o mesmo método usado para os outros ativos financeiros, o qual podemos verificar acima na subalínea v) da alínea e).

(ii) Contratos de investimento sem participação nos resultados

Os contratos de investimento são contratos que envolvem exclusivamente risco financeiro. Tal como referido acima, os contratos de investimento puros caem no âmbito da IAS 39 (é o caso dos produtos *unit-linked* sem risco de seguro e dos produtos de capitalização sem participação nos resultados e com taxa garantida, comercializados pela Companhia).

Os passivos financeiros relativos aos contratos de investimento sem participação nos resultados são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e, (ii) subsequentemente, ao justo valor.

As responsabilidades decorrentes dos produtos *unit-linked* (contratos de investimento em que o risco é suportado pelo tomador de seguro) detidos pela Companhia são classificadas como passivos financeiros ao justo valor através de resultados, os quais dependem do justo valor dos ativos financeiros, derivados e/ou propriedades de investimento que integram o fundo de investimento coletivo *unit-linked*. Neste caso (produtos *unit-linked*) os passivos financeiros correspondem ao valor da unidade de participação, deduzido das comissões de gestão, comissões de resgate e quaisquer penalizações.

O justo valor do passivo financeiro é determinado através das unidades de participação, as quais refletem o justo valor dos ativos que integram cada fundo de investimento, multiplicado pelo número de unidades de participação atribuíveis a cada tomador de seguro à data de balanço.

2. Aplicáveis aos Ramo Não Vida

2.1 Provisão para prémios não adquiridos

Esta provisão tem como objetivo registar parte dos prémios brutos emitidos, relativa a cada um dos contratos de seguro em vigor, a imputar a um ou vários exercícios seguintes. A Provisão para Prémios não Adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data. A Companhia, de acordo com a Norma n.º 19/94-R e 3/96-R do ISP calcula esta provisão contrato a contrato, recibo a recibo, mediante a aplicação do método *pró-rata temporis* a partir dos prémios brutos emitidos deduzidos dos respetivos custos de aquisição, relativos a contratos em vigor.

2.2 Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados ou já regularizados mas ainda não liquidados no final do exercício, bem como à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício.

A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos. Para a determinação desta provisão é efetuada uma análise aos sinistros em curso no final de cada exercício e a consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data.

Para o cálculo da provisão para sinistros ocorridos mas não reportados (IBNR) foram considerados os seguintes pressupostos: (a) nas modalidades sem qualquer sinistralidade foi aplicada a taxa de 2,2% do valor dos prémios brutos emitidos no ano; (b) nas modalidades com sinistralidade foi aplicada a taxa de 10% dos montantes dos custos com sinistros do ano.

Na sequência da Circular n.º 28/2004, de 17 de novembro, do Instituto de Seguros de Portugal, a Companhia regista uma provisão para despesas de regularização de sinistros, determinada com base no rácio entre as despesas gerais incorridas pela Companhia e o número de processos geridos, aplicado ao número de sinistros que se encontram em gestão no final do exercício.

Relativamente aos sinistros, o montante dos reajustamentos efetuados no ano pode ser visualizado no Anexo 2 e os custos com sinistros no Anexo 3.

2.3 Provisão matemática

As provisões matemáticas têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia, relativamente aos contratos de seguro emitidos, e são calculadas com base em métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Para o ramo Acidentes de Trabalho, para além da provisão para sinistros, efetua-se ainda uma provisão matemática para sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2012 que envolvam pagamentos de pensões já homologadas pelo Tribunal do Trabalho ou com acordo de conciliação já realizado, e também a estimativa das responsabilidades com pensões de sinistros registados até 31 de dezembro de 2012 e que se encontram pendentes de acordo final ou sentença.

As Provisões Matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamentos de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas utilizando pressupostos atuariais por referência a métodos atuariais reconhecidos e legislação laboral vigente.

Adicionalmente, considera-se ainda uma provisão matemática face às responsabilidades com pensões de sinistros já ocorridos relativas a potenciais incapacidades permanentes de sinistrados em tratamento em 31 de dezembro de 2012 ou de sinistros já ocorridos e ainda não participados.

Para as pensões não remíveis aplica-se a tábua de mortalidade TV 88/90 com uma taxa de juro de 3% e encargos de gestão de 2%, e para as pensões remíveis a tábua de mortalidade TD 88/90 com uma taxa de juro de 5,25% e encargos de gestão de 0% (conforme previsto na portaria 11/2000).

2.4 Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade, exceccionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações, e é constituída para os seguros de Cauções, Risco Atómico e Risco de Fenómenos Sísmicos.

Esta provisão é calculada com base em taxas específicas estabelecidas pelo ISP aplicadas ao resultado técnico. Para o Risco de Fenómenos Sísmicos, o único aplicável, é calculada através da aplicação de um facto de risco, definido pelo ISP, para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia.

2.5 Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos de seguro em vigor e dos prémios que se renovam em Janeiro do ano seguinte.

De acordo com o estipulado pelo ISP, o montante da Provisão para Riscos em Curso a constituir deverá ser igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis ainda não processados relativos a contratos em vigor, por um rácio que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência ao qual é deduzido o rácio de investimentos.

2.6 Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões para o resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro direto em conformidade com o previsto no normativo em vigor, tendo em atenção as cláusulas existentes nos tratados de resseguro em vigor.

n) Resseguro

No decurso normal da sua atividade a Companhia cede negócio. Os valores a pagar relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a pagar de empresas de seguro de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar às resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos contratos de resseguro.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos ativos relacionados com o Resseguro Cedido, no âmbito de contratos de resseguro, que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro direto.

o) Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são

reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda, são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado, de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem, de acordo com o estipulado na IAS 12.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, com exceção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as referidas diferenças.

p) Benefícios concedidos aos empregados

Benefícios pós-emprego

No dia 23 de dezembro de 2011, foi assinado um novo contrato coletivo de trabalho (novo CCT) entre a Associação Portuguesa de Seguradoras (APS) e dois sindicatos representativos da classe profissional (STAS e SISEP). Este novo CCT foi posteriormente publicado no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE) n.º 2, de 15 de janeiro de 2012.

O novo CCT veio, entre outros aspetos, alterar o plano de benefícios de reforma do anterior CCT, passando o mesmo para um plano de contribuição definida e aplicável a todos os trabalhadores no ativo. De acordo com o n.º 1 da cláusula 48º do novo CCT, “todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, beneficiarão de um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato coletivo de trabalho”. Ainda de acordo com o novo CCT no n.º 2 da cláusula 48º “o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados, calculado a 31 de dezembro de 2011, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo, admitidos até 22 de junho de 1995, que estavam abrangidos pelo disposto na cláusula 51.ª, n.º 4, do CCT, cujo texto consolidado foi publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, será convertido em contas individuais desses trabalhadores, nos termos e de acordo com os critérios que estiverem previstos no respetivo fundo de pensões ou seguro de vida, integrando o respetivo plano individual de reforma”.

Face ao exposto, o plano de benefícios anterior foi alterado e o saldo das responsabilidades por serviços passados integralmente financiadas a 31 de dezembro de 2011, abrangendo trabalhadores no ativo, foi convertido num plano individual de reforma, em 2012.

O novo plano de pensões é financiado: i) para os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995, abrangidos pelo anterior CCT, através da adesão coletiva no fundo de pensões Eurovida Reforma Valor (reconversão da anterior adesão coletiva para efeitos do novo plano de benefícios); ii) para os trabalhadores no ativo admitidos após 22 de junho de 1995, por apólices de seguro na modalidade Eurovida PIR (contrato de seguro individual, com garantia de capital).

Tendo em conta o disposto na cláusula 49ª do novo CCT, a Companhia efetuou e efetuará anualmente contribuições para o Plano Individual de Reforma (PIR) de valor correspondente às percentagens indicadas na tabela seguinte, aplicadas sobre o ordenado base anual do trabalhador:

Ano Civil	Percentagem de contribuição para o PIR
2012	1,00%
2013	2,25%
2014	2,50%
2015	2,75%
2016	3,00%
2017 e seguintes	3,25%

Em 2012, foi efetuada a primeira contribuição para o plano individual de reforma dos trabalhadores no ativo admitidos na atividade seguradora no período compreendido entre 22 de junho de 1995 e 31 de dezembro de 2009.

Para os trabalhadores no ativo admitidos na atividade seguradora antes de 22 de junho de 1995, a primeira contribuição será efetuada no ano de 2015 e para aqueles no ativo admitidos depois de 1 de janeiro de 2010, no ano seguinte àquele em que completem dois anos de prestação de serviços efetivos na empresa.

O plano individual de reforma deverá prever a garantia de capital investido, sendo essa responsabilidade da associada.

O novo plano de pensões (plano individual de reforma) passa a corresponder a um plano de contribuição definida em que a quantia dos benefícios pós-emprego recebidos pelos empregados é determinada pela quantia de contribuições pagas pela Companhia, juntamente com o retorno dos investimentos provenientes dessas mesmas contribuições. Consequentemente, os riscos atuarial e de investimento recairão nos empregados.

Dado que a obrigação da Companhia (Associado) é determinada pelas quantias a serem contribuídas, a respetiva contabilização consistirá em reconhecer um gasto anual, à medida que essas contribuições forem sendo efetuadas.

Relativamente ao anterior contrato coletivo de trabalho para o setor segurador, publicado no BTE nº 32, de 29 de agosto de 2008, com alterações posteriores publicadas no BTE nº 29, de 8 de agosto de 2009, estava previsto que a Companhia assumisse o compromisso de conceder aos Colaboradores que iniciaram a sua atividade no setor até 22 de junho de 1995, pensões de reforma por velhice e por invalidez. Este plano de pensões corresponde a um plano de benefícios definidos, uma vez que definia os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberia durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma ao abrigo do anterior CCT, foram calculadas anualmente, na data de fecho de contas (correspondendo o último a 31 de dezembro de 2011), com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações incluídas no fundo de pensões.

Os ganhos e perdas atuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos atuariais, foram reconhecidos nos resultados a que respeitaram.

Prémio de permanência (Outros benefícios de longo prazo):

Ao abrigo do novo CCT, a cláusula 41ª contempla a obrigação da Companhia atribuir aos Colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma cláusula, prémios de permanência pecuniários (Colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (Colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

Quando o trabalhador completar um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na Companhia terá direito a um prémio pecuniário de valor equivalente a 50% do seu ordenado efetivo mensal. Após este completar 50 anos de idade e logo que verificados os períodos mínimos de permanência na empresa, a seguir indicados, o prémio pecuniário será substituído pela concessão de dias de licença com retribuição em cada ano, de acordo com o esquema seguinte:

- a) Três dias, quando perfizer 50 anos de idade e 15 anos de permanência na Companhia;
- b) Quatro dias, quando perfizer 52 anos de idade e 18 anos de permanência na Companhia;
- c) Cinco dias, quando perfizer 54 anos de idade e 20 anos de permanência na Companhia.

As responsabilidades da Companhia com prémios de permanência foram calculadas, na data de fecho de contas, tendo sido apurado o montante de 13.200 Euros.

Benefícios de vida e saúde

A Eurovida oferece aos seus colaboradores um seguro de vida e de saúde. Estes seguros são contabilizados como gastos do exercício.

O **Seguro de Vida** é um dos benefícios em vigor na Eurovida. Pelo Seguro de Vida estão abrangidos, todos os colaboradores, em regime de contrato a termo certo e sem termo, até atingirem a idade de reforma obrigatória, salvo reforma antecipada por invalidez ou por vontade expressa do próprio. O Seguro de vida da Eurovida abrange as seguintes coberturas: Morte, Morte por Acidente, Invalidez Absoluta e Definitiva, sendo que no casos dos Órgãos Diretivos estão incluídas ainda as coberturas de Morte por Acidente de Circulação e Invalidez Profissional.

Para além do Seguro de vida, o **Seguro de Saúde** é um dos benefícios que a Eurovida disponibiliza a todos os colaboradores, assegurando a comparticipação dos cuidados médicos mais frequentes e/ou onerosos, para além do previsto no Contrato Coletivo de Trabalho. O Seguro de Saúde permite complementar ou mesmo substituir os serviços da Segurança Social, facilitando o acesso preventivo e curativos aos serviços de saúde. Em relação à sua abrangência, o Seguro de Saúde é dirigido a todos os seus colaboradores que se encontrem em efetividade de serviço ou na situação de pré-reforma e cuja idade não exceda os 70 anos.

Bónus de desempenho

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas nos resultados do exercício a que respeitam. O bónus é calculado tendo em consideração os resultados alcançados pela Companhia no exercício e de acordo com uma avaliação de desempenho, que se baseia em critérios organizacionais, quantitativos e qualitativos. Os critérios organizacionais dizem respeito à contribuição do colaborador para atingir os objetivos da Companhia (em termos de resultados). Os critérios qualitativos estão relacionados com os seguintes objetivos: mudança, resultados, colaboração, clientes, colaboradores, interpessoal, estratégia, inovação e integridade. Se neste processo o avaliado obtiver uma classificação inferior a determinada percentagem, o colaborador não recebe prémio de desempenho, caso contrário recebe um prémio proporcional à classificação obtida.

Estimativa para férias e subsídio de férias

Os encargos com férias e subsídio de férias dos empregados são registados quando se vence o direito aos mesmos e correspondem a dois meses de remunerações e respetivos encargos, baseada nos valores do respetivo exercício. A respetiva estimativa encontra-se registada na rubrica "Acréscimos e diferimentos" do passivo.

q) Provisões, ativos e passivos contingentes

São reconhecidas provisões quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de eventos passados, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido, e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. O montante da provisão deve corresponder à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade à data de balanço.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Companhia é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente, não necessitando de se constituir a respetiva provisão, mas apenas ser objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

r) Reconhecimento de outros rendimentos e gastos

Os outros rendimentos e os gastos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

s) Juros e dividendos

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber e investimentos detidos até à maturidade são reconhecidos nas rubricas

de juros e proveitos similares, utilizando o método da taxa efetiva. No caso dos juros dos ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando estabelecido o direito ao seu recebimento.

t) Locações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos na IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição do bem locado, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas: (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

u) Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transação de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objetivo da sua venda) e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do ativo como detido para venda, a mensuração dos ativos não correntes é efetuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes ativos para alienação são mensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

Nota 3 – Principais estimativas contabilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IAS/IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota 2.3.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. No entanto, o Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

As alternativas analisadas de seguida são apresentadas apenas para permitir um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

3.1. Responsabilidades relativas a contratos de seguro e a contratos de investimento

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados são registadas na rubrica contabilística de provisões técnicas.

As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais e rendas são determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados nas normas/ diplomas legais em vigor e na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária incluem a (i) provisão matemática, (ii) provisão para participação nos resultados atribuída e a atribuir e (iii) provisão para sinistros.

As responsabilidades relativas aos seguros temporários e complementares foram calculadas pelo método prospetivo a prémio de inventário. Para os seguros temporários anuais renováveis as provisões técnicas correspondem ao *pró-rata temporis* do prémio de inventário e, anulam-se na data de renovação. No cálculo das responsabilidades da carteira dos seguros em caso de morte, foram utilizadas a taxa técnica de 2,5% e a tábua GKM 80.

Para os contratos de rendas vitalícias, a responsabilidade é apurada pela interpolação linear das provisões matemáticas aniversárias a prémio de inventário, sendo a mesma base técnica quer para o cálculo dos prémios, quer para o cálculo da provisão matemática de inventário. A base técnica para o cálculo da responsabilidade na data aniversária, nos contratos de rendas vitalícias com taxa técnica de 6% diminuiu para 3% e a tábua de mortalidade PF 60/64 foi alterada para a GKF 95.

A responsabilidade do seguro misto com pagamentos intercalares anuais/ trimestrais dos benefícios em caso de sobrevivência, a prémio único durante 8 ou 10 anos, classificados como contratos de investimento (produto com taxa garantida sem participação nos resultados), é calculada ao "fair value". O valor das responsabilidades ao "fair value" é calculado através do valor atual dos *cash-flows* dos produtos, até à maturidade. As taxas de desconto por anuidade correspondem às taxas de juro sem risco de mercado, atualizadas mensalmente.

Para os seguros ligados a fundos de investimento em que o risco é do tomador de seguro, a provisão matemática mensal é calculada pelo número de unidades de conta, deduzidas do encargo de gestão, pelo valor da cotação da unidade de participação de cada fundo autónomo, no último dia de cada mês.

A Companhia calcula as provisões técnicas e os passivos financeiros com base nas fichas técnicas e planos de participação nos resultados dos produtos. O cálculo das provisões técnicas para cada produto, está configurado, na aplicação "Gestão Integrada de Seguros", em ambiente AS400 e tem uma periodicidade mensal e diária, respetivamente para os seguros de risco e os seguros financeiros.

Qualquer eventual alteração de critérios é devidamente avaliada para quantificação dos seus impactos financeiros.

A provisão para participação nos resultados a atribuir corresponde ao valor da reserva de reavaliação positiva dos contratos de seguro de vida com participação nos resultados na quota-parte respeitante aos tomadores de seguro. Na data de transição, esta provisão absorveu o valor existente no fundo para dotações futuras, corrigido dos ajustamentos decorrentes da nova classificação dos investimentos e respetiva valorização, em conformidade com o definido no novo PCES. Para apuramento da provisão para participação nos resultados a atribuir é estimada a valorização potencial dos ativos classificados como disponíveis para venda que se estima pertencerem ao tomador de seguro com base nas taxas de participação incluídas nos clausulados dos contratos.

A provisão para participação nos resultados atribuída corresponde à parte dos resultados técnicos e financeiros apurados na gestão das carteiras dos seguros com participação nos resultados para ser distribuída no futuro. Para apuramento da provisão para participação nos resultados atribuída, a Companhia utiliza os critérios de atribuição e distribuição conforme o estabelecido nos clausulados dos contratos e o normativo interno. A Provisão para participação nos resultados é apurada com base na percentagem mínima, estabelecida contratualmente, do saldo credor da conta de resultados técnico e/ou financeiros dos produtos.

Tal como referido para os seguros de vida, em relação aos seguros de não vida a Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados e na sua determinação avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente pelo atuário responsável.

As provisões técnicas relativas a contratos de seguro não vida incluem a: (i) provisão para prémios não adquiridos, (ii) provisão para riscos em curso, (iii) provisão para desvios de sinistralidade e, com maior relevo, (iv) provisão para sinistros reportados e não reportados.

A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro. Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas.

As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados. A Companhia regista provisões para sinistros do ramo não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim de uma estimativa resultante da experiência e conhecimento acumulado da Companhia. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros fatores.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospetiva.

Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado à Companhia, acomodado na provisão IBNR. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Ver adicionalmente as Notas 32 e 36.

3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor dos instrumentos financeiros é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis. Na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo) a Companhia estima o justo valor utilizando (i) informações fornecidas pelas entidades gestoras/ emitentes, (ii) metodologias de avaliação, tais como, a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções parametrizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento (recorrendo, se necessário, a entidades especializadas), e (iii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Ver adicionalmente a Nota 24.

3.3. Imparidade

Ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos classificados como disponíveis para venda (títulos de rendimento variável) quando existe um declínio prolongado ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de um declínio prolongado ou de valor significativo requer julgamento, conforme descrito na Nota 2.3, alínea e).

No caso dos títulos de rendimento fixo, a Companhia determina que existe imparidade quando ocorrem eventos que tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros.

A utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

Empréstimos e contas a receber

A Companhia efetua regularmente a análise das perdas por imparidade em empréstimos e contas a receber numa base individual, conforme descrito na Nota 2.3, alínea e).

A determinação de expectativas de perdas futuras nos títulos detidos baseia-se no acompanhamento regular dos emitentes, nomeadamente, da evolução das notações de *rating* das diversas agências. Perante a degradação da perceção de risco do emitente, como é o caso de uma descida significativa das notações de *rating*, a Companhia procede a uma análise detalhada da situação financeira e económica do emitente. Eventuais imparidades são constituídas com base na informação recolhida e na perceção quanto à capacidade de reembolso do título por parte do emitente.

A Companhia considera que a imparidade determinada com base nas metodologias anteriormente descritas permite refletir de forma adequada o risco de crédito associado a estes investimentos financeiros, tendo em conta as regras definidas pela Norma IAS 39.

3.4. Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal.

No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Nota 4 – Informação por Segmentos

Na sua atividade a Companhia dedica-se ao exercício da atividade de seguros para os Ramos Vida e Não Vida, tendo considerado como segmentos básicos de negócio os seguintes segmentos:

Seguros Vida

- Contratos de Seguro – Produtos de risco;
- Contratos de Seguro – Produtos financeiros;
- Contratos de Investimento;
- Gestão de Fundos de Pensões.

Os contratos de seguro compreendem os produtos em que a seguradora aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensar este no caso de um acontecimento futuro incerto especificado a afetar de forma adversa. Tanto podem ser da categoria de risco, que protegem a pessoa segura contra os riscos de morte, invalidez, doença grave e outros, como da categoria de financeiros, que possuem uma característica de participação discricionária.

Já o segmento de contratos de investimentos compreende os produtos de seguros que envolvem exclusivamente risco financeiro.

Para além dos contratos de seguro e de investimentos, na vertente dos seguros de vida existe ainda os Fundos de Pensões.

Seguros Não Vida

- Acidentes e Doença;
- Incêndios e Outros Danos;
- Automóvel;
- Responsabilidade Civil Geral;
- Diversos.

O segmento de Acidentes e Doença, inclui os produtos relacionados com a proteção pessoal, nomeadamente, os seguros de Acidentes Pessoais, de Acidentes de Trabalho (segmento particulares e empresas) e o de Saúde.

O seguro de Acidentes Pessoais tem como principal intuito proteger o segurado em caso de acidente. Cobre o risco de acidente com data e ocorrência bem definida, exclusiva e diretamente externo, súbito, involuntário e violento, causador de lesão física que, por si só, e independente de toda e qualquer outra causa, tenha como consequência direta a morte ou invalidez permanente total ou parcial do segurado ou torne necessário tratamento médico.

O seguro de Acidentes de Trabalho, visa segurar as pessoas no caso de se verificar um acidente no local de trabalho e no tempo de trabalho, produzindo direta ou indiretamente lesão corporal, perturbação funcional ou doença de que resulte a morte ou redução na incapacidade de trabalho. De referir, que este é um seguro obrigatório. Enquadra-se, ainda, no Ramo Acidentes e Doença, o Seguro de Saúde, que sendo um seguro facultativo, muitas vezes é efetuado por empresas como benefício aos seus colaboradores, funcionando assim como um complemento ao serviço nacional de saúde.

Também na componente de proteção pessoal, está incluído o produto de Responsabilidade Civil Família, seguro que cobre o risco do segurado numa eventualidade de ter de vir a indemnizar terceiros por danos que lhes cause, nomeadamente numa atividade, uma profissão ou situação familiar.

Como ofertas de proteção patrimonial, existe uma oferta alargada, contemplando seguros de Multiriscos Habitação ou Comércio e seguros Automóvel. Em ambos os casos, a Popular Seguros cobre danos causados no património, mediante as coberturas contratadas (base ou *plus* nos Multiriscos, e mínimos, médios ou máximos no caso do Automóvel). De referir, ainda, que o seguro automóvel é um seguro obrigatório, podendo o Multiriscos Habitação ou Comércio ser facultativo ou obrigatório, consoante a situação (por exemplo, a cobertura de recheio é por norma facultativa).

No que concerne ao segmento geográfico, todos os contratos são celebrados em Portugal pelo que existe apenas um segmento.

Segmento por negócio

O quadro anexo evidencia o relato por segmentos de negócio, para os exercícios de 2012 e 2011, detalhando os mesmos entre a posição financeira e a conta de ganhos e perdas, como segue:

1. Demonstração da posição financeira

Eurovida Consolidado

Unidade: Euros				
2012				
Demonstração da posição financeira - Ativo	Seguro Vida	Seguro Não-Vida	Não afetos	Total
Caixa e equivalentes	4.838.733	134.496	1.133.650	6.106.878
Investimentos em filiais, associadas e empresas conjuntas	-	-	208.278	208.278
Ativos financeiros detidos para negociação	300	-	300	600
Ativos classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	523.765.338	-	35.454.465	559.219.803
Ativos financeiros disponíveis para venda	115.839.723	5.932.228	15.049.348	136.821.299
Empréstimos concedidos e contas a receber	44.103.859	652.779	3.802.210	48.558.848
Outros ativos tangíveis	-	-	56.917	56.917
Outros ativos	(455.500)	-	6.293.740	5.838.240
Total	688.092.453	6.719.503	61.998.907	756.810.863

Unidade: Euros				
2012				
Demonstração da posição financeira - Passivo	Seguro Vida	Seguro Não-Vida	Não afetos	Total
Provisões técnicas	116.824.797	4.998.207	-	121.823.004
Provisão matemática	105.517.949	-	-	105.517.949
Provisão para prémios não adquiridos	-	2.929.295	-	2.929.295
Provisão para participação nos resultados	6.808.107	-	-	6.808.107
Provisão para sinistros	4.498.741	1.585.055	-	6.083.796
Outras provisões técnicas	-	483.857	-	483.857
Passivos financeiros relativos a contratos investimento	556.861.083	-	-	556.861.083
Outros passivos financeiros	1.520.744	594.457	4.000.176	6.115.377
Outros credores	160.974	-	1.636.313	1.797.287
Passivos por impostos	-	-	6.893.747	6.893.747
Acréscimos e diferimentos	-	-	885.140	885.140
Outros passivos	-	-	406.625	406.625
Total	675.367.598	5.592.665	13.822.000	694.782.263

Unidade: Euros

Demonstração da posição financeira - Ativo	2011			
	Seguro Vida	Seguro Não-Vida	Não afetos	Total
Caixa e equivalentes	20.542.246	408.460	712.844	21.663.550
Investimentos em filiais, associadas e empresas conjuntas	-	-	230.818	230.818
Ativos financeiros detidos para negociação	39.943	-	29.957	69.900
Ativos classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	388.160.722	-	25.965.855	414.126.577
Ativos financeiros disponíveis para venda	107.018.876	4.478.408	9.602.326	121.099.610
Empréstimos concedidos e contas a receber	38.600.324	404.566	3.600.620	42.605.510
Outros ativos tangíveis	-	-	67.556	67.556
Outros ativos	(516.545)	31	7.200.701	6.684.188
Total	553.845.567	5.291.464	47.410.678	606.547.709

Unidade: Euros

Demonstração da posição financeira - Passivo	2011			
	Seguro Vida	Seguro Não-Vida	Não afetos	Total
Provisões técnicas	119.962.671	4.334.961	-	124.297.632
Provisão matemática	110.524.450	-	-	110.524.450
Provisão para prémios não adquiridos	-	2.899.043	-	2.899.043
Provisão para participação nos resultados	4.277.105	-	-	4.277.105
Provisão para sinistros	5.161.116	1.153.898	-	6.315.014
Outras provisões técnicas	-	282.020	-	282.020
Passivos financeiros relativos a contratos investimento	428.600.657	-	-	428.600.657
Outros passivos financeiros	776.575	744.287	4.000.000	5.520.861
Outros credores	374.445	-	2.082.629	2.457.074
Passivos por impostos	-	-	640.262	640.262
Acréscimos e diferimentos	-	-	739.889	739.889
Outros passivos	-	-	546.291	546.291
Total	549.714.347	5.079.248	8.009.071	562.802.666

Segmento vida

Unidade: Euros

Demonstração da posição financeira - Ativo	2012				
	Contratos de Seguro		Contratos de Investimento	Gestão de Fundos de Pensões	Total Seguro vida
Risco	Financeiro				
Caixa e equivalentes	183.957	95.895	4.558.881	-	4.838.733
Investimentos em filiais, associadas e empresas conjuntas	-	-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	300	-	300
Ativos classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	-	1.984.278	521.781.060	-	523.765.338
Ativos financeiros disponíveis para venda	19.190.495	96.335.760	313.468	-	115.839.723
Empréstimos concedidos e contas a receber	2.107.969	10.446.325	31.549.565	-	44.103.859
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	-	(462.035)	6.536	(455.500)
Total	21.482.421	108.862.258	557.741.238	6.536	688.092.453

Unidade: Euros

Demonstração da posição financeira - Passivo	2012				Total Seguro vida
	Contratos de Seguro		Contratos de Investimento	Gestão de Fundos de Pensões	
	Risco	Financeiro			
Provisões técnicas	16.001.939	100.822.858	-	-	116.824.797
Provisão matemática	8.771.189	96.746.760	-	-	105.517.949
Provisão para participação nos resultados	2.815.574	3.992.533	-	-	6.808.107
Provisão para sinistros	4.415.176	83.565	-	-	4.498.741
Passivos financeiros relativos a contratos investimento	-	-	556.861.083	-	556.861.083
Outros passivos financeiros	715.920	-	804.824	-	1.520.744
Outros credores	160.974	-	-	-	160.974
Total	16.878.833	100.822.858	557.665.907	-	675.367.598

Unidade: Euros

Demonstração da posição financeira - Ativo	2011				Total Seguro vida
	Contratos de Seguro		Contratos de Investimento	Gestão de Fundos de Pensões	
	Risco	Financeiro			
Caixa e equivalentes	550.115	2.659.351	17.332.779	-	20.542.246
Investimentos em filiais, associadas e empresas conjuntas	-	-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	39.943	-	39.943
Ativos classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	-	2.151.209	386.009.513	-	388.160.722
Ativos financeiros disponíveis para venda	18.515.294	85.696.171	2.807.411	-	107.018.876
Empréstimos concedidos e contas a receber	1.308.305	14.172.417	23.119.603	-	38.600.324
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	-
Outros ativos	(14)	(8)	(516.522)	-	(516.545)
Total	20.373.700	104.679.140	428.792.727	-	553.845.567

Unidade: Euros

Demonstração da posição financeira - Passivo	2011				Total Seguro vida
	Contratos de Seguro		Contratos de Investimento	Gestão de Fundos de Pensões	
	Risco	Financeiro			
Provisões técnicas	17.605.550	102.357.121	-	-	119.962.671
Provisão matemática	10.126.482	100.397.968	-	-	110.524.450
Provisão para participação nos resultados	2.412.168	1.864.938	-	-	4.277.105
Provisão para sinistros	5.066.900	94.215	-	-	5.161.116
Passivos financeiros relativos a contratos investimento	-	-	428.600.657	-	428.600.657
Outros passivos financeiros	776.575	-	-	-	776.575
Outros credores	374.445	-	-	-	374.445
Total	18.756.570	102.357.121	428.600.657	-	549.714.347

Segmento Não Vida

Unidade: Euros

Demonstração da posição financeira Ativo	2012					Total Seguro não vida
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	
Caixa e equivalentes	54.703	46.466	30.541	1.386	1.399	134.496
Terrenos e edifícios	-	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empresas conjuntas	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Ativos classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.961.915	2.312.047	1.519.644	68.988	69.634	5.932.228
Empréstimos e contas a receber	201.437	262.832	172.752	7.842	7.916	652.779
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	-	-	-	-	-
Total	2.218.055	2.621.345	1.722.937	78.217	78.950	6.719.503

Unidade: Euros

Demonstração da posição financeira Passivo	2012					Total Seguro não vida
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	
Provisões técnicas	1.619.185	1.967.719	1.293.327	58.713	59.264	4.998.207
Outros credores	594.457	-	-	-	-	594.457
Passivos por impostos	-	-	-	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	-	-	-	-	-
Total	2.213.642	1.967.719	1.293.327	58.713	59.264	5.592.665

Unidade: Euros

Demonstração da posição financeira Ativo	2011					Total Seguro não vida
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	
Caixa e equivalentes	196.024	130.702	73.592	5.306	2.836	408.460
Terrenos e edifícios	-	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empresas conjuntas	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Ativos classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	2.111.813	1.456.060	819.834	59.110	31.590	4.478.408
Empréstimos e contas a receber	186.401	134.227	75.576	5.449	2.912	404.566
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	15	10	6	-	-	31
Total	2.494.253	1.720.999	969.008	69.866	37.338	5.291.464

Unidade: Euros

Demonstração da posição financeira Passivo	2011					Total Seguro não vida
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	
Provisões técnicas	1.874.334	1.515.392	854.592	59.404	31.239	4.334.961
Outros passivos financeiros	744.287	-	-	-	-	744.287
Outros credores	-	-	-	-	-	-
Total	2.618.621	1.515.392	854.592	59.404	31.239	5.079.248

2. Conta de ganhos e perdas

Eurovida Consolidado

Unidade: Euros

Conta de Ganhos e Perdas	2012			
	Seguro Vida	Seguro Não-Vida	Não Afetos	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	17.334.228	2.811.275	-	20.145.502
Comissões de contratos de investimento	6.083.973	-	-	6.083.973
Custos com sinistros líquidos de resseguro	(17.192.812)	(1.710.709)	-	(18.903.520)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-	(201.837)	-	(201.837)
Provisão matemática vida, líquida de resseguro	5.460.497	-	-	5.460.497
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(1.343.030)	-	-	(1.343.030)
Custos e gastos de exploração líquidos	(5.643.652)	(392.141)	-	(6.035.792)
Rendimentos	28.065.172	161.601	571.442	28.798.215
Gastos financeiros	(491.834)	(15.270)	74.769	(432.335)
Ganhos líquidos de ativos financeiros	(20.213.749)	104.061	157.932	(19.951.756)
Perdas por imparidade	(512.869)	(1.242)	(150.869)	(664.980)
Outros rendimentos/ gastos, líquidos de resseguro	597.760	(311)	853.688	1.451.137
Resultados antes de impostos	12.143.685	755.427	1.506.961	14.406.072
Impostos	(3.648.909)	(143.569)	(526.755)	(4.319.233)
Resultado líquido do exercício	8.494.776	611.858	980.205	10.086.839

Unidade: Euros

Conta de Ganhos e Perdas	2011			
	Seguro Vida	Seguro Não-Vida	Não Afetos	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	17.049.498	2.025.809	-	19.075.307
Comissões de contratos de investimento	6.042.612	-	-	6.042.612
Custos com sinistros líquidos de resseguro	(18.520.558)	(1.270.031)	-	(19.790.589)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-	(99.750)	-	(99.750)
Provisão matemática vida, líquida de resseguro	8.286.809	-	-	8.286.809
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(1.698.803)	-	-	(1.698.803)
Custos e gastos de exploração líquidos	(4.901.221)	(317.484)	-	(5.218.705)
Rendimentos	24.256.822	147.640	634.149	25.038.611
Gastos financeiros	(971.318)	(724)	(49.937)	(1.021.979)
Ganhos líquidos de ativos financeiros	(17.625.820)	31.649	254.496	(17.339.675)
Perdas por imparidade	(2.133.831)	(46.624)	(104.872)	(2.285.327)
Outros rendimentos/ gastos, líquidos de resseguro	614.840	(2.194)	977.522	1.590.168
Resultados antes de impostos	10.399.032	468.291	1.711.358	12.578.681
Impostos	(2.910.772)	(69.768)	(496.770)	(3.477.311)
Resultado líquido do exercício	7.488.260	398.523	1.214.588	9.101.370

Segmento Vida

Unidade: Euros

Conta de Ganhos e Perdas	2012				Total Seguro vida
	Contratos de Seguro		Contratos de Investimento	Gestão de Fundos de Pensões	
	Risco	Financeiro			
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	13.548.411	3.785.816	-	-	17.334.228
Comissões de contratos de investimento	-	-	6.083.973	-	6.083.973
Custos com sinistros líquidos de resseguro	(4.825.359)	(12.367.452)	-	-	(17.192.812)
Provisão matemática vida, líquida de resseguro	1.522.310	3.938.186	-	-	5.460.497
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(766.657)	(576.374)	-	-	(1.343.030)
Custos e gastos de exploração líquidos	(3.886.852)	(13.402)	(1.683.277)	(60.121)	(5.643.652)
Rendimentos	763.492	4.166.134	23.135.546	-	28.065.172
Gastos financeiros	(206.124)	615.804	(901.514)	-	(491.834)
Ganhos líquidos de ativos financeiros	560.289	2.129.083	(22.903.120)	-	(20.213.749)
Perdas por imparidade	(120.324)	(392.545)	-	-	(512.869)
Outros rendimentos/ gastos, líquidos de resseguro	(5.586)	-	-	603.346	597.760
Resultados antes de impostos	6.583.600	1.285.252	3.731.608	543.225	12.143.685
Impostos					(3.648.909)
Resultado do segmento Vida					8.494.776

Unidade: Euros

Conta de Ganhos e Perdas	2011				
	Contratos de Seguro		Contratos de Investimento	Gestão de Fundos de Pensões	Total Seguro vida
	Risco	Financeiro			
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	13.201.448	3.848.050	-	-	17.049.498
Comissões de contratos de investimento	-	-	6.042.612	-	6.042.612
Custos com sinistros líquidos de resseguro	(4.657.227)	(13.863.331)	-	-	(18.520.558)
Provisão matemática vida, líquida de resseguro	1.763.036	6.523.773	-	-	8.286.809
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(1.448.914)	(249.889)	-	-	(1.698.803)
Custos e gastos de exploração líquidos	(3.256.907)	(10.615)	(1.575.092)	(58.607)	(4.901.221)
Rendimentos	771.502	4.351.964	19.133.356	-	24.256.822
Gastos financeiros	(273.980)	249.439	(946.777)	-	(971.318)
Ganhos líquidos de ativos financeiros	112.880	980.948	(18.719.648)	-	(17.625.820)
Perdas por imparidade	(430.282)	(1.703.549)	-	-	(2.133.831)
Outros rendimentos/ gastos, líquidos de resseguro	1.322	6.608	-	606.910	614.839
Resultados antes de impostos	5.782.878	133.398	3.934.452	548.303	10.399.032
Impostos					(2.910.772)
Resultado do segmento Vida					7.488.260

Segmento Não Vida

Unidade: Euros

Conta de Ganhos e Perdas	2012					
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	Total Seguro não vida
	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	763.499	890.924	1.097.742	53.876	5.233
Custos com sinistros líquidos de resseguro	(89.257)	(527.113)	(1.112.287)	(14.100)	-	(1.742.758)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-	(263.348)	50.170	14.462	(3.121)	(201.837)
Custos e gastos de exploração líquidos	(291.203)	(17.792)	(222.259)	(22.746)	(12.271)	(566.272)
Rendimentos	58.253	59.804	39.739	1.896	1.909	161.601
Gastos financeiros	(7.196)	(9.381)	(6.078)	(287)	194	(22.748)
Ganhos líquidos de ativos financeiros	37.243	38.666	25.693	1.226	1.234	104.061
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	(425)	(473)	(314)	(15)	(15)	(1.242)
Outros rendimentos/ gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	(687)	376	-	-	(311)
Outros proveitos/ (custos) não técnicos	-	-	-	-	-	-
Resultados antes de impostos	470.913	170.600	(127.218)	34.312	(6.838)	541.769
Impostos						(143.569)
Resultado do segmento Não -Vida						398.200

Unidade: Euros

Conta de Ganhos e Perdas	2011					
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	Total Seguro não vida
	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	641.880	834.400	506.023	40.922	2.584
Custos com sinistros líquidos de resseguro	(131.798)	(571.523)	(562.664)	(4.046)	-	(1.270.031)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	8.326	(14.745)	(78.869)	(14.462)	-	(99.750)
Custos e gastos de exploração líquidos	(34.695)	(124.659)	(110.039)	(44.312)	(3.779)	(317.484)
Rendimentos	69.688	47.960	27.004	1.947	1.041	147.640
Gastos financeiros	763	(1.192)	(534)	37	203	(724)
Ganhos líquidos de ativos financeiros	14.886	10.314	5.807	419	224	31.649
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	(21.482)	(15.469)	(8.710)	(628)	(336)	(46.624)
Outros rendimentos/ gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	(2.194)	-	-	-	(2.194)
Outros proveitos/ (custos) não técnicos	-	-	-	-	-	-
Resultados antes de impostos	547.568	162.892	(221.982)	(20.123)	(64)	468.291
Impostos						(69.768)
Resultado do segmento Não -Vida						398.523

Segmento geográfico

Tal como referido anteriormente, todos os contratos são celebrados em Portugal pelo que existe apenas um segmento geográfico.

Nota 5 – Empresas do Grupo

5.1. Identificação da empresa-mãe do grupo e listagem dos investimentos significativos em filiais, entidades conjuntamente controladas e associadas

A empresa-mãe do grupo da **EUROVIDA** é o Banco Popular Español. No que respeita às participações financeiras, a Eurovida detém participações no capital da Popular Seguros – Companhia de Seguros S.A. e da Refundos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário S.A., as quais estão valorizadas ao custo de aquisição. A Eurovida, com referência a 31 de dezembro de 2012, prepara demonstrações financeiras consolidadas onde são incluídas aquelas sociedades.

A informação relativa às participações detidas (perímetro de consolidação), a 31 de dezembro de 2012, é a seguinte:

Designação	País	% Capital	% Votos	Unidade: Euros
				Valor da Participação Financeira
Refundos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário S.A.	Lisboa	20%	20%	112.230
Popular Seguros - Companhia de Seguros, S.A.	Lisboa	100%	100%	7.500.000

5.2. Informação financeira resumida das filiais

Os indicadores que se apresentam de seguida ilustram a atividade da Popular Seguros - Companhia de Seguros, S.A. em 2012 e 2011:

	Unidade: Euros		
	2012	2011	Var.% 12/11
Balanço			
Investimentos	12.837.001	11.274.303	13,9%
Ativo Líquido	15.341.103	13.914.851	10,2%
Capital Próprio	9.048.953	8.034.532	12,6%
Provisões Técnicas de Seguro Direto	4.998.207	4.334.961	15,3%
Conta de Ganhos e Perdas			
Prémios Brutos Emitidos de Seguro Direto	5.584.358	4.922.819	13,4%
Prémios Adquiridos, líquidos de Resseguro	2.811.275	2.025.809	38,8%
Custos com Sinistros de Seguro Direto	2.325.129	1.733.505	34,1%
Custos com Sinistros, líquidos de Resseguro	1.742.758	1.310.018	33,0%
Custos Operacionais	751.718	741.863	1,3%
Resultado Líquido	592.913	365.566	62,2%
Indicadores			
Taxa de Sinistralidade de Seguro Direto	41,6%	38,8%	+2,8 p.p.
Taxa de Sinistralidade líquida de Resseguro	62,0%	64,7%	- 2,7 p.p.
Resultado Líquido/ Prémios Brutos Emitidos	10,6%	7,4%	+3,2 p.p.
Rácio Combinado	64,2%	62,9%	+1,3 p.p.
Rácio de Solvência	237,9%	226,4%	+11,5 p.p.

5.3. Informação financeira resumida das associadas

A **REFUNDOS** é detida pela Eurovida em 20%, sendo consolidada pelo método da equivalência patrimonial. Os indicadores que se apresentam seguidamente ilustram a atividade de 2012 e 2011:

	Unidade: Euros		
	2012	2011	Var.% 12/11
Balanço			
Aplicações em Instituições de Crédito	998.773	984.688	1,4%
Ativo Líquido	1.281.390	1.392.714	-8,0%
Capital Próprio	1.041.388	1.154.089	-9,8%
Demonstração de Resultados			
Margem Financeira	11.372	53.888	-78,9%
Produto Bancário	1.146.180	1.275.815	-10,2%
Resultados antes de impostos	416.892	538.116	-22,5%
Resultado Líquido	281.299	394.381	-28,7%

Nota 6 – Prémios adquiridos, líquidos de resseguro

6.1. Indicação dos prémios reconhecidos resultantes de contratos de seguro

A totalidade dos prémios brutos emitidos de seguro direto respeita a contratos de seguro celebrados em Portugal, tendo ascendido ao montante de 25.028.625 Euros em 2012 (24.372.823 Euros em 2011). Os prémios de resseguro cedido ascenderam a 4.652.545 Euros em 2012 (4.837.005 Euros em 2011).

Unidade: Euros							
2012							
	Vida	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	Total
Prémios adquiridos de seguro direto	19.444.267	1.653.637	2.553.459	1.178.666	102.053	101.956	25.034.038
Prémios brutos emitidos	19.444.267	1.319.528	2.602.737	1.423.478	109.050	129.565	25.028.625
Variação da provisão para prémios não adquiridos	-	(334.108)	49.278	244.812	6.996	27.609	(5.413)
Prémios adquiridos de resseguro cedido	2.110.039	890.137	1.662.535	80.924	48.177	96.723	4.888.536
Prémios de resseguro cedido	2.110.039	523.067	1.762.401	80.924	52.247	123.867	4.652.545
Variação da provisão para prémios não adquiridos ressegurc	-	(367.070)	99.865	-	4.070	27.144	(235.991)
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	17.334.228	763.499	890.924	1.097.742	53.876	5.233	20.145.502

Unidade: Euros							
2011							
	Vida	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	Total
Prémios adquiridos de seguro direto	19.450.004	1.584.782	2.210.689	554.716	77.621	43.096	23.920.908
Prémios brutos emitidos	19.450.004	1.552.060	2.375.078	824.955	104.450	66.275	24.372.823
Variação da provisão para prémios não adquiridos	-	(32.722)	164.389	270.240	26.829	23.179	451.915
Prémios adquiridos de resseguro cedido	2.400.506	942.902	1.376.289	48.693	36.699	40.512	4.845.601
Prémios de resseguro cedido	2.400.506	834.939	1.441.615	48.693	49.279	61.973	4.837.005
Variação da provisão para prémios não adquiridos ressegurc	-	(107.963)	65.326	-	12.579	21.461	(8.597)
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	17.049.498	641.880	834.400	506.023	40.922	2.584	19.075.307

6.2. Indicação de alguns valores relativos ao seguro de vida

A análise dos prémios reconhecidos resultantes de contratos de seguro de vida pode ser efetuada como segue:

Unidade: Euros		
	2012	2011
Prémios brutos emitidos de seguro direto	19.444.267	19.450.004
Produtos Financeiros	3.785.816	3.848.050
Produtos de Risco	15.658.450	15.601.954
Prémios de resseguro cedido	2.110.039	2.400.506
Produtos Financeiros	-	-
Produtos de Risco	2.110.039	2.400.506
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	17.334.228	17.049.498

No que respeita aos prémios de seguro direto verificou-se um ligeiro decréscimo em 2012, comparativamente, estando esta redução justificada na totalidade pelos produtos financeiros que sofreram uma redução de -1,6%.

No que respeita à classe de produtos de risco, os mesmos apresentaram um crescimento de 0,4% face ao ano transato, não obstante as dificuldades de venda de produtos associados ao crédito habitação, com a redução deste pelo canal bancário aos clientes particulares.

De acordo com os princípios de classificação da IFRS 4 e IAS 39, os valores recebidos relativamente a contratos em que apenas se transfere o risco financeiro (incluindo produtos *unit-linked*), sem participação nos resultados, são classificados como contratos de investimentos e contabilizados no passivo. Desta forma, os valores recebidos, relativamente aos produtos *unit-linked* e aos contratos de taxa fixa sem participação nos resultados, não são contabilizados como prémios.

A informação relativa aos prémios de seguro direto, prémios de resseguro aceite e saldo do resseguro cedido, relativos a 2012 e 2011 pode, ainda, ser decomposta da seguinte forma:

	2012		2011	
	Unidade: Euros			
Prémios Brutos emitidos de Seguro Direto		19.444.267		19.450.004
Relativos a Contratos Individuais	16.428.886		17.020.091	
Relativos a Contratos de Grupo	3.015.381	19.444.267	2.429.913	19.450.004
Periódicos	17.785.527		18.032.243	
Não periódicos	1.658.740	19.444.267	1.417.761	19.450.004
De contratos sem participação nos resultados	9.772.224		9.406.979	
De contratos com participação nos resultados	9.672.043	19.444.267	10.043.025	19.450.004
Prémios Brutos emitidos de Resseguro Aceite		-		-
Saldo de Resseguro		(337.288)		(591.363)

6.3. Discriminação de alguns valores relativos ao seguro não-vida entre seguro direto e resseguro aceite

A discriminação de alguns valores relativos ao seguro não-vida e resseguro aceite de 2012, conforme formato requerido pelo ISP relativo ao Anexo 4, é analisado como segue:

Unidade: Euros

Ramos/ Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos	Prémios Brutos Adquiridos	Custos com Sinistros Brutos *	Custos e Gastos de Exploração Brutos *	Saldo de Resseguro
Seguro Direto					
Acidentes e Doença	1.319.528	1.653.637	278.247	401.300	(525.185)
Incêndio e Outros Danos	2.602.737	2.553.459	884.619	440.383	(777.456)
Automóvel	1.423.478	1.178.666	1.103.993	206.597	(80.924)
Responsabilidade Civil	825.619	653.674	711.543	120.137	(47.694)
Outras coberturas	597.858	524.992	392.450	86.460	(33.230)
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	109.050	102.053	26.221	28.938	(22.350)
Crédito e Caução	-	-	-	-	-
Proteção jurídica	6.265	4.906	-	599	(4.585)
Assistência	123.300	97.050	-	11.673	(92.138)
Diversos	-	-	-	-	-
Total	5.584.358	5.589.771	2.293.080	1.089.489	(1.502.638)
Resseguro Aceite					
	-	-	-	-	-
Total Geral	5.584.358	5.589.771	2.293.080	1.089.489	(1.502.638)

* Sem dedução da parte dos resseguradores

Em 2011, a discriminação de alguns valores relativos ao seguro não-vida e resseguro aceite pode ser vista como segue:

Unidade: Euros

Ramos/ Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos	Prémios Brutos Adquiridos	Custos com Sinistros Brutos *	Custos e Gastos de Exploração Brutos *	Saldo de Resseguro
Seguro Direto					
Acidentes e Doença	1.552.060	1.584.782	257.693	393.019	(467.282)
Incêndio e Outros Danos	2.375.078	2.210.689	866.635	355.501	(844.636)
Automóvel	824.955	554.716	562.230	115.739	(49.127)
Responsabilidade Civil	420.759	266.621	338.126	69.550	(28.698)
Outras coberturas	404.197	288.095	224.105	46.189	(20.429)
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	104.450	77.621	6.961	53.487	(24.610)
Crédito e Caução	-	-	-	-	-
Proteção jurídica	3.168	2.028	-	183	(1.908)
Assistência	63.108	41.068	-	3.596	(38.604)
Diversos	-	-	-	-	-
Total	4.922.819	4.470.904	1.693.519	921.526	(1.426.165)
Resseguro Aceite					
	-	-	-	-	-
Total Geral	4.922.819	4.470.904	1.693.519	921.526	(1.426.165)

* Sem dedução da parte dos resseguradores

Nota 7 – Comissões recebidas por tipo de contrato

De acordo com a IAS 18, o reconhecimento das comissões obedece ao princípio da especialização dos exercícios. As comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, referentes ao Ramo Vida, distribuem-se da seguinte forma:

Unidade: Euros

2012			
	Contratos de Seguro com participação nos resultados	Contratos de Seguro sem participação nos resultados	Contratos de Investimento
Comissões de Subscrição	-	-	723.628
Comissões de Gestão	-	-	4.910.564
Comissões de Resgate	-	-	449.781
Total	-	-	6.083.973

Unidade: Euros

2011			
	Contratos de Seguro com participação nos resultados	Contratos de Seguro sem participação nos resultados	Contratos de Investimento
Comissões de Subscrição	-	-	778.620
Comissões de Gestão	-	-	4.922.657
Comissões de Resgate	-	-	341.335
Total	-	-	6.042.612

As comissões de subscrição dos produtos comercializados pela Companhia correspondem a percentagens fixas, independentemente do prémio pago, ou a percentagens variáveis, consoante o prémio pago, e incidem, no momento da contratação, sobre o prémio pago. As comissões de gestão dos produtos comercializados pela Companhia correspondem a percentagens fixas, cobradas mensalmente sobre o número de unidades de conta detidas pelo Tomador do Seguro ou sobre o valor patrimonial do fundo autónomo, ou a percentagens variáveis, cobradas mensalmente sobre o valor patrimonial do fundo autónomo. Por fim, as comissões de resgate dos produtos comercializados pela Companhia correspondem a percentagens fixas ou variáveis, consoante o montante do resgate ou a anuidade da efetivação do resgate, e incidem, no momento do resgate, sobre o respetivo montante resgatado.

De acordo com os requisitos da IFRS 4 e IAS 39, os contratos de seguro emitidos pela Companhia relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimento e o respetivo valor recebido contabilizado como um passivo (contabilidade de depósito). Desta forma, os valores recebidos de contratos relativamente aos quais o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (*unit-linked*) e de contratos de seguro com garantia de taxa sem participação nos resultados, não são reconhecidos sob a forma de prémios, sendo apenas registadas as respetivas comissões de subscrição, gestão e resgate.

Ver complementarmente a Nota 36.

Nota 8 – Custos com sinistros, líquidos de resseguro

8.1. Indicação dos sinistros reconhecidos resultantes de contratos de seguro

Os custos com sinistros, líquidos de resseguro, relativos a contratos de seguros, em 31 de dezembro de 2012 e 2011 podem ser analisados no quadro que se segue:

Unidade: Euros

	2012						Total
	Vida	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	
Montantes pagos	17.772.887	86.337	449.258	861.916	9.716	-	19.180.114
Montantes brutos seguro direto	18.666.838	263.853	743.669	861.916	18.516	-	20.554.793
Prestações	17.464.414	252.228	637.832	841.884	17.600	-	19.213.958
Custos de gestão de sinistros imputados	1.202.424	11.625	105.837	20.033	916	-	1.340.835
Montantes brutos resseguro aceite	54.396	-	-	-	-	-	54.396
Prestações	54.396	-	-	-	-	-	54.396
Parte dos resseguradores	948.347	177.516	294.411	-	8.800	-	1.429.075
Provisão para sinistros (variação)	(580.075)	(1.821)	59.240	242.077	3.986	-	(276.594)
Montantes brutos seguro direto	(644.865)	14.394	140.949	242.077	7.705	-	(239.740)
Montantes brutos resseguro aceite	(17.509)	-	-	-	-	-	(17.509)
Parte dos resseguradores	(82.299)	16.215	81.710	-	3.719	-	19.345
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	17.192.812	84.516	508.498	1.103.993	13.702	-	18.903.520

Unidade: Euros

	2011						Total
	Vida	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	
Montantes pagos	17.796.804	86.722	506.801	345.867	2.622	-	18.738.815
Montantes brutos seguro direto	18.856.203	180.630	766.603	345.867	4.089	-	20.153.391
Prestações	17.684.070	165.308	595.684	317.758	2.935	-	18.765.754
Custos de gestão de sinistros imputados	1.172.133	15.322	170.919	28.108	1.154	-	1.387.637
Montantes brutos resseguro aceite	51.717	-	-	-	-	-	51.717
Prestações	51.717	-	-	-	-	-	51.717
Parte dos resseguradores	1.111.115	93.908	259.802	-	1.467	-	1.466.293
Provisão para sinistros (variação)	723.754	45.076	64.722	216.798	1.425	-	1.051.774
Montantes brutos seguro direto	332.243	77.063	100.031	216.364	2.872	-	728.573
Montantes brutos resseguro aceite	(32.706)	-	-	-	-	-	(32.706)
Parte dos resseguradores	(424.217)	31.987	35.310	(434)	1.447	-	(355.907)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	18.520.558	131.798	571.523	562.664	4.046	-	19.790.589

Os custos com sinistros, líquidos de resseguro, desagregados por negócio em vida, podem ser vistos como segue, a 31 de dezembro de 2012 e 2011:

Unidade: Euros

	2012	2011
Custos com sinistros - Seguro direto	16.819.549	18.016.313
Produtos de Risco	4.452.097	4.171.992
Produtos Financeiros	12.367.452	13.844.320
Custos com sinistros - Resseguro aceite	36.887	19.011
Produtos de Risco	-	-
Produtos Financeiros	36.887	19.011
Custos com sinistros - Resseguro cedido	866.048	686.898
Produtos de Risco	866.048	686.898
Produtos Financeiros	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro (sem imputação)	15.990.387	17.348.425

Em vida, a quebra registada nos custos com sinistros de seguro direto está relacionada com o decréscimo nos resgates dos produtos financeiros tal como se pode verificar no quadro seguinte, que desagrega os custos com sinistros por tipologia de sinistro:

Unidade: Euros

Tipo de sinistro	2012			2011		
	Montantes pagos	Provisão para sinistros (variação)	Total	Montantes pagos	Provisão para sinistros (variação)	Total
Vencimentos	1.491.668	(337.022)	1.154.646	792.697	172.525	965.223
Morte/invalidez	6.974.565	(299.165)	6.675.400	4.716.197	108.045	4.824.243
Rendas	1.912.708	379	1.913.086	1.798.787	(492)	1.798.296
Resgates	7.085.473	(9.056)	7.076.417	10.376.388	52.164	10.428.551
Custos com sinistros de seguro direto (sem imputação)	17.464.414	(644.865)	16.819.549	17.684.070	332.243	18.016.313

De seguida, apresentamos o detalhe dos custos com sinistros de resseguro cedido, por tipo de sinistro, sendo a totalidade dos valores aplicáveis ao negócio risco:

Unidade: Euros

Tipo de sinistro	2012			2011		
	Montantes pagos	Provisão para sinistros (variação)	Total	Montantes pagos	Provisão para sinistros (variação)	Total
Vencimentos	10.873	(74.608)	(63.734)	13.212	(98.234)	(85.022)
Morte/invalidez	937.474	(7.692)	929.782	1.097.904	(325.983)	771.921
Custos com sinistros de resseguro cedido	948.347	(82.299)	866.048	1.111.115	(424.217)	686.898

No que respeita aos ramo não vida, a discriminação dos custos com sinistros de 2012, conforme formato requerido pelo ISP relativo ao Anexo 3, é analisado como segue:

Unidade: Euros

Ramos/ Grupos de Ramos	Montantes Pagos - Prestações (1)	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (1)+(2)+(3)
Seguro Direto				
Acidentes e Doença	252.228	11.625	14.394	278.247
Incêndio e Outros Danos	637.832	105.837	140.949	884.619
Automóvel	841.884	20.033	242.077	1.103.993
Responsabilidade Civil	519.557	20.033	171.953	711.543
Outras coberturas	322.326	-	70.124	392.450
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	17.600	916	7.705	26.221
Crédito e Caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	1.749.544	138.411	405.125	2.293.080
Resseguro Aceite				
	-	-	-	-
Total Geral	1.749.544	138.411	405.125	2.293.080

* Sem dedução da parte dos resseguradores

Em 2011, a discriminação dos custos com sinistros era apresentada da seguinte forma:

Unidade: Euros

Ramos/ Grupos de Ramos	Montantes Pagos - - Prestações (1)	Montantes Pagos - - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Varição da Provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (1)+(2)+(3)
Seguro Direto				
Acidentes e Doença	165.308	15.322	77.063	257.693
Incêndio e Outros Danos	595.684	170.919	100.031	866.635
Automóvel	317.758	28.108	216.364	562.230
Responsabilidade Civil	177.479	23.610	137.037	338.126
Outras coberturas	140.280	4.498	79.327	224.105
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	2.935	1.154	2.872	6.961
Crédito e Caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	1.081.685	215.504	396.330	1.693.519
Resseguro Aceite				
	-	-	-	-
Total Geral	1.081.685	215.504	396.330	1.693.519

* Sem dedução da parte dos resseguradores

O montante de custos com sinistros de seguro direto, relativo ao ramo não vida, apresentou em 2012, um crescimento de 35,4% face ao período homólogo, o correspondente a um incremento de 599.561 Euros, sendo o ramo automóvel responsável por cerca de 90% deste.

O aumento verificado, em 2012 deveu-se essencialmente ao incremento a nível dos montantes pagos – prestações, que registou um crescimento de 667.860 Euros, face ao período homólogo. De salientar o decréscimo do montante de custos de gestão imputados à função sinistros (-35,8% face a 2011) resultado da revisão dos critérios de imputação, efetuada no exercício de 2012 (ver Nota 8.2), e à alteração dos *fees* pagos à EuropAssistance que passaram a ser contabilizados, a partir do final de agosto, diretamente na rubrica de montantes pagos de custos com sinistros.

No que respeita aos custos com sinistros de resseguro cedido, de não vida, os mesmos ascenderam no final de 2012 ao montante de 582.371 Euros (423.448 Euros em 2011), verificando-se um acréscimo de 37,5% face ao período homólogo.

8.2. Indicação dos montantes recuperáveis, relativamente a montantes pagos pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos dos segurados em relação a terceiros

Os reembolsos exigidos relativamente às prestações efetuadas em consequência de sinistros ocorridos e ainda não recebidos (IDS), do ramo Automóvel, ascendiam a 98.673 Euros (54.163 Euros em 2011).

8.3. Informação dos rácios de sinistralidade, rácios de despesas, rácios combinados de sinistros e despesas

Os principais rácios de atividade, para o exercício de 2012 e 2011, são como segue:

2012							
	Vida Risco	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	Total seguros Não vida
Rácio de Sinistralidade (1)	36,1%	16,8%	34,6%	93,7%	25,7%	0,0%	41,0%
Rácio de Despesas	30,6%	24,3%	17,2%	17,5%	28,4%	12,0%	19,5%
Rácio de Aquisição (2)	15,3%	19,1%	11,7%	16,4%	20,4%	12,0%	15,0%
Rácio Administrativo (3)	15,4%	5,2%	5,6%	1,1%	7,9%	0,0%	4,4%
Rácio Combinado	66,7%	41,1%	51,9%	111,2%	54,1%	12,0%	60,5%
Rácio de Investimentos (4)	6,2%	6,9%	3,4%	4,3%	3,7%	2,6%	4,5%
Rácio Total	60,5%	34,2%	48,5%	106,9%	50,4%	9,5%	56,1%

(1) (Custos com sinistros + custos imputados) / Total de Produção (Vida risco) ou Prémios adquiridos de Seguro Direto (Outros ramos)
 (2) (Remunerações de mediação e de aquisição + custos imputados + variação dos custos de aquisição diferidos) / Total de Produção (Vida risco) ou Prémios adquiridos de Seguro Direto (Outros ramos)
 (3) (Remunerações de mediação e administrativas + custos imputados) / Total de Produção (Vida risco) ou Prémios adquiridos de Seguro Direto (Outros ramos)
 (4) (Rendimentos - gastos em investimentos + ganhos líquidos em investimentos - imparidades) / Total de Produção (Vida risco) ou Prémios brutos emitidos de Seguro Direto (Outros ramos)

2011							
	Vida Risco	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	Total seguros Não vida
Rácio de Sinistralidade (1)	34,3%	16,3%	39,2%	101,4%	9,0%	0,0%	37,9%
Rácio de Despesas	28,2%	24,8%	16,1%	20,9%	68,9%	8,8%	20,6%
Rácio de Aquisição (2)	13,2%	19,2%	11,4%	16,2%	45,8%	8,8%	15,3%
Rácio Administrativo (3)	15,0%	5,6%	4,7%	4,6%	23,1%	0,0%	5,3%
Rácio Combinado	62,5%	41,1%	55,3%	122,2%	77,9%	8,8%	58,5%
Rácio de Investimentos (4)	1,2%	3,9%	1,6%	2,7%	1,6%	1,7%	2,5%
Rácio Total	61,3%	37,2%	53,6%	119,5%	76,3%	7,1%	56,0%

(1) (Custos com sinistros + custos imputados) / Total de Produção (Vida risco) ou Prémios adquiridos de Seguro Direto (Outros ramos)
 (2) (Remunerações de mediação e de aquisição + custos imputados + variação dos custos de aquisição diferidos) / Total de Produção (Vida risco) ou Prémios adquiridos de Seguro Direto (Outros ramos)
 (3) (Remunerações de mediação e administrativas + custos imputados) / Total de Produção (Vida risco) ou Prémios adquiridos de Seguro Direto (Outros ramos)
 (4) (Rendimentos - gastos em investimentos + ganhos líquidos em investimentos - imparidades) / Total de Produção (Vida risco) ou Prémios brutos emitidos de Seguro Direto (Outros ramos)

Analisando a evolução dos rácios do negócio vida risco em 2012, comparativamente com o período homólogo, verificou-se uma ligeira redução do rácio total de 61,3% para 60,5%. Esta redução de -0.8 p.p., em 2012, ficou justificada, essencialmente, pelo aumento do rácio de investimentos (em 5.1 p.p.), decorrente, essencialmente, das valias realizadas e uma diminuição das perdas por imparidade verificadas em 2012. Por outro lado, assistiu-se, em 2012, a um aumento da taxa de sinistralidade efetiva (isto é, custos com sinistros sem considerar o efeito da imputação de custos) acompanhado de um aumento do rácio de despesas (em 2.4 p.p.), verificando-se assim em 2012 um crescimento do rácio combinado de 62,5% para 66,7%.

No que concerne ao ramo não vida, assistiu-se ao aumento do rácio combinado (60,5% em 2012 face a 58,5% em 2011) que se encontra justificado pelo aumento da taxa de sinistralidade (41,0% face a 37,9% em 2011). A taxa de sinistralidade, em 2012, viu-se agravada, essencialmente, nos ramos Acidentes e Doença e Responsabilidade civil geral, ainda que o ramo Automóvel seja aquele que apresenta a maior taxa entre todos os ramos.

De salientar a evolução positiva do rácio de despesas (19,5% face a 20,6% em 2011), potenciado pelo crescimento do volume de prémios adquiridos de seguro direto, evidenciado sobretudo nos ramos Automóvel e Responsabilidade civil geral.

Relativamente ao rácio total, no ramo não vida, este não apresentou alterações significativas, mantendo-se a par do período homólogo (56,1% em 2012 e 56,0% em 2011), uma o aumento do rácio combinado foi acompanhado, também, por um aumento do rácio de investimentos.

Nota 9 - Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro

As outras provisões técnicas, líquidas de resseguro são analisadas como segue:

Unidade: Euros

	2012					Total
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	
Provisão para desvios de sinistralidade	-	263.348	-	-	-	263.348
Provisão para riscos em curso	-	-	(50.170)	(14.462)	3.121	(61.511)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-	263.348	(50.170)	(14.462)	3.121	201.837

Unidade: Euros

	2011					Total
	Acidentes e Doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Responsab. civil geral	Diversos	
Provisão para desvios de sinistralidade	-	14.745	-	-	-	14.745
Provisão para riscos em curso	(8.326)	-	78.869	14.462	-	85.005
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(8.326)	14.745	78.869	14.462	-	99.750

O valor reconhecido na rubrica outras provisões técnicas, líquidas de resseguro, corresponde à variação da provisão para riscos em curso e à variação da provisão para desvios de sinistralidade.

A Provisão para riscos em curso ascendeu, no final de 2012, ao montante de 132.224 Euros (193.735 Euros em 2011), tendo ocorrido um redução no período de 61.511 Euros, sendo que destes, 50.170 correspondem ao ramo Automóvel.

A provisão para desvios de sinistralidade ascendia no final de 2012 ao montante de 351.633 Euros (88.285 Euros em 2011), correspondendo na totalidade ao ramo Incêndio e Outros Danos.

Nota 10 – Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro

A rubrica provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro representa a variação das responsabilidades da Companhia com contratos de seguro do ramo vida e contratos de investimento com participação nos resultados.

	Unidade: Euros	
	2012	2011
Montante bruto	(5.461.673)	(8.310.928)
Seguro direto	(5.424.299)	(8.362.064)
Produtos de Risco	(1.486.113)	(1.787.155)
Produtos Financeiros	(3.938.186)	(6.574.909)
Resseguro aceite	(37.374)	51.136
Produtos de Risco	-	-
Produtos Financeiros	(37.374)	51.136
Parte dos Resseguradores	(1.176)	(24.119)
Produtos de Risco	(1.176)	(24.119)
Produtos Financeiros	-	-
Total	(5.460.497)	(8.286.809)

A quebra registada ao nível dos prémios dos produtos financeiros e o volume de sinistros teve como consequência a diminuição das responsabilidades da Companhia, justificando assim a redução da dotação da provisão matemática, líquida de resseguro cedido. Ver adicionalmente a Nota 32.

Nota 11 – Participação nos resultados, líquida de resseguro

A rubrica de participação nos resultados, líquida de resseguro diz respeito ao acréscimo de responsabilidades da Companhia relativo aos montantes estimados atribuíveis aos tomadores de seguros em contratos de seguro do ramo vida e contratos de investimento com participação nos resultados.

No quadro seguinte apresentamos o detalhe por segmento da participação nos resultados, para os exercícios de 2012 e 2011:

	Unidade: Euros	
	2012	2011
Provisão para participação nos resultados		
Produtos de Risco	766.657	1.448.914
Produtos Financeiros	576.374	249.889
Total	1.343.030	1.698.803

No ano 2012 verificou-se uma redução da dotação da provisão para participação nos resultados em -20,9% (1.343.030 Euros em 2012 e 1.698.903 Euros em 2011), sendo esta redução justificada, na sua totalidade, pelo segmento do negócio risco (766.657 Euros em 2012 e 1.448.914 Euros em 2011).

A redução em 2012 no segmento do negócio risco, quando comparado com 2011, encontra-se justificada pelo decréscimo que se assistiu na produção emitida em contratos com participação nos resultados. Também a penalizar o resultado operacional destes produtos, teve o aumento da taxa de sinistralidade verificada no ano corrente.

Por outro lado, o negócio financeiro viu aumentada a sua dotação da provisão para participação nos resultados (576.374 Euros em 2012 e 249.889 Euros em 2011), justificada essencialmente pelos

resultados financeiros, nomeadamente, mais valias realizadas e um menor valor de imparidade reconhecido, face ao ano de 2011.

Nota 12 – Custos e gastos de exploração líquidos

A contabilização dos custos e gastos (custos indiretos) é inicialmente realizada pela sua natureza, sendo posteriormente efetuada uma imputação, tendo por base uma chave de repartição, de acordo com a sua função: a Custos de Aquisição, Administrativos, Sinistros, Investimentos e a Custos de Gestão de Fundos de Pensões.

Assim, os custos registados nas rubricas de custos por natureza a imputar, não são evidenciados diretamente na conta de ganhos e perdas, dado que são distribuídos pelas cinco funções referidas, encontrando-se os mesmos refletidos e distribuídos pelas seguintes rubricas de ganhos e perdas:

- Função Sinistros: Custos com sinistros - Montantes pagos brutos (Nota 8);
- Função Aquisição: Custos e gastos de exploração - Custos de aquisição;
- Função Administrativa: Custos e gastos de exploração - Custos administrativos;
- Função Investimentos: Gastos financeiros – Outros (Nota 15);
- Função Gestão de Fundos de Pensões: Custos e gastos de exploração - Custos administrativos de fundos de pensões.

12.1. Indicação dos custos e gastos de exploração líquidos

O montante dos custos e gastos de exploração líquidos é decomposto como segue:

	Unidade: Euros	
	2012	2011
Custos de aquisição	4.591.027	4.065.940
Remunerações de intermediação	3.148.837	2.724.616
Outros custos de aquisição	119.147	56.653
Custos imputados	1.323.044	1.284.671
Custos de aquisição diferidos (variação)	35.666	(28.796)
Custos administrativos	3.014.327	2.931.966
Remunerações de intermediação	372	377
Custos imputados - Função administrativa	2.953.834	2.872.983
Custos imputados - Função gestão de fundos de pensões	60.121	58.607
Comissões e participação nos resultados de resseguro	1.605.228	1.750.406
Total	6.035.792	5.218.704

Os custos e gastos de exploração líquidos ascenderam, em 2012, ao montante de 6.035.792 Euros (5.218.704 Euros em 2011), apresentando um crescimento de 15,7% face ao período homólogo. A variação mais significativa ocorreu ao nível das remunerações de intermediação, com um crescimento de 15,6%, estando diretamente associado ao aumento da produção.

A rubrica “Outros custos de aquisição” registou um aumento no montante de 62.494 Euros, face a 2011, uma vez que no presente ano passaram a ser contabilizados o *fee* pago à AdvanceCare e à DentalRede (em 2011 estes valores estavam a ser contabilizados numa rubrica de Fornecimentos e Serviços

Externos, ver Nota 12.3.). Para além deste aumento, salienta-se a variação dos custos de aquisição diferidos (+64.461 Euros face a 2011).

No que respeita à rubrica Comissões e participação nos resultados de resseguro está incluído o montante de 903.391 Euros (986.512 Euros em 2011) referente à participação de resultados de resseguro cedido, sendo que a redução da participação nos resultados de resseguro cedido está diretamente relacionado com a redução da produção de resseguro cedido e do aumento na sinistralidade de resseguro cedido, verificada nos produtos de risco.

12.2. Análise dos gastos usando uma classificação baseada na sua função

A discriminação dos gastos usando uma classificação baseada na sua função, nomeadamente, para aquisição de contratos de seguro e investimento (aquisição e administrativos), custos com sinistros, custos com investimentos e custos com a gestão de fundos de pensões, foi a seguinte:

	2012			2011		
	Conta Técnica	Conta Não Técnica	Total	Conta Técnica	Conta Não Técnica	Total
Custos com sinistros (Nota 8)	1.279.885	-	1.279.885	1.271.754	-	1.271.754
Custos de aquisição	1.323.044	-	1.323.044	1.284.671	-	1.284.671
Custos administrativos	2.953.834	-	2.953.834	2.872.983	-	2.872.983
Custos gestão dos investimentos	1.254.062	-	1.254.062	1.214.006	-	1.214.006
Custos com gestão de fundos de pensões	60.121	-	60.121	58.607	-	58.607
Total	6.870.945	-	6.870.945	6.702.020	-	6.702.020

Na sequência das alterações ocorridas nos últimos anos com o alargamento do negócio não vida a novos ramos, e dado que existiram alterações na operacionalidade das Companhias (por exemplo: revisão e alteração dos processos de subscrição e sinistros, automatização de processos anteriormente efetuados manualmente, diferentes políticas de resseguro, dinamização de outros canais de distribuição, alteração da Direção Comercial, etc.), a Popular Seguros tem verificado a necessidade de proceder a revisões sistemáticas da adequacidade dos critérios de imputação de custos, para que os mesmos reflitam de forma adequada a realidade operacional de cada um dos negócios, neste caso específico, o do segmento de não vida.

A Metodologia adotada no que se refere à imputação dos custos resume-se aos seguintes pontos:

- Definição dos conceitos inerentes a cada função, de forma a adotar critérios uniformes em cada Direção/Gabinete;
- Agrupamento dos Centros de Custo, de acordo o critério de apresentarem (ou não) características idênticas;
- Identificação por Centro de Custo, numa primeira fase, do tempo despendido por função (Aquisição, Administrativa, Sinistros e Investimentos), tendo por base a ferramenta *Optimiza*, na qual todos os colaboradores registam as suas atividades diárias;
- Numa segunda fase, utilizou-se como processo complementar, informação extraída do Fortis (ferramenta documental e que funciona para alguns processos como *Workflow*), quantificado o número de documentos tratados por processo (por exemplo: Subscrição, Alterações de Apólices, Investimentos, etc.) e por Centro de Custo;
- Após análise da informação recorrente dos dois pontos mencionados anteriormente, as percentagens finais de imputação de custos a cada uma das funções, foram alvo de envolvimento de todas as áreas, de forma a garantir que as percentagens apuradas espelhavam a realidade de cada Direção e da Companhia como um todo.

Em termos de alteração de imputação de custos em 2012 verificou-se, face a 2011, um decréscimo da percentagem imputada à função de gestão de sinistros (-0,3%), sendo que, em contrapartida as funções aquisição, administrativa e investimentos registaram um acréscimo de 0,1% face ao ano de 2011.

No quadro que se segue, é apresentado em termos de valores e percentagens, a imputação dos gastos baseados na sua natureza, por cada uma das funções de imputação, para os anos de 2012 e 2011:

Descrição	Valores em Euros										
	2012										
	Total	Sinistros		Aquisição		Administrativos		Investimentos		Pensões	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Pessoal	3.393.260	677.002	20,0%	643.152	19,0%	1.531.506	45,1%	507.751	15,0%	33.850	1,0%
Fornecimentos e Serviços Externos	2.887.001	557.092	19,3%	613.515	21,3%	1.305.243	45,2%	386.342	13,4%	24.808	0,9%
Impostos	95.100	17.931	18,9%	21.553	22,7%	43.121	45,3%	11.760	12,4%	733	0,8%
Amortizações	161.415	27.860	17,3%	44.824	27,8%	73.964	45,8%	14.038	8,7%	729	0,5%
Juros Suportados	90.939	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	90.939	100,0%	-	0,0%
Comissões	243.231	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	243.231	100,0%	-	0,0%
Total	6.870.945	1.279.885	18,6%	1.323.044	19,3%	2.953.834	43,0%	1.254.062	18,3%	60.121	0,9%

Descrição	Valores em Euros										
	2011										
	Total	Sinistros		Aquisição		Administrativos		Investimentos		Pensões	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Pessoal	3.202.186	637.747	19,9%	605.859	18,9%	1.448.382	45,2%	478.310	14,9%	31.887	1,0%
Fornecimentos e Serviços Externos	2.873.722	572.742	19,9%	604.084	21,0%	1.287.167	44,8%	384.997	13,4%	24.732	0,9%
Impostos	67.917	13.505	19,9%	15.168	22,3%	30.329	44,7%	8.392	12,4%	523	0,8%
Amortizações	241.170	47.760	19,8%	59.559	24,7%	107.106	44,4%	25.281	10,5%	1.464	0,6%
Juros Suportados	84.814	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	84.814	100,0%	-	0,0%
Comissões	232.211	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	232.211	100,0%	-	0,0%
Total	6.702.020	1.271.754	19,0%	1.284.671	19,2%	2.872.983	42,9%	1.214.006	18,1%	58.607	0,9%

12.3. Análise dos gastos usando uma classificação baseada na sua natureza

No quadro abaixo, está a discriminação dos gastos usando uma classificação baseada na sua natureza:

	Unidade: Euros	
	2012	2011
Gastos com o pessoal	3.393.260	3.202.186
Fornecimentos e serviços externos		
Conservação e reparação	853.927	884.203
Trabalhos especializados	388.683	306.059
Cedência de pessoal	292.691	305.269
Custos com cobrança de prémios	247.930	259.895
Rendas e alugueres	263.836	261.008
Comunicações	214.051	218.629
Publicidade e propaganda	106.039	118.573
Custos com Medicina Dentária	96.814	136.302
Deslocações, estadas e despesas de representação	85.833	76.667
Impressões	63.356	74.533
Livros e documentação técnica	58.748	49.233
Material de escritório	54.558	41.000
Custos com trabalho independente	44.827	63.101
Contencioso e notariado	44.753	4.021
Outros Custos	44.344	46.556
Quotizações	26.611	28.670
Sub-Total	2.887.001	2.873.721
Impostos e taxas	95.100	67.917
Amortizações/depreciações do exercício		
Activo Intangível (Nota 30)	132.146	196.974
Activo Tangível (Nota 31)	29.269	44.196
Sub-Total	161.415	241.170
Provisões	-	-
Juros suportados (Nota 37)	90.939	84.814
Comissões	243.231	232.211
Total	6.870.945	6.702.020

Gastos com pessoal

a) Indicação do montante das despesas com o pessoal referente ao exercício

Os gastos com pessoal decompõem-se, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, como segue:

	Unidade: Euros	
	2012	2011
Remunerações	2.585.041	2.384.305
dos Órgãos Sociais	245.347	250.746
do Pessoal	2.339.694	2.133.559
Encargos sobre remunerações	529.164	515.050
Benefícios pós-emprego	12.103	26.590
Planos de benefício definido (Nota 13)	-	26.590
Planos de contribuição definida	12.103	-
Seguros obrigatórios	54.169	63.491
Gastos de acção pessoal	8.365	4.858
Outros gastos com pessoal	21.874	23.464
Estimativa para bónus	182.545	184.428
Total	3.393.260	3.202.186

b) Indicação da remuneração das pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo, de forma direta ou indireta

A política de remunerações dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Eurovida tem como objetivo remunerar de forma justa, eficiente e competitiva os Órgãos, tendo em atenção a performance individual de cada membro, bem como o seu contributo para a Companhia como um todo.

De acordo com o disposto n.º 1 do art.º 2.º da Lei n.º 28/2009 de 19 de junho, a Companhia submete, anualmente, a aprovação da Assembleia Geral a política de remuneração dos respetivos Órgãos de Administração e Fiscalização.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o montante anual da remuneração auferida pelos Órgãos de Administração e Fiscalização foi como segue:

	Unidade: Euros		
	Rendimento Fixo	Rendimento Variável	Total 2012
Presidente do Conselho de Administração	31.265	-	31.265
Administrador Delegado	187.154	10.000	197.154
Total	218.419	10.000	228.419

	Unidade: Euros		
	Rendimento Fixo	Rendimento Variável	Total 2011
Presidente do Conselho de Administração	30.972	-	30.972
Administrador Delegado	186.860	20.000	206.860
Total	217.832	20.000	237.832

Durante o exercício de 2012, procedeu-se ao pagamento de remunerações no montante de 9.594 Euros (8.241 Euros em 2011) referente ao Conselho Fiscal e 72.873 Euros (o mesmo montante em 2011) referente ao Revisor Oficial de Contas (valores incluindo o IVA).

No quadro abaixo estão indicadas, para os exercícios de 2012 e 2011, as remunerações atribuídas à Direção e Administração no que se refere à componente de benefícios de curto prazo para os empregados, para os benefícios pós-emprego e para outros benefícios de longo prazo:

	Unidade: Euros	
	2012	2011
Benefícios aos empregados, de curto prazo	931.000	915.920
Benefícios pós-emprego	2.308	13.295
Outros benefícios de longo prazo	2.700	-
Total	936.008	929.215

c) Indicação do número médio de trabalhadores ao serviço no exercício, ventilado por categorias profissionais

Durante o exercício de 2012 a Companhia teve, em média, 67 trabalhadores ao seu serviço, distribuídos pelas seguintes categorias profissionais:

Categorias	2012	2011
Diretor	13	12
Gestor Comercial	4	4
Gestor Técnico	10	11
Coordenador Operacional	11	11
Especialista Operacional	23	25
Assistente Operacional / Especialista Operacional Estagiário	6	4
Total	67	67

d) Indicação, relativamente aos membros dos órgãos sociais, de forma global para cada um dos órgãos, do montante dos créditos concedidos.

Existe um empréstimo hipotecário, concedido a um membro do Conselho de Administração, cujo capital em dívida, em 31 de dezembro de 2012, era de 75.381 Euros (89.784 Euros em 2011). A taxa de juro associada é a *Euribor* a um ano e o empréstimo é amortizado anualmente.

Fornecimentos e serviços externos

A estrutura de custos da Companhia é idêntica à do ano anterior, pelo que os custos com fornecimentos e serviços externos registaram um total de 2.887.001 Euros e de 2.873.722 Euros, em 2012 e 2011, respetivamente.

A rubrica mais representativa dos Fornecimentos e Serviços Externos, a rubrica de Conservação e Reparação, apresentou um decréscimo em 2012, face ao ano de 2011, de -3,4%, justificado pela redução dos custos que ocorreram ao nível dos contratos de manutenção de *software*.

Salientamos o incremento na rubrica de Trabalhos Especializados, de 27,0%, onde estão refletidos os montantes de 146.433 Euros (80.967 Euros em 2011), relativos a serviços informáticos, 222.205 Euros referentes a serviços de Auditoria e Consultoria legal e fiscal (208.067 em 2011), e ainda 20.045 relativos a outros serviços (17.025 em 2011).

Na rubrica Cedência de Pessoal estão registados os custos relacionados com a cedência de colaboradores do Banco Popular Portugal, S.A. à Eurovida, no montante de 292.691 Euros em 2012 (305.269 Euros em 2011).

O aumento dos custos contabilizados na rubrica Contencioso e Notariado, em 2012, prendeu-se com o aumento do contencioso judicial, que se traduziu num aumento dos valores pagos a sociedades de advogados.

A rubrica Material de Escritório reflete o valor do custo com estacionário, no montante de 54.558 Euros em 2012 (41.000 Euros em 2011), tendo-se registado no ano corrente custos com itens obsoletos, que se encontravam em *stock* de economato.

Em contrapartida, a contrariar estes aumentos, a rubrica Medicina Dentária sofreu uma diminuição em 39.488 Euros, face ao ano de 2011, uma vez que os *fees* pago à AdvanceCare e à DentalRede passaram a ser contabilizados, em 2012, na rubrica de "Outros custos de aquisição" (ver Nota 12.1.).

Comissões

As comissões de serviços bancários ascenderam a 243.231 Euros em 2011 (232.211 Euros em 2011), as quais incluem comissões de guarda e custódia de títulos, nomeadamente no Banco Popular Portugal, S.A..

Nota 13 – Benefícios concedidos aos empregados

1. Plano de benefícios pós-emprego (Novo CCT) – Contribuição definida

a) Descrição geral do plano, com indicação dos benefícios assegurados, do prazo esperado de liquidação dos compromissos assumidos e do grupo de pessoas abrangidas

Conforme referido na Nota 2.3, alínea p), nos termos do estabelecido no Contrato Coletivo dos Trabalhadores do setor Segurador, cujo texto foi publicado no BTE n.º 2 de 15 janeiro de 2012, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, têm direito a um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato coletivo de trabalho. Trata-se de um plano de contribuição definida em que a Companhia efetua anualmente contribuições para o plano individual de reforma dos trabalhadores. A população de participantes do plano de pensões é constituída pelos trabalhadores que cumprem a regra referida acima.

O quadro que se segue descreve o grupo de pessoas abrangidas:

	2012
Nº Participantes	55
Idade média	39,0
Antiguidade média	12,0
Salário médio anual	27.426

b) Veículo de financiamento utilizado

O financiamento dos benefícios para o plano individual de reforma resume-se como segue:

- Para os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995, abrangidos pelo anterior CCT (12 pessoas), é assegurado através do Fundo de Pensões Aberto Eurovida Reforma Valor (reconversão da anterior adesão coletiva para efeitos do novo plano de benefícios);
- Para os restantes trabalhadores no ativo, admitidos após 22 de junho de 1995 (43 pessoas), é assegurado por apólices de seguro através da modalidade Eurovida PIR (contrato de seguro individual, com garantia de capital).

c) Quantia dos ativos do plano e a taxa de rentabilidade efetiva dos ativos do plano

As taxas de rentabilidade obtidas em 2012 foram as seguintes:

- i) Para a adesão ao Fundo de Pensões Aberto Eurovida Reforma Valor foi de 7,5% utilizando como medida de referência relativa à rentabilidade a TWR (Time Weighted Rate of Return);
- ii) Para a modalidade Eurovida PIR foi de 2,5% (taxa de juro técnica).

De seguida apresentamos o quadro com a evolução dos dois veículos de financiamento:

	Unidade: Euros	
	FP Eurovida Reforma Valor	Eurovida PIR
Saldo do fundo em 1 de janeiro de 2012	254.474	-
Contribuições	-	12.103
Rentabilidade	18.388	26
Saldo do fundo a 31 de dezembro de 2012	272.862	12.129

A tipologia de ativos para o Fundo de Pensões Aberto Eurovida Reforma Valor e para a modalidade Eurovida PIR é a que se indica:

Fundo de Pensões

	Unidade: Euros			
	2012		2011	
	Valor	%	Valor	%
Títulos de Rendimento Variável	29.995	11,0%	-	0,0%
Títulos de Rendimento Fixo	226.968	83,2%	213.235	83,8%
Depósitos a Prazo	12.233	4,5%	26.475	10,4%
Outros	3.666	1,3%	14.763	5,8%
Total dos Ativos do Fundo	272.862	100,0%	254.474	100,0%

Eurovida PIR

	Unidade: Euros	
	2012	
	Valor	%
Títulos de Rendimento Variável	-	0,0%
Títulos de Rendimento Fixo	11.457	94,5%
Depósitos a Prazo	-	0,0%
Outros	672	5,5%
Total dos Ativos do Fundo	12.129	100,0%

d) Quantia reconhecida como gasto

A contribuição feita pela Companhia para modalidade Eurovida PIR do plano individual de reforma durante o exercício de 2012 ascendeu a 12.103 Euros. Relativamente à adesão ao Fundo de Pensões Aberto Eurovida Reforma Valor não foi efetuada qualquer contribuição, conforme previsto no novo CCT (apenas será efetuada a primeira contribuição em 2015).

2. Alteração do plano de benefícios pós-emprego para o pessoal ativo

Até 31 de dezembro de 2011, nos termos estabelecidos no Contrato Coletivo dos trabalhadores de Seguros para o setor segurador, cujo texto foi publicado no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE) n.º 32, de 29 de agosto de 2008, com alterações posteriores publicadas no BTE n.º 29, de 8 de agosto de 2009, a Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados com contrato de trabalho em vigor à data de 22 de junho de 1995 que tenham sido admitidos na atividade seguradora até essa data, complementos de reforma por velhice e por invalidez.

O plano de pensões da Eurovida ao abrigo deste CCT (anterior) era de benefício definido, complementar e independente do regime público da Segurança Social. Anualmente, foi sendo realizada uma avaliação atuarial de forma a monitorizar a performance e adequação dos ativos financeiros às responsabilidades do plano.

Ver adicionalmente a Nota 2.3, alínea p).

Os principais pressupostos considerados nos estudos atuariais para 31 de dezembro de 2011 foram os seguintes:

a) Descrição dos principais pressupostos atuariais (em termos absolutos) usados

Os principais pressupostos atuariais usados para o exercício de 2011 foram os seguintes:

	2011
Pressupostos Financeiros	
Taxa de crescimento salarial	3%
Taxa de crescimento das pensões	1%
Taxa técnica das rendas	3%
Taxa de rendimento do fundo	4,50%
Taxa de atualização das pensões para a idade da reforma	1%
Percentagem esperada de pré-reformas	-
Pressupostos demográficos e Métodos de Avaliação	
Tábua de mortalidade	GKF95
Tábua de invalidez	ERC Frankona
Método de Valorização Atuarial	
Pensão de Velhice	<i>Project Unit Credit</i>
Pensão de invalidez	Prémios Únicos Sucessivos

b) Características da população

A 31 de dezembro de 2011, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios era o seguinte:

	2011
Activos	12
Idade média	45,6
Antiguidade média	20,8
Taxa média de crescimento salarial	3%
Reformados	-

c) Reconciliação do valor presente da obrigação de benefícios definidos e do justo valor dos ativos do plano com os ativos e passivos reconhecidos no balanço

No quadro que se segue é apresentada a reconciliação entre o valor presente da obrigação de benefícios definidos e do justo valor dos ativos do plano com os ativos e passivos reconhecidos no balanço, com referência a 31 de dezembro de 2012:

	Unidade: Euros	
	2012	2011
Responsabilidades em 31 de dezembro	-	230.336
Saldo do Fundo em 31 de dezembro	-	254.474
(Excesso) / Insuficiência do plano	-	(24.138)
Ganhos ou perdas atuariais líquidos não reconhecidos no balanço	-	-
Custo do serviço passado corrigido não reconhecido no balanço	-	-
Quantia não reconhecida como um ativo (devido a limite IAS 19)	-	-
Outras quantias reconhecidas no balanço	-	-
(Ativo) / Passivo reconhecido em Balanço	(24.138)	(24.138)

A alteração de plano de benefícios originou a transformação, da adesão coletiva do Fundo de Pensões Eurovida Reforma Valor de benefício definido, em contribuição definida, no mesmo fundo de pensões, sendo efetuada também a conversão da responsabilidade por serviços passados para um plano individual de reforma. Em conformidade com o proposto pela Eurovida, submetido à entidade de supervisão (ISP), o saldo líquido positivo do fundo (24.138 euros), à data de 31 de dezembro de 2011, representado por ativos financeiros, foi mantido no atual fundo de pensões, sendo a sua utilização apenas possível pela redução de contribuições futuras da Companhia para o novo plano de pensões. Desta forma, este ativo será desreconhecido, por contrapartida de contribuições futuras. À data de 31 de dezembro de 2012 o valor deste ativo ascende a 24.138 Euros.

d) Reconciliação dos saldos de abertura e de fecho do justo valor dos ativos do plano de pensões de benefício definido

A reconciliação dos saldos de abertura e de fecho do justo valor dos ativos do plano de benefícios definido e dos saldos de abertura e de fecho de qualquer direito de reembolso reconhecido como ativo, mostrando separadamente, os efeitos durante o período atribuíveis a cada um dos itens como segue:

	Unidade: Euros	
	2012	2011
Saldo do Fundo afeto ao plano de pensões de benefício definido em 1 de janeiro	254.474	260.632
Retorno esperado dos ativos do plano	-	12.211
Ganhos/(Perdas) atuariais no fundo	-	(18.368)
Contribuições do empregador	-	-
Conversão no Plano Individual de Reforma	(254.474)	-
Saldo do Fundo afeto ao plano de pensões de benefício definido em 31 de dezembro	-	254.474

e) Reconciliação dos saldos de abertura e de fecho do valor presente da obrigação de benefício definido

A reconciliação dos saldos de abertura e de fecho do valor presente da obrigação de benefícios definidos mostrando separadamente, os efeitos durante o período atribuíveis a cada uma das rubricas foi como segue:

	Unidade: Euros	
	2012	2011
Responsabilidades afetas ao plano de pensões de benefício definido em 1 de janeiro	230.336	216.369
Custo do serviço corrente	-	10.713
Custo de juros	-	10.219
(Ganhos) e perdas atuariais nas responsabilidades	-	(6.965)
Benefícios pagos pela Companhia	-	-
Custo corrigido dos serviços passados	-	-
Cortes e liquidações	-	-
Conversão no Plano Individual de Reforma	(230.336)	-
Responsabilidades afetas ao plano de pensões de benefício definido em 31 de dezembro	-	230.336

f) Indicação do gasto total reconhecido na Conta de Ganhos e Perdas do exercício corrente

A quantia reconhecida como gasto, em 2012 e 2011, decompõe-se como segue:

	Unidade: Euros	
	2012	2011
Anterior CCT		
Custo do serviços correntes	-	10.713
Custo corrigido dos serviços passados	-	-
Custo de juros	-	10.219
Retorno esperado dos ativos do plano e de eventuais direitos de reembolso	-	(12.211)
(Ganhos)/Perdas atuariais nas responsabilidades	-	(6.965)
(Ganhos)/Perdas atuariais no fundo	-	18.368
Outros gastos	-	-
Novo CCT		
Contribuições	12.103	-
Total de impactos no Ganhos e Perdas	12.103	20.125

g) Evolução do saldo líquido de balanço

A movimentação do saldo de balanço nos exercícios de 2012 e 2011 é como segue:

	Unidade: Euros	
	2012	2011
(Ativos)/Passivos a receber ou entregar em 1 de janeiro	(24.138)	(44.262)
(Ganhos)/Perdas atuariais nas responsabilidades	-	(6.965)
(Ganhos)/Perdas atuariais no fundo	-	18.368
Encargos do ano:	-	-
Custo dos serviços correntes	-	10.713
Custo dos juros	-	10.219
Retorno esperado dos ativos do plano	-	(12.211)
Outros gastos	-	-
Contribuições efetuadas no ano e pensões pagas pela Companhia	-	-
(Ativos)/Passivos a receber ou entregar em 31 de dezembro	(24.138)	(24.138)

A evolução das responsabilidades e do fundo afetos ao plano de benefícios definido nos últimos cinco exercícios foi a seguinte:

	Unidade: Euros				
	2012	2011	2010	2009	2008
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	-	230.336	216.369	187.620	211.553
Justo valor dos ativos do plano	-	254.474	260.632	237.426	217.222
Déficit / (excedente) do plano	-	(24.138)	(44.263)	(49.806)	(5.669)

Nota 14 – Rendimentos

A distribuição, por categoria de investimento, dos rendimentos reconhecidos, para os períodos de 2012 e 2011, foi a seguinte:

	2012			2011		
Rendimentos	Afetos	Não afetos	Total	Afetos	Não afetos	Total
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	6.152.841	491.972	6.644.813	6.876.542	568.903	7.445.444
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Juros	3.980.824	226.897	4.207.721	3.783.292	71.063	3.854.354
Empréstimos e contas a receber						
Juros	2.141.395	246.231	2.387.626	3.034.596	440.461	3.475.057
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem						
Juros	30.623	18.844	49.467	58.655	57.379	116.033
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-
Outros	301.933	79.469	381.402	167.818	65.246	233.064
Total	6.454.774	571.442	7.026.215	7.044.360	634.149	7.678.509

Durante o exercício de 2012 verificou-se um desinvestimento em Depósitos a Prazo, bem como vencimentos e vendas de obrigações classificadas como contas a receber, o que originou uma

redução dos juros na conta de Empréstimos e contas a receber, no montante de -1.087.431 Euros face ao ano de 2011.

Nota 15 – Gastos financeiros

A rubrica de gastos financeiros acomoda o alisamento à taxa efetiva dos títulos de rendimento fixo em carteira, a amortização da reserva de reavaliação resultante dos títulos que foram reclassificados, em 2008, da classe de Ativos disponíveis para venda para Empréstimos e contas a receber no montante de 293.946 Euros (537.635 Euros em 2011) e ainda os custos imputados à função investimentos.

Nos exercícios de 2012 e 2011 os gastos financeiros foram os seguintes:

Gastos financeiros	2012			2011		
	Afetos	Não afetos	Total	Afetos	Não afetos	Total
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	(746.958)	(74.769)	(821.726)	(241.965)	49.937	(192.027)
Ativos disponíveis para venda	(1.052.137)	(65.189)	(1.117.326)	(561.752)	(86.897)	(648.648)
Empréstimos e contas a receber	305.180	(9.580)	295.600	319.787	136.834	456.621
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
Outros investimentos	-	-	-	-	-	-
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-
Outros	1.254.062	-	1.254.062	1.214.006	-	1.214.006
Custos imputados	1.254.062	-	1.254.062	1.214.006	-	1.214.006
Total	507.104	(74.769)	432.335	972.041	49.937	1.021.978

Nos ativos disponíveis para venda encontra-se registado um proveito que reflete o efeito do alisamento à taxa efetiva nos títulos de rendimento fixo que foram adquiridos abaixo do par.

Nota 16 – Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas

A distribuição, por categoria de investimento, da quantia dos ganhos e perdas líquidos dos ativos não valorizados ao justo valor através de resultados foi, como segue:

Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	2012			2011		
	Afetos	Não afetos	Total	Afetos	Não afetos	Total
De activos disponíveis para venda	2.534.507	138.725	2.673.231	622.720	90.776	713.496
Acções e outros títulos de rendimento variável	7.932	8.833	16.765	138.582	29.100	167.682
Mais valias realizadas	71.398	8.833	80.231	160.943	51.748	212.690
Menos valias realizadas	(63.466)	-	(63.466)	(22.361)	(22.648)	(45.008)
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	2.526.574	129.892	2.656.466	484.138	61.676	545.814
Mais valias realizadas	3.958.460	130.117	4.088.577	608.333	73.647	681.980
Menos valias realizadas	(1.431.886)	(225)	(1.432.111)	(124.195)	(11.971)	(136.166)
De empréstimos e contas a receber	88.848	(42.424)	46.424	619.603	96.629	716.233
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	88.848	(42.424)	46.424	619.603	96.629	716.233
Mais valias realizadas	201.824	1.321	203.146	626.347	96.629	722.977
Menos valias realizadas	(112.976)	(43.745)	(156.721)	(6.744)	-	(6.744)
De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	-	-	-	-	-	-
De outros	-	-	-	-	-	-
Total	2.623.355	96.301	2.719.656	1.242.323	187.405	1.429.728

A evolução favorável dos mercados financeiros ao longo de 2012 está na origem da melhoria registada nas valias realizadas, nomeadamente nos títulos de rendimento fixo.

Os ajustamentos de justo valor, no caso dos ativos disponíveis para venda, não são reconhecidos em ganhos e perdas, mas sim em reservas de reavaliação.

Nota 17 – Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas

A distribuição, por categoria de investimento, da quantia dos ganhos e perdas líquidos dos ativos e passivos valorizados ao justo valor através de resultados foi, como segue:

	2012			2011		
	Afetos	Não afetos	Total	Afetos	Não afetos	Total
Unidade: Euros						
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas						
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação	(38.778)	(30.522)	(69.300)	133.567	17.253	150.820
Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados	(38.778)	(30.522)	(69.300)	133.567	17.253	150.820
Valias realizadas	(45)	-	(45)	(389.195)	208	(388.988)
Mais valias	148	-	148	853	208	1.060
Menos valias	(193)	-	(193)	(390.048)	-	(390.048)
Valias potenciais	(38.733)	(30.522)	(69.255)	(272.238)	17.045	(255.192)
Mais valias	30.245	24.207	54.452	49.419	28.141	77.560
Menos valias	(68.977)	(54.729)	(123.707)	(321.657)	(11.096)	(332.752)
Rendimentos	-	-	-	795.000	-	795.000
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(662.391)	92.154	(570.237)	(2.078.891)	16.261	(2.062.630)
Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados	103.922.131	92.154	104.014.285	(27.209.537)	16.261	(27.193.276)
Valias realizadas	4.189.124	49.206	4.238.331	1.045.391	193.378	1.238.769
Mais valias	5.501.531	184.425	5.685.956	2.078.680	371.651	2.450.331
Menos valias	(1.312.406)	(135.219)	(1.447.626)	(1.033.289)	(178.273)	(1.211.562)
Valias potenciais	77.961.008	(563.490)	77.397.518	(44.820.030)	(342.937)	(45.162.967)
Mais valias	143.326.239	433.655	143.759.894	82.183.555	299.359	82.482.913
Menos valias	(65.365.231)	(997.145)	(66.362.376)	(127.003.585)	(642.295)	(127.645.880)
Rendimentos	21.771.999	606.437	22.378.437	16.565.102	165.820	16.730.922
Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados	(104.584.522)	-	(104.584.522)	25.130.646	-	25.130.646
Total	(701.169)	61.632	(639.537)	(1.945.324)	33.514	(1.911.810)

O incremento das mais-valias potenciais líquidas está diretamente relacionado com a evolução favorável dos mercados financeiros, que, por sua vez, se refletiu ao nível dos Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados, nos produtos em que o risco é suportado pelo tomador de seguro.

Nota 18 – Diferenças de Câmbio

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3.

A quantia das diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados foi a seguinte:

Diferenças de câmbio	2012			2011		
	Afetos	Não afetos	Total	Afetos	Não afetos	Total
Ativos disponíveis para venda	196	-	196	61	-	61
Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas	(512.404)	(1)	(512.405)	203.918	33.577	237.495
De empréstimos e contas a receber	268.323	-	268.323	142.841	-	142.841
Depósitos à Ordem	(15.989)	-	(15.989)	122.112	-	122.112
Total	(259.874)	(1)	(259.875)	468.932	33.577	502.509

Os saldos de ativos/passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reavaliados para Euros à taxa de câmbio média indicativa do Banco de Portugal no fim de cada mês. No final de cada exercício registaram-se as seguintes taxas de câmbio:

Cotação da moeda	Unidade: Euros	
	2012	2011
USD	1,3194	1,2939
DKK	7,4461	7,4344
BRL	2,7036	2,4159

Nota 19 – Perdas de imparidade (líquidas de reversão)

As perdas de imparidade, líquidas de reversões, reconhecidas nos anos de 2012 e 2011 são analisadas como segue:

Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	2012			2011		
	Afetos	Não afetos	Total	Afetos	Não afetos	Total
De ativos disponíveis para venda	533.881	150.869	684.750	2.087.288	104.872	2.192.160
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	101.889	-	101.889	1.448.932	-	1.448.932
Ações e outros títulos de rendimento variável	431.992	150.869	582.861	638.356	104.872	743.228
De empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	-	-
De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
De outros	(19.770)	-	(19.770)	93.167	-	93.167
Recibos por cobrar	(19.770)	-	(19.770)	93.167	-	93.167
Créditos de cobrança duvidosa	-	-	-	-	-	-
Total	514.111	150.869	664.980	2.180.455	104.872	2.285.327

Durante o ano de 2012 foram registadas perdas por imparidade de ativos financeiros que ascenderam a 684.750 Euros (2.192.160 Euros em 2011). Destes, 101.889 Euros (1.448.932 Euros em 2011) dizem respeito a Títulos de Dívida Grega e, os restantes 582.861 Euros (743.228 Euros em 2011) a Unidades de Participação em Fundos de Investimento.

O registo deste montante teve por base os critérios mencionados na Nota 2.3.

O detalhe dos títulos sobre os quais foi registada imparidade é como segue:

Unidade: Euros						
Designação do título	ISIN	Imparidade 31-12-2011	Aumento de imparidade	Redução de imparidade	Imparidade 31-12-2012	
Ações e outros títulos de rendimento variável						
Aviva Investors Central European Property Fund	LU0210282827	2.370.842	425.977	-	2.796.819	
Kanam Grundinvest Fonds	DE0006791809	-	77.760	-	77.760	
Man Ap Unison Series 1 Ltd	XS0164384728	19.270	-	(19.270)	-	
Preff Pan European Real Estate fund of Funds	IE00B06YB805	842.319	15.051	-	857.370	
Imopromoção	PTYIOTIE0001	13.287	10.253	-	23.540	
New Energy Fund	PTYBNZMM0005	103.842	27.500	-	131.342	
Iberia Fund	PTNOFJIM0009	593.475	26.319	-	619.794	
SEB Asian Property	LU0304382566	43.709	-	-	43.709	
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
Hellenic Republic 3,6 20-07-2016	GR0124029639	360.826	29.282	(390.108)	-	
Hellenic Republic 4,3 20-07-2017	GR0124029639	233.119	14.356	(247.475)	-	
Hellenic Republic 5,25 18-05-2012	GR0124029639	607.708	40.639	(648.347)	-	
Hellenic Republic 5,3 20-03-2026	GR0124029639	247.279	17.612	(264.892)	-	
Total		5.435.676	684.750	(1.570.091)	4.550.335	

Durante o ano de 2012, a Companhia libertou a imparidade registada, no montante de 1.570.091 Euros, com a venda dos títulos da "Man Ap Unison Series 1 Ltd" no montante de 19.270 Euros e dos títulos de Dívida Grega, no montante de 1.550.821 Euros.

Entre 2012 e 2011, a imparidade evoluiu como segue:

Unidade: Euros		
	2012	2011
Saldo inicial	5.435.676	4.097.855
Reforço de imparidade	684.750	2.192.160
Libertação de imparidade	(1.570.091)	(854.339)
Saldo final	4.550.335	5.435.676

Nota 20 – Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro

A rubrica de outros rendimentos/gastos técnicos, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, decompõem-se como segue:

Unidade: Euros		
	2012	2011
Outros rendimentos/ gastos técnicos		
Rendimentos	615.224	615.179
Comissões com a gestão de fundos de pensões	612.642	607.250
Outros rendimentos técnicos	2.581	7.930
Gastos	17.775	2.534
Gastos com fundos de pensões	9.296	340
Comissões de gestão de co-seguro	687	2.194
Outros gastos técnicos	7.792	-
Total	597.449	612.645

Durante o ano de 2012 foi registado um proveito com a gestão de fundos de pensões, no montante de 612.642 Euros (607.250 Euros em 2011), referente a comissões de gestão.

Nota 21 – Outras provisões (variação)

A 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia apresentava os seguintes montantes em Outras provisões:

	Unidade: Euros	
	2012	2011
Outras provisões		
Impostos	(90.666)	(15.970)
Processos judiciais em curso	(49.000)	(65.000)
Outros	-	12.705
Total	(139.666)	(68.264)

Ver adicionalmente a Nota 38 – Outras provisões.

Nota 22 – Outros rendimentos/ gastos

A rubrica de outros rendimentos/gastos, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, decompõem-se como segue:

	Unidade: Euros	
	2012	2011
Outros rendimentos/ gastos não técnicos		
Rendimentos	789.321	913.995
Excesso da estimativa de imposto	4.369	6.901
Cedência de pessoal	340.132	361.725
Correcções de exercícios anteriores	117.425	109.779
Rebates de comissões	205.543	363.363
Retenção de IRC sobre UP's de F.I.	93.008	58.076
Outros rendimentos não técnicos	28.844	14.152
Gastos	131.560	83.611
Insuficiência de estimativa de imposto	-	-
Custos de exercícios anteriores	72.915	530
Oferta a clientes	1.398	2.676
Multas e penalidades	507	-
Outros gastos não técnicos	56.740	80.405
Total	657.761	830.384

Os valores refletidos na rubrica Cedência de pessoal no valor de 340.132 Euros em 2012 (361.725 Euros em 2011) são relativos aos serviços prestados pelos colaboradores da Eurovida ao Banco Popular, S.A.. Ver a Nota 40 do presente Relatório.

A rubrica Rebates de comissões reflete as comissões reembolsadas à Companhia, pelas entidades gestoras de fundos de investimento, de acordo com o contratualmente definido.

Na rubrica Retenção de IRC sobre UP's de F.I. encontra-se registado o montante de 93.008 Euros (58.076 em 2011) referente a retenções na fonte efetuadas por sociedades gestoras residentes em Portugal, relativas aos rendimentos de fundos de investimento e dividendos. O acréscimo verificado em 2012 encontra-se relacionado com o aumento dos montantes sob gestão dessas sociedades.

Nota 23 – Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

A rubrica caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem decompunha-se, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, como se segue:

	Unidade: Euros	
	2012	2011
Numerário	1.149	1.491
Depósitos à ordem	6.105.729	21.662.059
Sub-Total	6.106.878	21.663.550
Depósitos a prazo imediatamente mobilizáveis (1)	1.600.000	-
Total	7.706.878	21.663.550

(1) O valor aqui demonstrado encontra-se refletido na rubrica de Empréstimos e Contas a Receber (ver Nota 29)

Em depósitos à ordem estão refletidos, entre outros, os depósitos à ordem no Banco Popular Portugal, S.A. no montante de 3.111.815 Euros (20.760.906 Euros em 2011).

Nota 24 – Instrumentos Financeiros

24.1. Inventário de participações e instrumentos financeiros

A listagem das participações e instrumentos financeiros, da Companhia em 31 de dezembro de 2012 está apresentada no Anexo 1 – Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros, sendo o resumo da sua decomposição como segue:

	Unidade: Euros	
	2012	2011
Ativos financeiros detidos para negociação	600	69.900
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	208.278	230.818
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	559.219.803	414.126.577
Ativos disponíveis para venda	136.821.299	121.099.610
Empréstimos concedidos e contas a receber	9.777.474	16.519.684
Total participações e instrumentos financeiros	706.027.454	552.046.589

A rubrica Empréstimos e contas a receber, apresentada acima, inclui apenas os instrumentos financeiros.

24.2. Análise, das classes de ativos financeiros não valorizados a justo valor

O justo valor dos ativos financeiros, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, pode ser analisado como segue:

	2012		2011	
	Justo Valor	Valor Balanço	Justo Valor	Valor Balanço
Investimentos em filiais e associadas	208.278	208.278	230.818	230.818
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	6.106.878	6.106.878	21.663.550	21.663.550
Empréstimos e contas a receber	48.598.526	48.558.847	41.031.297	42.605.509
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	1.470.684	1.470.684	2.042.626	2.042.626
Total Activos Financeiros	56.384.365	56.344.686	64.968.291	66.542.502

Tendo em conta que estes ativos são de curto prazo, com exceção dos empréstimos e contas a receber, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo à data de balanço.

A Companhia tem parte dos seus títulos de rendimento fixo classificados em "Empréstimos e contas a receber", os quais se encontram valorizados ao valor ajustado pelo método da taxa efetiva. Estes títulos não estão valorizados ao justo valor porque os critérios que permitem a sua reclassificação para a categoria de Ativos Disponíveis para Venda, não se verificaram até à data (ver Nota 2.3. e Nota 29).

24.3. Afetação dos investimentos e outros ativos

De acordo com as disposições legais vigentes, a Companhia é obrigada a afetar investimentos e outros ativos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pelo ISP.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as rubricas de investimentos apresentavam a seguinte composição de acordo com a respetiva afetação:

	2012					Total
	Seguro de vida com participação nos resultados	Seguro de vida sem participação nos resultados	Seguro de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Seguro não vida	Não afetos	
Caixa e equivalentes	96.380	183.472	4.558.881	134.496	1.133.650	6.106.879
Terrenos e edifícios	-	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empresas conjuntas	-	-	-	-	208.278	208.278
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	300	-	300	600
Ativos classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	535.740	1.448.538	521.781.060	-	35.454.466	559.219.803
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	108.962.120	6.564.134	313.468	5.932.228	15.049.348	136.821.299
Empréstimos e contas a receber	11.682.871	871.423	31.549.565	652.779	3.802.209	48.558.847
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	56.917	56.917
Outros ativos	-	-	(462.035)	-	6.300.275	5.838.240
Total	121.277.112	9.067.568	557.741.238	6.719.503	62.005.442	756.810.863

Unidade: Euros

	2011					Total
	Seguro de vida com participação nos resultados	Seguro de vida sem participação nos resultados	Seguro de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Seguro não vida	Não afetos	
Caixa e equivalentes	2.881.672	327.795	17.332.779	408.460	712.844	21.663.550
Terrenos e edifícios	-	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empresas conjuntas	-	-	-	-	230.818	230.818
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	39.943	-	29.957	69.900
Ativos classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	544.420	1.606.789	386.009.513	-	25.965.855	414.126.577
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	98.065.361	6.146.104	2.807.411	4.478.408	9.602.326	121.099.610
Empréstimos e contas a receber	15.392.348	88.373	23.119.603	404.565	3.600.620	42.605.509
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	67.556	67.556
Outros ativos	(22)	-	(516.522)	31	7.200.702	6.684.189
Total	116.883.779	8.169.061	428.792.727	5.291.464	47.410.678	606.547.709

Nota 25 – Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

O valor da participação e os ganhos e perdas resultantes da valorização da participação na **REFUNDOS** pelo método de equivalência patrimonial, podem ser analisados como segue:

Unidade: Euros

	2012	2011
Capital Próprio	1.041.388	1.154.089
% de capital detido	20%	20%
Valor da participação/ método de equivalência patrimonial	208.278	230.818
Dividendos distribuídos	78.800	123.999
Efeito no ganhos e perdas	56.260	78.875

Adicionalmente, ver Nota 5.

Nota 26 – Ativos financeiros detidos para negociação

26.1. Indicação do valor dos ativos detidos para negociação

O saldo desta tipologia de ativo é decomposto como segue:

Unidade: Euros

	2012		2011	
	Justo Valor	Valor Nocial	Justo Valor	Valor Nocial
Swaps	-	-	-	-
Opções	600	6.000.000	69.900	7.500.000
Total	600	6.000.000	69.900	7.500.000

26.2. Prestação de informação relativa à utilização de produtos derivados e à utilização de operações de reporte e de empréstimo de valores

Os derivados detidos em carteira têm como objetivo a gestão eficaz da carteira. Mensalmente é efetuada a monitorização do Risco de crédito da Emissão, do Emitente e da Contraparte.

No quadro abaixo, apresentam-se em as posições em aberto referentes a produtos derivados relativas a 31 de dezembro de 2012 e 2011:

Unidade: Euros						
2012						
Tipo de Produto	Contraparte	Tipo de risco a cobrir	Valor Nominal	Valor Ativo	Rating de Contraparte	Valor Balanço
Opção sobre 4 Commodities	Banco BPI, S.A.	Indexante Commodities	6.000.000	600	BB-	600
Total			6.000.000	600		600

Agenda de Rating: Standard and Poor's

Unidade: Euros						
2011						
Tipo de Produto	Contraparte	Tipo de risco a cobrir	Valor Nominal	Valor Ativo	Rating de Contraparte	Valor Balanço
Opção sobre a Inflação	Banco Santander, S.A.	Indexante Inflação	1.500.000	300	BBB	300
Opção sobre 4 Commodities	Banco BPI, S.A.	Indexante Commodities	6.000.000	69.600	AA-	69.600
Total			7.500.000	69.900		69.900

Agenda de Rating: Standard and Poor's

De seguida encontram-se apresentados, para esta categoria de ativos financeiros, as valorizações por hierarquia do justo valor, prevista na IFRS 7, em 2012 e 2011:

Unidade: Euros				
2012				
	Tier 1	Tier 2	Tier 3	Total
Opções	-	600	-	600
Total	-	600	-	600

Unidade: Euros				
2011				
	Tier 1	Tier 2	Tier 3	Total
Opções	-	69.600	300	69.900
Total	-	69.600	300	69.900

Nota 27 – Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas

Nesta categoria são classificados os títulos que a Companhia considera que (i) os ativos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor, e/ou (ii) estes ativos contêm derivados embutidos.

O saldo desta tipologia de ativo é decomposto como segue:

	Unidade: Euros	
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	2012	2011
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	451.806.730	304.921.607
De dívida pública	160.605.548	72.462.481
De outros emissores públicos	28.425.241	21.162.007
De outros emissores	262.775.942	211.297.120
Ações e outros títulos de rendimento variável	107.413.073	109.204.969
Total	559.219.803	414.126.577

De seguida encontram-se apresentados, para esta categoria de ativos financeiros, as valorizações por hierarquia do justo valor, prevista na IFRS 7 em 2012 e 2011:

	Unidade: Euros			
	2012			
	Tier 1	Tier 2	Tier 3	Total
Títulos de rendimento fixo	378.670.420	72.313.852	822.459	451.806.730
Títulos de rendimento variável	101.340.508	6.028.305	44.259	107.413.073
Total	480.010.928	78.342.157	866.718	559.219.803

	Unidade: Euros			
	2011			
	Tier 1	Tier 2	Tier 3	Total
Títulos de rendimento fixo	261.156.979	40.723.685	3.040.944	304.921.607
Títulos de rendimento variável	109.141.219	-	63.750	109.204.969
Total	370.298.198	40.723.685	3.104.694	414.126.576

Nota 28 – Ativos disponíveis para venda

O saldo desta tipologia de ativo é decomposto como segue:

	Unidade: Euros	
Ativos disponíveis para venda	2012	2011
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	108.942.649	90.937.709
De dívida pública	16.915.786	21.771.414
De outros emissores públicos	10.918.977	13.134.529
De outros emissores	81.107.885	56.031.767
Ações e outros títulos de rendimento variável	27.878.650	30.161.901
Total	136.821.299	121.099.610

De seguida encontram-se apresentados, para esta categoria de ativos financeiros, as valorizações por hierarquia do justo valor, prevista na IFRS 7 em 2012 e 2011:

Unidade: Euros

	2012			
	Tier 1	Tier 2	Tier 3	Total
Títulos de rendimento fixo	102.162.054	6.780.594	-	108.942.648
Títulos de rendimento variável	21.844.554	509.376	38.341	22.392.271
Total	124.006.608	7.289.971	38.341	131.334.919

Unidade: Euros

	2011			
	Tier 1	Tier 2	Tier 3	Total
Títulos de rendimento fixo	85.935.933	5.001.776	-	90.937.709
Títulos de rendimento variável	24.610.802	-	-	24.610.802
Total	110.546.735	5.001.776	-	115.548.511

A decomposição dos valores finais de balanço em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é como segue:

Unidade: Euros

Ativos disponíveis para venda	2012				
	Custo Amortizado ou de Aquisição	Juro decorrido	Variação de Justo Valor *	Imparidade	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	104.708.812	1.980.004	2.253.832	-	108.942.648
De dívida pública	16.167.063	402.783	345.940	-	16.915.786
De outros emissores públicos	10.161.152	191.600	60.960	-	10.413.713
De outros emissores	78.380.597	1.385.620	1.846.932	-	81.613.150
Ações e outros títulos de rendimento variável	31.981.073	-	447.912	4.550.335	27.878.651
Saldo a 31 de dezembro de 2012	136.689.885	1.980.004	2.701.744	4.550.335	136.821.299

* Líquido de perdas por imparidade. A reconciliação da Reserva de Reavaliação de Justo Valor encontra-se na Nota 39.2.

Unidade: Euros

Ativos disponíveis para venda	2011				
	Custo Amortizado ou de Aquisição	Juro decorrido	Variação de Justo Valor *	Imparidade	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	101.960.094	2.328.987	(11.902.440)	1.448.932	90.937.709
De dívida pública	27.742.886	704.214	(5.226.755)	1.448.932	21.771.414
De outros emissores públicos	14.268.019	279.558	(1.413.048)	-	13.134.529
De outros emissores	59.949.189	1.345.214	(5.262.637)	-	56.031.767
Ações e outros títulos de rendimento variável	33.012.500	-	1.136.144	3.986.744	30.161.901
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	134.972.594	2.328.987	(10.766.295)	5.435.676	121.099.610

* Líquido de perdas por imparidade. A reconciliação da Reserva de Reavaliação de Justo Valor encontra-se na Nota 39.2.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda encontram-se detalhados na Nota 19. Adicionalmente a decomposição da reserva de reavaliação encontra-se na Nota 39.2.

Nota 29 – Empréstimos concedidos e contas a receber

O saldo desta tipologia de ativo, à data de 31 de dezembro de 2012 e 2011, é decomposto como segue:

Unidade: Euros		
Empréstimos e Contas a Receber	2012	2011
Depósitos junto de empresas cedentes	-	-
Outros depósitos	37.159.329	23.390.947
Depósitos a prazo	37.159.329	23.390.947
Empréstimos concedidos	1.462.396	1.534.038
Empréstimos hipotecários	664.586	732.106
Empréstimos sobre apólices	797.810	801.931
Contas a receber	9.777.474	16.519.684
De dívida pública	-	-
De outros emissores públicos	-	-
De outros emissores	9.777.474	16.519.684
Outros	159.648	1.160.840
Operações em liquidação	159.648	1.160.840
Total	48.558.847	42.605.509

O acréscimo verificado na rubrica Empréstimos e contas a receber está relacionado com o aumento dos depósitos a prazo.

A decomposição dos valores finais de balanço das contas a receber em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é como segue:

Unidade: Euros					
2012					
Contas a receber	Custo Amortizado	Juro decorrido	Variação de Justo Valor	Imparidade	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	9.611.898	165.576	-	-	9.777.474
De dívida pública	-	-	-	-	-
De outros emissores públicos	-	-	-	-	-
De outros emissores	9.611.898	165.576	-	-	9.777.474
Total a 31 de dezembro de 2012	9.611.898	165.576	-	-	9.777.474

Unidade: Euros					
2011					
Contas a receber	Custo Amortizado	Juro decorrido	Variação de Justo Valor	Imparidade	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	16.204.919	314.766	-	-	16.519.684
De dívida pública	-	-	-	-	-
De outros emissores públicos	-	-	-	-	-
De outros emissores	16.204.919	314.766	-	-	16.519.684
Total a 31 de dezembro de 2011	16.204.919	314.766	-	-	16.519.684

O decréscimo ocorrido na rubrica Contas a receber – Obrigações e outros títulos de rendimento fixo, em 2012 face ao ano anterior, está relacionado com o facto de os ativos terem sido vendidos, terem

ocorrido vencimentos durante o ano, assim como com a reclassificação para ativos disponíveis para venda, tendo em conta os critérios de liquidez da Companhia.

Nota 30 – Outros ativos tangíveis e inventários

Os movimentos ocorridos nos exercícios de 2012 e 2011 resumem-se como segue:

	Unidade: Euros							
	Saldo inicial 2012	Aumentos	Transferências e Abates	Depreciações/ Imparidade		Saldo final 2012		
	Valor líquido	Aquisições		Reforço	Regularizações	Valor Bruto	Depreciações/ Imparidade	Valor líquido
Equipamento administrativo	33.715	-	-	6.285	-	228.326	200.895	27.431
Máquinas e ferramentas	1.171	-	-	1.099	-	31.846	31.774	72
Equipamento informático	28.462	18.630	-	20.933	-	327.849	301.689	26.159
Instalações interiores	1.561	-	-	953	-	16.689	16.081	607
Material de transporte	-	-	-	-	-	51.913	51.913	-
Outras imobilizações corpóreas	-	-	-	-	-	1.319	1.319	-
Património artístico	2.649	-	-	-	-	2.649	-	2.649
Ativos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	67.556	18.630	-	29.269	-	660.590	603.672	56.918

	Unidade: Euros							
	Saldo inicial 2011	Aumentos	Transferências e Abates	Depreciações/ Imparidade		Saldo final 2011		
	Valor líquido	Aquisições		Reforço	Regularizações	Valor Bruto	Depreciações/ Imparidade	Valor líquido
Equipamento administrativo	40.214	-	-	6.499	-	228.326	194.611	33.715
Máquinas e ferramentas	3.912	-	-	2.741	-	31.846	30.676	1.171
Equipamento informático	45.880	25.906	14.175	34.003	14.175	351.149	322.687	28.462
Instalações interiores	2.514	-	-	953	-	16.689	15.128	1.561
Material de transporte	(1)	-	-	-	-	51.912	51.913	(1)
Outras imobilizações corpóreas	-	-	-	-	-	1.319	1.319	-
Património artístico	2.649	-	-	-	-	2.649	-	2.649
Ativos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	95.167	25.906	14.175	44.196	14.175	683.890	616.334	67.556

No que respeita à rubrica Inventários, a mesma ascendeu ao montante de 6.271 Euros em 2011 (35.375 Euros em 2011). O valor registado nesta rubrica respeita a material de escritório consumível.

Durante os exercícios de 2012 e 2011 não foram registadas quaisquer perdas de imparidade nos ativos tangíveis.

Nota 31 – Outros ativos intangíveis

Os movimentos ocorridos nos exercícios resumem-se como segue:

	Unidade: Euros							
	Saldo inicial 2012	Aumentos	Transferências e Abates	Amortizações/ Imparidade		Saldo final 2012		
	Valor líquido	Aquisições		Reforço	Regularizações	Valor Bruto	Amortizações/ Imparidade	Valor líquido
Despesas com aplicações informáticas	194.547	223.700	-	132.146	-	1.669.535	1.383.434	286.101
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	90.000	-	90.000	-	-	-
Total	194.547	223.700	90.000	132.146	90.000	1.669.535	1.383.434	286.101

Unidade: Euros

	Saldo inicial 2011	Aumentos	Transferências e Abates	Amortizações/ Imparidade		Saldo final 2011		
	Valor líquido	Aquisições		Reforço	Regularizações	Valor Bruto	Amortizações/ Imparidade	Valor líquido
Despesas com aplicações informáticas	193.045	137.010	(31.460)	166.968	-	1.445.835	1.251.288	194.547
Ativos intangíveis em curso	31.460	-	31.460	-	-	-	-	-
Outros	30.006	-	-	30.006	-	90.000	90.000	-
Total	254.511	137.010	-	196.974	-	1.535.835	1.341.288	194.547

A amortização do exercício do ativo intangível ascendeu ao montante de 132.146 Euros (196.974 Euros em 2011) o qual se encontra repartido por funções da seguinte forma:

Unidade: Euros

	2012	2011
Amortizações do exercício de ativos intangíveis		
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		
Montantes pagos - Montantes brutos	22.006	38.968
Custos e gastos de exploração líquidos		
Custos de aquisição	39.262	49.810
Gastos administrativos	60.793	87.357
Gastos financeiros		
Outros	9.648	19.723
Gastos com a Gestão de Fundos de Pensões		
Outros	437	1.116
Total	132.146	196.974

Durante os exercícios de 2012 e 2011 não foram registadas quaisquer perdas de imparidade nos ativos intangíveis.

Nota 32 – Provisões técnicas, líquidas de resseguro

As rubricas de provisões técnicas, líquidas de resseguro, decompunham-se a 31 de dezembro de 2012 e 2011, como se segue:

Unidade: Euros

	2012				
	Contratos de Seguro		Contratos de Investimento	Não vida	Total
	Risco	Financeiro			
Provisões técnicas - Seguro direto	16.001.936	100.717.684	-	4.998.207	121.717.827
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	2.929.295	2.929.295
Provisão matemática	8.771.185	96.642.512	-	-	105.413.697
Provisão para sinistros	4.415.176	83.165	-	1.585.055	6.083.396
Provisão para participação nos resultados	2.815.574	3.992.008	-	-	6.807.582
Atribuída	2.646.289	1.358.437	-	-	4.004.726
A atribuir	169.285	2.633.571	-	-	2.802.857
Provisão para desvios de sinistralidade	-	-	-	351.633	351.633
Provisão para riscos em curso	-	-	-	132.224	132.224
Provisões técnicas - Resseguro aceite	-	105.177	-	-	105.177
Provisão matemática	-	104.253	-	-	104.253
Provisão para sinistros	-	400	-	-	400
Provisão para participação nos resultados	-	525	-	-	525
A atribuir	-	525	-	-	525
Provisões técnicas - Resseguro cedido	995.490	-	-	1.911.656	2.907.146
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	1.378.779	1.378.779
Provisão matemática	-	-	-	-	-
Provisão para sinistros	995.490	-	-	532.876	1.528.367
Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-	-
Total provisões técnicas, líquidas de resseguro	15.006.445	100.822.862	-	3.086.551	118.915.858

Unidade: Euros

	2011				
	Contratos de Seguro		Contratos de Investimento	Não vida	Total
	Risco	Financeiro			
Provisões técnicas - Seguro direto	17.605.550	102.196.471	-	4.334.961	124.136.983
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	2.899.043	2.899.043
Provisão matemática	10.126.482	100.256.341	-	-	110.382.823
Provisão para sinistros	5.066.900	76.306	-	1.153.898	6.297.104
Provisão para participação nos resultados	2.412.168	1.863.824	-	-	4.275.992
Atribuída	2.376.384	471.865	-	-	2.848.249
A atribuir	35.783	1.391.960	-	-	1.427.743
Provisão para desvios de sinistralidade	-	-	-	88.285	88.285
Provisão para riscos em curso	-	-	-	193.735	193.735
Provisões técnicas - Resseguro aceite	-	160.649	-	-	160.649
Provisão matemática	-	141.627	-	-	141.627
Provisão para sinistros	-	17.909	-	-	17.909
Provisão para participação nos resultados	-	1.113	-	-	1.113
A atribuir	-	1.113	-	-	1.113
Provisões técnicas - Resseguro cedido	1.078.966	-	-	1.954.303	3.033.269
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	1.523.071	1.523.071
Provisão matemática	1.176	-	-	-	1.176
Provisão para sinistros	1.077.790	-	-	431.232	1.509.022
Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-	-
Total provisões técnicas, líquidas de resseguro	16.526.584	102.357.121	-	2.380.658	121.264.363

32.1. Provisão para prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos (PPNA), líquida de resseguro é analisada como segue:

Unidade: Euros

Provisão para prémios não adquiridos	2012			2011		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido
Acidentes e Doença	1.391.325	988.926	402.399	1.660.868	1.282.603	378.265
Incêndio e outros danos	838.042	310.377	527.665	790.012	192.450	597.562
Automóvel	596.349	-	596.349	375.553	-	375.553
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	47.437	20.211	27.226	41.370	15.895	25.475
Diversos	56.142	59.266	(3.123)	31.239	32.122	(883)
Total	2.929.295	1.378.779	1.550.516	2.899.043	1.523.071	1.375.972

Em relação à componente de seguro direto, a provisão para prémios não adquiridos (PPNA) refletida no passivo, líquida dos custos de aquisição diferidos (CAD) é analisada como segue:

Unidade: Euros

Provisão para prémios não adquiridos Seguro Direto	2012			2011		
	Provisão PNA Bruta	Custos de Aquisição Diferidos	Provisão PNA Líquida	Provisão PNA Bruta	Custos de Aquisição Diferidos	Provisão PNA Líquida
Acidentes e Doença	1.727.546	(336.221)	1.391.325	2.061.654	(400.786)	1.660.868
Incêndio e outros danos	914.656	(76.614)	838.042	865.378	(75.365)	790.012
Automóvel	661.449	(65.100)	596.349	416.637	(41.084)	375.553
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	53.542	(6.105)	47.437	46.545	(5.175)	41.370
Diversos	62.121	(5.979)	56.142	34.512	(3.274)	31.239
Total	3.419.314	(490.018)	2.929.295	3.424.727	(525.684)	2.899.043

Em relação à componente de resseguro cedido, a provisão para prémios não adquiridos (PPNA) refletida no ativo, líquida dos custos de aquisição diferidos (CAD) é analisada como segue:

Unidade: Euros

Provisão para prémios não adquiridos Resseguro Cedido	2012			2011		
	Provisão PNA Bruta	Custos de Aquisição Diferidos	Provisão PNA Líquida	Provisão PNA Bruta	Custos de Aquisição Diferidos	Provisão PNA Líquida
Acidentes e Doença	1.235.954	(247.028)	988.926	1.603.023	(320.420)	1.282.603
Incêndio e outros danos	388.260	(77.883)	310.377	288.395	(95.944)	192.450
Automóvel	-	-	-	-	-	-
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	25.263	(5.053)	20.211	21.193	(5.298)	15.895
Diversos	59.266	-	59.266	32.122	-	32.122
Total	1.708.743	(329.963)	1.378.779	1.944.733	(421.663)	1.523.070

32.2. Provisão matemática

A provisão matemática para o ramo vida tem como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente às apólices emitidas e é calculada mediante tabelas e fórmulas atuariais enquadradas no normativo do ISP, como segue:

Produtos	Tábuas de Mortalidade*	Taxa Técnica *	Produtos	Tábuas de Mortalidade*	Taxa Técnica *
Seguros em caso de Morte			Seguros em caso de vida		
Conforto	GKM 80	2,50%	Confortis PPR	TV 88-90	4,0% e 6,0%
Conforto Online	GKM 80	2,50%	Rendas 3%	GKF 95	3,00%
Crédito	GKM 80	2,50%	Rendas 4%	GKF 95	3,00%
Crédito Integrado	GKM 80	2,50%	Rendas 5%	GKF 95	3,00%
Crédito Online	GKM 80	2,50%	Rendas 6%	GKF 95	3,00%
Doenças Graves	GKM 80	2,50%	Seguros de capitalização		
Executivo	GKM 80	2,50%	Capitais Dif. Grupo 2,5%	GKF 80	2,50%
Plano Proteção Duo T	GKM 80	2,50%	Capitais Dif. Grupo 4%	GKF 80	4,00%
Plano Proteção Crédito H T	GKM 80	2,50%	Capitais Dif. Ind. Mín 0%	GKF 80	Mín 0%
Mulher	GKF 80	2,50%	Capitais Dif. Ind. 2,5%	GKF 80	2,50%
Mulher Segura	GKF 80	2,50%	Capitais Dif. Ind. 4%	GKF 80	4,00%
Multi-Proteção	GKM 80	2,50%	Conta Certa Tx Garantida	GKF 80	3,5% e 4,5%
Pessoa Chave Escalonado	GKM 80	2,50%	PPR TT 4%	GKF 80	4,00%
Pessoa Chave Nivelado	GKM 80	2,50%			
Plano Proteção	GKM 80	2,50%			
Proteção	GKM 80	2,50%			
Proteção Crédito	GKM 80	2,50%			
Proteção Online	GKM 80	2,50%			
Risco Aviva	GKM 80, PM 60/64 e TD 88/90	4,00%			
Sorriso	GKM 80	2,50%			
Viver Seguro	GKM 80	2,50%			

* Para efeitos de cálculo das provisões matemáticas

As provisões são calculadas contrato a contrato, segundo um método atuarial prudente e que considera o método de avaliação dos ativos que as representa. Para os seguros em caso de morte, as provisões matemáticas relativas aos seguros temporários e complementares foram calculadas pelo método prospetivo a prémio de inventário. Para os seguros temporários anuais renováveis, as provisões matemáticas representam o *pro-rata temporis* do prémio de inventário e anulam-se na data de renovação. No cálculo das provisões matemáticas da carteira dos seguros em caso de morte, foram utilizadas a taxa técnica e tábua de mortalidade consideradas adequadas.

Durante o ano de 2012, a Companhia efetuou a revisão das bases técnicas para o cálculo das provisões matemáticas dos produtos dos seguros de rendas vitalícias, diminuindo a taxa técnica de juro garantida para 3% e alterando a tábua de mortalidade para a tábua GKF 95, em conformidade com as bases técnicas prudentes dos produtos em comercialização. Esta revisão teve um aumento de responsabilidades no montante 1.467.033 Euros.

A provisão matemática refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

	Saldo de Balanço em 2011	Variação	Incorporação de Participação nos Resultados	Outras variações	Saldo de Balanço em 2012
Produtos de Risco	10.126.479	(1.486.113)	130.819	-	8.771.185
Produtos Financeiros	100.397.971	(3.975.561)	324.353	-	96.746.764
Total	110.524.450	(5.461.673)	455.172	-	105.517.949

Unidade: Euros

A provisão matemática de resseguro cedido refletida no ativo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

	Unidade: Euros				
	Saldo de Balanço em 2011	Variação	Incorporação de Participação nos Resultados	Outras variações	Saldo de Balanço em 2012
Produtos de Risco	1.176	(1.176)	-	-	-
Produtos Financeiros	-	-	-	-	-
Total	1.176	(1.176)	-	-	-

De acordo com a IFRS 4, os contratos emitidos pela Companhia em que apenas existe transferência de risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimento. Nessa base, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os contratos de taxa garantida sem participação nos resultados discricionária são classificados e registados na rubrica passivos financeiros por contratos de investimentos (ver Nota 36).

32.3 Provisão para sinistros

A provisão para sinistros de seguro direto e resseguro aceite refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

	Unidade: Euros			
	Saldo de Balanço em 2011	Variação da provisão	Variação do IBNR	Saldo de Balanço em 2012
Vida	5.161.116	(384.422)	(277.952)	4.498.741
Produtos de Risco	5.066.900	(373.772)	(277.952)	4.415.176
Produtos Financeiros	94.215	(10.650)	-	83.565
Não Vida	1.153.898	296.679	134.478	1.585.055
Total	6.315.014	(87.744)	(143.474)	6.083.796

No saldo da provisão para sinistros de não vida está incluído o montante de 49.606 Euros (5.485 Euros em 2011) referente à provisão matemática para Acidentes de Trabalho.

O saldo da provisão para sinistros inclui uma provisão estimada no montante de 1.138.062 Euros em 2012 (1.281.536 Euros em 2011) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de dezembro de 2012 e ainda não reportados (IBNR).

Esta provisão é determinada como segue: a) a partir da análise dos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade restante nessa data; e b) a partir da análise do histórico do peso dos sinistros não declarados sobre os declarados, é apurada a taxa a aplicar, aos sinistros declarados no ano, por forma a fazer face às responsabilidades com sinistros declarados após o fecho do exercício (IBNR). Para a determinação desta provisão é efetuada uma análise aos sinistros em curso no final de cada exercício e a consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data.

O desenvolvimento da provisão para sinistros de seguro direto ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos referente ao exercício de 2012 e 2011, conforme formato requerido pelo ISP relativo ao Anexo 2, é analisado como segue:

Unidade: Euros

Ramos/ Grupos de Ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2011 (1)	Custos com Sinistros * Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/2012 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida	5.143.206	2.044.246	1.612.215	(1.486.746)
Não Vida	1.153.898	745.072	221.492	(187.334)
Acidentes e Doença	213.466	146.052	22.268	(45.145)
Incêndio e Outros Danos	637.095	326.833	172.435	(137.827)
Automóvel	299.766	268.222	26.789	(4.755)
Responsabilidade Civil	207.893	196.795	17.977	6.878
Outras coberturas	91.873	71.427	8.813	(11.633)
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	3.571	3.965	-	393
Crédito e Caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	6.297.105	2.789.318	1.833.707	(1.674.080)

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

Unidade: Euros

Ramos/ Grupos de Ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2010 (1)	Custos com Sinistros * Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/2011 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida	4.810.964	2.775.320	2.523.356	487.712
Não Vida	711.376	391.031	383.796	63.452
Acidentes e Doença	129.561	91.750	42.811	5.000
Incêndio e Outros Danos	531.231	275.949	332.412	77.129
Automóvel	50.016	23.172	8.574	(18.270)
Responsabilidade Civil	39.000	23.172	8.574	(7.254)
Outras coberturas	11.016	-	-	(11.016)
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	567	160	-	(407)
Crédito e Caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	5.522.340	3.166.351	2.907.152	551.164

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

Em 2012, assistiu-se a um reajustamento da provisão para sinistros em menos 1.486.746 Euros, estando este montante justificado, essencialmente por dois fatores: i) a revisão de processos de sinistros e ii) o ajuste da provisão IBNR, referente a sinistros ocorridos, mas ainda não reportados à data de 31 de dezembro.

A provisão para sinistros de resseguro cedido refletida no ativo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

	Saldo de Balanço em 2011	Varição da provisão	Varição do IBNR	Saldo de Balanço em 2012
Vida	1.077.790	(82.299)	-	995.490
Produtos de Risco	1.077.790	(82.299)	-	995.490
Produtos Financeiros	-	-	-	-
Não Vida	431.232	31.244	70.400	532.876
Total	1.509.022	(51.056)	70.400	1.528.367

32.4. Provisão para participação nos resultados

A informação acerca das metodologias de cálculo das estimativas dos montantes a atribuir aos tomadores de seguros ou beneficiários e dos montantes efetivamente atribuídos como participação nos resultados resume-se como segue:

Provisão para Participação nos Resultados atribuída

Os critérios que serviram de base ao cálculo da participação nos resultados dos contratos de seguro, bem como os critérios de atribuição e distribuição, respeitam o estabelecido nos clausulados dos contratos e o normativo interno.

A elaboração das contas de resultados global (técnicos e financeiros), do cálculo da participação nos resultados e da provisão para participação são da responsabilidade das Áreas de Negócio.

A Provisão para participação nos resultados é apurada com base na percentagem mínima, estabelecida contratualmente, do saldo credor da conta de resultados técnico e/ou financeiros dos produtos.

Provisão para Participação nos Resultados a atribuir

A Provisão para Participação nos Resultados a atribuir consiste na parte da valorização potencial dos ativos classificados como disponíveis para venda que se estima pertencerem ao tomador de seguro com base nas taxas de participação incluídas nos clausulados dos contratos.

a) Decomposição do saldo da provisão para participação nos resultados

O valor da Provisão para Participação nos Resultados, apurado nas contas de resultados técnico-financeiros foi de 6.083.107 Euros (4.277.105 Euros em 2011), constituída pela provisão para participação nos resultados atribuída de 4.004.725 Euros (2.848.249 Euros em 2011) e a provisão para participação nos resultados a atribuir de 2.803.381 Euros (1.428.856 Euros em 2011).

A provisão para participação nos resultados a atribuir, no montante de 2.803.381 Euros, pode ser vista como segue:

Unidade: Euros

Designação do Fundo	Saldo da Reserva a 31-Dez-12 (*)	Cláusula de PR: % mínima sobre saldo credor Conta de Resultados	PPR a atribuir (% da Reserva de Reav.)	Provisão para PR a atribuir relativa a Resultados transitados à data da transição (**)	Valor transferido para PPR atribuída (***)	Total de PPR a atribuir
Risco	131.938	75%	98.953	34.829	-	133.783
Rendas a 3%	601.479	85%	511.257	3.474	-	514.732
Risco Grupo Fechado	32.727	75%	24.545	290	-	24.835
Risco Específico	13.338	75%	10.004	664	-	10.667
Rendas a 4%	(53.429)	85%	-	-	-	-
Unilivre	144.412	85%	122.750	-	-	122.750
Rendas a 6%	4.750	85%	4.037	-	-	4.037
Capitais Diferidos PPR Ind. 4%	57.455	85%	48.837	-	-	48.837
Capitais Diferidos Ind. 4%	55.816	85%	47.444	-	-	47.444
Confortis 6%	86.514	75%	64.885	-	-	64.885
Confortis 4%	50.028	75%	37.521	-	-	37.521
PPR Gold 4%	38.925	85%	33.086	-	-	33.086
PPR Gold 4%	28.689	85%	24.385	-	-	24.385
Capitais Diferidos Grupo 4%	834.790	85%	709.572	-	-	709.572
Capitais Diferidos Grupo 2,5%	289.404	85%	245.993	1.585.825	831.891	999.927
Capitais Diferidos Ind. 2,5%	(109.615)	85%	-	171.721	171.721	-
Capitais Diferidos Individual 0%	35.193	75%	26.395	-	-	26.395
Resseguro aceite - Vic Life	617	85%	525	-	-	525
Total	2.243.031		2.010.190	1.796.803	1.003.612	2.803.381

* De Fundos com Participação nos Resultados antes da alocação da PPR a atribuir

** Só para carteiras com histórico de distribuição de resultados

*** Valor acumulado transferido desde a data de transição

A provisão para participação nos resultados a atribuir em 2011, no montante de 1.428.856 Euros, apresentou a seguinte composição:

Unidade: Euros

Designação do Fundo	Saldo da Reserva a 31-Dez-11 (*)	Cláusula de PR: % mínima sobre saldo credor Conta de Resultados	PPR a atribuir (% da Reserva de Reav.)	Provisão para PR a atribuir relativa a Resultados transitados à data da transição (**)	Valor transferido para PPR atribuída (***)	Total de PPR a atribuir
Risco	(898.268)	75%	-	34.829	-	34.829
Rendas a 3%	(1.425.481)	85%	-	3.474	-	3.474
Risco Grupo Fechado	(180.040)	75%	-	290	-	290
Risco Específico	(98.180)	75%	-	664	-	664
Rendas a 4%	(1.016.499)	85%	-	-	-	-
Unilivre	(315.754)	85%	-	-	-	-
Rendas a 6%	(14.202)	85%	-	-	-	-
Capitais Diferidos PPR Ind. 4%	(164.384)	85%	-	-	-	-
Capitais Diferidos Ind. 4%	(645.822)	85%	-	-	-	-
Confortis 6%	(182.938)	75%	-	-	-	-
Confortis 4%	(199.665)	75%	-	-	-	-
PPR Gold 4%	(77.315)	85%	-	-	-	-
PPR Gold 4%	(114.066)	85%	-	-	-	-
Capitais Diferidos Grupo 4%	(1.279.857)	85%	-	-	-	-
Capitais Diferidos Grupo 2,5%	(1.382.584)	85%	-	1.585.825	203.404	1.382.420
Capitais Diferidos Ind. 2,5%	(2.301.298)	85%	-	171.721	165.656	6.065
Capitais Diferidos Individual 0%	(158)	100%	-	-	-	-
Resseguro aceite - Vic Life	1.310	85%	1.113	-	-	1.113
Total	(10.295.200)		1.113	1.796.803	369.060	1.428.856

* De Fundos com Participação nos Resultados antes da alocação da PPR a atribuir

** Só para carteiras com histórico de distribuição de resultados

*** Valor acumulado transferido desde a data de transição

A provisão para participação nos resultados atribuída, no montante de 4.004.725 Euros, decompunha-se em 31 de dezembro de 2012 como segue:

Unidade: Euros

	Provisão para Participação nos Resultados 01/01/2012	Provisão para Participação nos Resultados 31/12/2012	Dotação da Provisão para Participação nos Resultados 2012 (*)	Dotação da Provisão para Participação nos Resultados 2012 (**)	Resultados Distribuídos 2012
Eurovida Crédito	1.701.058	2.178.229	477.171	-	-
Eurovida Pessoa-Chave	15.015	11.382	9.679	-	13.313
Eurovida Empresa Multi-Protecção	370.890	253.005	216.892	-	334.776
Eurovida Mulher	130.990	60.279	46.576	-	117.286
Eurovida HIV Ocupacional	1.135	948	34	-	220
Protecção Financeira	42.257	11.100	-	-	31.158
Valor Jovem	8.461	10.371	1.910	-	-
Renda Educação	194	256	63	-	-
Familiar 1	54.342	64.257	9.916	-	-
Valor Crédito	52.044	56.462	4.418	-	-
Contratos de Seguro - Risco	2.376.384	2.646.289	766.657	-	496.753
Unilivre	16.784	16.784	-	-	-
Pro-Reforma I	-	123.837	123.837	-	-
Pro-Reforma II	295.191	819.681	173.225	628.487	277.222
Select Invest	159.890	398.134	279.311	6.065	47.131
Contratos de Seguro - Financeiros	471.865	1.358.437	576.374	634.552	324.353
Total	2.848.249	4.004.725	1.343.030	634.552	821.106

* Reconhecidos nos custos do ano

** Transferência da PPR a atribuir

A provisão para participação nos resultados atribuída, no montante de 2.848.249 Euros, decompunha-se em 31 de dezembro de 2011 como segue:

Unidade: Euros

	Provisão para Participação nos Resultados 01/01/2011	Provisão para Participação nos Resultados 31/12/2011	Dotação da Provisão para Participação nos Resultados 2011 (*)	Dotação da Provisão para Participação nos Resultados 2011 (**)	Resultados Distribuídos 2011
Eurovida Crédito	788.840	1.701.058	912.218	-	-
Eurovida Pessoa-Chave	95.982	15.015	-	-	80.967
Eurovida Empresa Multi-Protecção	357.196	370.890	341.386	-	327.692
Eurovida Mulher	8.414	130.990	129.907	-	7.331
Eurovida HIV Ocupacional	1.135	1.135	-	-	-
Protecção Financeira	18.028	42.257	31.158	-	6.929
Valor Jovem	8.099	8.461	362	-	-
Renda Educação	194	194	-	-	-
Familiar 1	29.257	54.342	25.084	-	-
Valor Crédito	43.245	52.044	8.799	-	-
Contratos de Seguro - Risco	1.350.389	2.376.384	1.448.914	-	422.918
Unilivre	16.784	16.784	-	-	-
Pro-Reforma II	279.846	295.191	241.726	47.633	274.013
Select Invest	239.582	159.890	8.163	55.014	142.870
Contratos de Seguro - Financeiros	536.212	471.865	249.889	102.647	416.884
Total	1.886.601	2.848.249	1.698.803	102.647	839.802

* Reconhecidos nos custos do ano

** Transferência da PPR a atribuir

b) Evolução da provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados refletida no passivo apresentou a seguinte evolução em 2012 e 2011:

Unidade: Euros

Provisão para Participação nos Resultados	Saldo de Balanço em 2011	Variação	Participação Atribuída	Pagamentos	Incorporação em Provisão Matemática	Saldo de Balanço em 2012
Participação nos Resultados atribuída	2.848.249	-	1.977.582	365.934	455.172	4.004.726
Participação nos Resultados a atribuir	1.428.856	2.009.077	(634.552)	-	-	2.803.381
Total	4.277.106	2.009.077	1.343.030	365.934	455.172	6.808.107

Unidade: Euros

Provisão para Participação nos Resultados	Saldo de Balanço em 2010	Variação	Participação Atribuída	Pagamentos	Incorporação em Provisão Matemática	Saldo de Balanço em 2011
Participação nos Resultados atribuída	1.886.601	-	1.801.450	334.620	505.182	2.848.249
Participação nos Resultados a atribuir	1.530.642	862	(102.647)	-	-	1.428.856
Total	3.417.243	862	1.698.803	334.620	505.182	4.277.105

32.5. Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade refletida no passivo é analisada como segue:

Unidade: Euros

Provisão para desvios de sinistralidade	2012			2011		
	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Líquido
Acidentes e Doença	-	-	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	351.633	-	351.633	88.285	-	88.285
Automóvel	-	-	-	-	-	-
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-	-
Total	351.633	-	351.633	88.285	-	88.285

32.6. Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso refletida no passivo é analisada como segue:

Unidade: Euros

Provisão para riscos em curso	2012			2011		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido
Acidentes e Doença	-	-	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	-	-	-	-	-	-
Automóvel	129.103	-	129.103	179.273	-	179.273
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	14.462	-	14.462
Diversos	3.121	-	3.121	-	-	-
Total	132.224	-	132.224	193.735	-	193.735

32.7. Prestação de informação qualitativa relativamente à adequação dos prémios e à adequação das provisões

Relativamente à adequação dos prémios, procede-se anualmente à análise das bases técnicas e dos princípios e regras atuariais utilizados para a construção das tarifas relativamente aos referidos seguros, verificando-se nomeadamente, dentro do que é razoável prever, a adequação dos prémios praticados a uma base atuarial prudente de forma a garantirem os compromissos, assumidos pela Companhia, decorrentes dos sinistros associados aos seguros em causa.

No que respeita aos prémios, importa referir que os mesmos estão em conformidade com as bases técnicas das modalidades a comercializar pela seguradora, tendo a sua determinação obedecido às regras estabelecidas nos n.º 3 e 4 do artigo 68º do decreto-lei n.º 251/2003, de 14 de outubro, concluindo-se, para o exercício de 2012, pela adequação das tarifas e conseqüentemente dos prémios.

Relativamente às provisões, as mesmas são calculadas contrato a contrato, segundo um método atuarial prudente e que considere o método de avaliação dos ativos que as represente. Para o exercício de 2012, as tarifas dos produtos comercializados e as provisões técnicas são consideradas adequadas.

Os mapas demonstrativos da situação de representação das provisões técnicas a 31 de dezembro de 2012, do Instituto de Seguros de Portugal, evidenciam um total de provisões técnicas de 679.174.106 Euros (553.423.973 Euros em 2011) e um total de ativos a representar as referidas provisões de 695.295.438 Euros (559.554.995 Euros em 2011). As responsabilidades da Companhia encontravam-se a 31 de dezembro de 2012 cobertas em 102,4% (101,1% em 2011).

A representação da distribuição das provisões técnicas por carteira, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, era a seguinte:

Unidade: Euros		
Provisões / Passivos Financeiros	2012	2011
Vida		
Carteira 1		
Provisões técnicas e passivos financeiros de seguros de vida e operações de capitalização excluindo as provisões e passivos financeiros relativos a seguros e operações ligados a fundos de investimento e os enquadrados no regime de fundos de poupança	109.351.405	115.248.501
Provisão matemática e Provisão para compromissos de taxa relativas a seguros ligados a fundos de investimento	-	-
Carteira 2		
Provisões técnicas e passivos financeiros de seguros de vida enquadrados no regime de fundos de poupança excluindo os seguros ligados a fundos de investimento	5.936.305	5.824.466
Provisão e passivos financeiros de seguros ligados a fundos de investimento, enquadrados no regime de fundos de poupança	113.245.817	114.682.657
Carteira 3		
Provisão e passivos financeiros de seguros e operações ligadas que não sejam qualificados como "Não Normalizados"	106.486.094	112.390.487
Provisão e passivos financeiros de seguros e operações ligadas que não sejam qualificados como "Não Normalizados" apenas pelo facto de já se encontrarem em comercialização à data de divulgação da Norma n.º 13/2003-R (n.º 7 do artigo 10.º)	29.770.127	23.467.073
Carteira 4		
Provisão e passivos financeiros de seguros e operações ligadas que sejam qualificados como "Não Normalizados"	308.896.134	176.950.144

(cont.)

(cont.)

Unidade: Euros		
Provisões / Passivos Financeiros	2012	2011
Não Vida		
Provisões Técnicas do seguro de Acidentes de Trabalho	114.660	65.341
Provisões Técnicas e passivos financeiros dos Ramos Não Vida, excluindo as relativas ao seguro de Acidentes de Trabalho	5.373.566	4.795.303
Total	679.174.106	553.423.973

Nota 33 – Outros devedores e credores por operações de seguros e outras operações

33.1 Ativo e Ajustamentos

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de seguro direto é decomposto como segue:

Unidade: Euros		
Contas a receber por operações de seguro direto	2012	2011
Ativo Bruto	945.842	1.062.024
Tomadores de seguros (recibos por cobrar)	829.895	975.787
Reembolsos de Sinistros	98.673	54.163
Contas correntes de co-seguro	19	502
Mediadores de seguros	17.255	31.573
Ajustamentos	245.499	265.269
Recibos por cobrar	245.499	265.269
Ativo Líquido	700.343	796.755

A natureza dos ajustamentos de recibos por cobrar e a sua movimentação encontram-se mencionados na Nota 38.

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de resseguro é decomposto como segue:

Unidade: Euros		
Contas a receber por operações de resseguro	2012	2011
Ativo Bruto	349.213	715.488
Resseguradores	349.213	715.488
Ressegurados	-	-
Ajustamentos	-	-
Créditos de cobrança duvidosa	-	-
Ativo Líquido	349.213	715.488

O saldo da rubrica de Contas a receber por outras operações é decomposto como segue:

	Unidade: Euros	
	2012	2011
Contas a receber por outras operações		
Ativo Bruto	1.205.021	1.145.942
Empréstimos hipotecários	821.985	646.476
Fornecedores	35.918	71.971
Pessoal	48.006	62.333
Devedores diversos	143.714	162.797
Outros valores a receber	155.399	202.365
Ajustamentos por crédito de cobrança duvidosa	783.894	615.559
Empréstimos Hipotecários	494.000	325.666
Fornecedores	15.223	15.223
Devedores Diversos e outros valores a receber	274.671	274.671
Ativo Líquido	421.127	530.383

A natureza dos ajustamentos por crédito de cobrança duvidosa e a sua movimentação encontram-se mencionados na Nota 38.

33.2 Passivo

O saldo da rubrica Outros credores por operações de seguros e outras operações é decomposto como segue:

	Unidade: Euros	
	2012	2011
Outros credores por operações de seguros e outras operações		
Contas a pagar por operações de seguro direto	153.653	194.585
Tomadores de seguro (estornos a pagar)	48.417	126.760
Tomadores de seguro (prémios recebidos antecipadamente)	7.441	11.598
Mediadores de seguros	76.411	56.226
Contas correntes de co-seguro	21.384	-
Contas a pagar por outras operações de resseguro	283.115	542.283
Resseguradores	283.115	542.283
Ressegurados	-	-
Contas a pagar por outras operações	1.360.519	1.720.206
Tomadores de seguros (outras operações)	1.074.416	1.088.733
Fornecedores	15.473	76.706
Comissões de Intermediação	219.192	247.711
Operações a Liquidar	-	203.804
Outros valores a pagar	51.437	103.253
Total	1.797.287	2.457.074

O valor registado em tomadores de seguro (outras operações), inclui o montante de 956.472 Euros em 2012 (912.230 Euros em 2011), referente a valores a pagar relativos a seguros de apólices já vencidas e/ou penhoradas.

Nas comissões de intermediação estão refletidas as comissões a pagar aos mediadores de seguros, sendo o mais representativo o Banco Popular Portugal, S.A..

Nota 34 – Ativos e passivos por impostos

As Companhias estão sujeitas ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas. Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscais aceites para efeitos de tributação do IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2012 foi apurado com base na taxa nominal de imposto de 25% (25% em 2011), aplicável à matéria coletável da Companhia. A derrama municipal aplicável ao lucro tributável ascendeu a 1,5% (1,5% em 2011). A derrama estadual aplicável ao lucro tributável depende do montante deste, ou seja, para o lucro tributável acima de 1,5 milhões de Euros é aplicada uma taxa de 3% sobre o excedente e para o lucro tributável acima de 10 milhões de Euros é aplicada uma taxa de 5% sobre o excedente.

A derrama estadual foi criada pela Lei n.º 12-A/2010 – Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) – Dívida Pública e atualizada pela Lei n.º 64-B/2011 – Orçamento de Estado 2012, atualmente em vigor no art.º 87º A do Código do IRC.

No exercício de 2012, comparativamente com o período anterior, a taxa nominal de imposto sofreu um acréscimo decorrente da alteração dos escalões e das taxas a aplicar da derrama estadual. Para o exercício de 2012, sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 Euros sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento apurado incidiu uma taxa adicional de 3% e sobre a parte do lucro tributável superior a 10.000.000 Euros incidiu uma taxa adicional de 5%, de acordo com o artigo 87.º-A do código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

34.1. Decomposição de ativos e passivos por impostos

As rubricas Ativos e Passivos por Impostos, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, decompõem-se como segue:

	Unidade: Euros	
	2012	2011
Ativos por Impostos		
Ativos por impostos correntes	-	-
Ativos por impostos diferidos	1.018.945	1.215.294
Total	1.018.945	1.215.294
Passivos por Impostos		
Passivos por impostos correntes	6.798.009	521.897
Imposto sobre o rendimento	5.792.503	141.375
Retenção de imposto na fonte	754.149	142.055
Contribuições para a Segurança Social	54.949	54.152
Imposto de selo	55.489	47.847
Outros impostos e taxas	140.920	136.468
Passivos por impostos diferidos	95.738	118.366
Total	6.893.747	640.262

O valor registado em passivos por impostos correntes referentes ao imposto sobre o rendimento encontra-se líquido dos pagamentos por conta que ascenderam aos montantes de 1.493.860 Euros em 2012 e 1.297.134 Euros em 2011.

O aumento verificado em 2012 na rubrica Retenção de imposto na fonte, face a 2011, encontra-se justificado pelo aumento de pagamentos de capital/ resgates de produtos financeiros ocorridos no final do exercício de 2012.

O valor de outros impostos e taxas é composto, fundamentalmente, pelos montantes a liquidar ao INEM e Instituto de Seguros de Portugal.

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço, nos exercícios de 2012 e 2011, bem como os impactos das alterações do ano, são analisados como segue:

Unidade: Euros

	Saldo de Balanço em 2011	Movimento do período		Saldo de Balanço em 2012
		Reconhecido em Resultados	Reconhecido em Reservas	
Ativos por impostos diferidos	1.215.294	(60.537)	256.886	1.018.945
Ativos financeiros disponíveis para venda de carteiras livres e afetadas sem PR	230.130	-	230.130	-
Ajustamentos de transição	1.515	1.515	-	-
Imparidade ativos disponíveis para venda de fundos livres e afetados sem participação nos resultados	725.942	(75.558)	-	801.500
Ajustamentos em recibos por cobrar e provisões não técnicas	257.706	40.262	-	217.445
Transações entre empresas do Grupo	-	(26.756)	26.756	-
Passivos por impostos diferidos	118.366	130.413	(107.785)	95.738
Ativos financeiros disponíveis para venda de carteiras livres e afetadas sem PR	-	-	(88.458)	88.458
Excesso de financiamento da responsabilidade com benefícios pós-emprego	7.157	(123)	-	7.280
Ajustamentos de transição	111.209	130.536	(19.327)	-
Impostos diferidos líquidos	1.096.928	(190.951)	364.671	923.207

Unidade: Euros

	Saldo de Balanço em 2010	Movimento do período		Saldo de Balanço em 2011
		Reconhecido em Resultados	Reconhecido em Reservas	
Activos por impostos diferidos	1.211.176	102.568	(106.687)	1.215.294
Activos financeiros disponíveis para venda de carteiras livres e afectadas sem PR	150.200	-	(79.930)	230.130
Ajustamentos de transição	3.029	1.514	-	1.515
Imparidade activos disponíveis para venda de fundos livres e afectados sem participação nos resultados	838.179	112.237	-	725.942
Ajustamentos em recibos por cobrar e provisões não técnicas	219.809	(37.897)	-	257.706
Transações entre empresas do Grupo	(42)	26.714	(26.756)	-
Passivos por impostos diferidos	224.883	124.119	(17.601)	118.366
Excesso de financiamento da responsabilidade com benefícios pós-emprego	12.396	5.240	-	7.157
Ajustamentos de transição	212.488	118.880	(17.601)	111.210
Impostos diferidos líquidos	986.292	(21.551)	(89.086)	1.096.928

34.2. Decomposição dos principais componentes de gasto de impostos

Os principais componentes de gasto de impostos foram os seguintes:

	Unidade: Euros	
	2012	2011
Imposto corrente	4.510.184	3.498.861
Imposto diferido	(190.951)	(21.551)
Diferenças temporárias	(190.951)	(21.551)
Total	4.319.233	3.477.310

Em 31 de dezembro de 2012 estimou-se um imposto corrente sobre o rendimento do exercício no montante de 4.510.184 Euros (3.498.861 Euros em 2011).

A taxa efetiva de imposto estimada para o exercício foi de 30,0% (27,6% em 2010), ver reconciliação na Nota 34.3.

34.3. Explicitação do relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico

A reconciliação da taxa efetiva de imposto está indicada no quadro seguinte:

	Unidade: Euros		
	2012	2011	
Resultado antes de Imposto	14.406.072	12.578.681	
Valor de Imposto considerando a taxa de imposto nominal (IRC mais Derrama Municipal)	3.817.609	3.333.350	
Derrama estadual sobre o resultado superior a 1.500.000 Euros (2.000.000 Euros em 2011)	3,0%	255.000	264.467
Derrama estadual sobre o resultado superior a 10.000.000 Euros (não aplicável em 2011)	5,0%	220.304	-
Valor de Imposto Teórico	4.292.913	3.597.817	
Taxa nominal média	29,80%	28,60%	
Custo do IRC	4.319.233	3.477.311	
Imposto corrente	4.510.184	3.498.861	
Imposto diferido	(190.951)	(21.550)	
Diferença entre taxa nominal e efetiva	(26.320)	120.506	
Taxa efetiva	30,0%	27,6%	
Ajustamentos fiscais no exercício			
Encargos não dedutíveis	402	17.374	
Provisões/ajustamentos não dedutíveis	(26.939)	(4.565)	
Receitas isentas ou não tributáveis	(85.593)	(62.633)	
Correções de imposto de exercícios anteriores	19.898	14	
Incentivos fiscais não reconhecidos em resultados	(1.902)	(2.098)	
Tributação autónoma	19.173	13.997	
Outros	104	-	
Total dos ajustamentos fiscais no exercício	(74.858)	(37.910)	
Alteração de estimativa em impostos diferidos	101.178	(82.596)	
Total de diferenças no exercício	26.320	(120.506)	

34.4. Indicação separada do imposto diferido e corrente agregado relacionado com itens que sejam debitados ou creditados ao capital próprio

Dentro do imposto diferido passivo, temos um montante de 88.458 Euros (imposto diferido ativo de 230.131 Euros em 2011) cuja contrapartida é a reserva por impostos diferidos. Este montante está relacionado com a Reserva de Reavaliação associada aos ativos disponíveis para venda das carteiras não afetadas e afetadas sem participação nos resultados.

No Imposto corrente do exercício está refletida a variação do exercício da Reserva de Reavaliação de modalidades afetadas com participação, bem como 20% da Reserva de Reavaliação de produtos afetados com participação nos resultados existente à data de transição para as Normas Internacionais de Contabilidade, totalizando -3.191.560 Euros (1.651.782 Euros em 2011).

O quadro seguinte mostra o imposto calculado sobre as rubricas de capital próprio (variação do ano):

	Unidade: Euros	
	2012	2011
Saldo inicial	3.130.676	1.389.808
Imposto corrente	(3.191.560)	1.651.782
Variação da Reserva de Reavaliação de modalidades afetadas com participação	(3.211.441)	1.633.424
Correspondente a 20% da Reserva de reavaliação dos produtos afetados com PR à data de transição	19.881	18.359
Imposto diferido	(364.673)	89.086
Variação da Reserva de Reavaliação de carteiras de investimento associadas a produtos sem part. nos resultados e a carteiras de investimento não afetadas	(318.590)	79.931
Correspondente a 20% da Reserva de reavaliação dos produtos afetados com PR à data de transição	(19.327)	(17.601)
Var. Res. de Reavaliação relativa aos ajustamentos de consolidação (transações entre empresas do grupo)	(26.756)	26.756
Saldo final	(425.557)	3.130.676

Nota 35 – Acréscimos e diferimentos

35.1. Ativo

O saldo do ativo de Acréscimos e Diferimentos é decomposto como segue:

	Unidade: Euros	
	2012	2011
Acréscimos de rendimentos	48.000	60.000
Comissões de Gestão com Fundos de Pensões	-	-
Outros	48.000	60.000
Gastos Diferidos	76.955	78.939
Rendas e alugueres	-	-
Outros	76.955	78.939
Total	124.955	138.939

O valor registado em Outros na rubrica de Acréscimos de rendimentos, no montante de 48.000 Euros em 2012 (60.000 Euros em 2011) corresponde à especialização das comissões de rebate referentes ao quarto trimestre do ano corrente.

Os Outros Gastos Diferidos dizem respeito a custos com sistemas informáticos anuais, cujo período não é totalmente afeto ao exercício de 2012.

35.2. Passivo

O saldo do passivo de Acréscimos e Diferimentos é decomposto como segue:

	Unidade: Euros	
	2012	2011
Rendimentos diferidos	-	-
Acréscimos de custos	885.140	739.889
Juros a liquidar	5.409	13.862
Custos com pessoal	642.191	573.156
Outros	237.539	152.871
Total	885.140	739.889

O valor registado em Custos com Pessoal na rubrica de Acréscimos de custos, no montante de 642.191 Euros em 2012 (573.156 Euros em 2011) corresponde a subsídios e encargos com o pessoal.

Em Outros Acréscimos de Custos está refletida a especialização dos custos incorridos, em 2012, mas que ainda não foram faturados ou pagos. Do montante registado em 2012 (237.539 Euros), destacam-se pela sua relevância, os acréscimos relativos a: comissões de custódia a pagar ao Banco Popular Portugal, S.A. (50 mil Euros), comissões variáveis referentes à Mediação (33 mil Euros), serviços prestados de Auditoria/consultoria sobre o ano de 2012 (45 mil Euros), serviços de impressão e envelopagem (31 mil Euros), valores incorridos com publicidade e propaganda (13 mil Euros) e serviços de consultoria legal e contencioso (16 mil Euros).

Nota 36 – Passivos por Contratos de Investimento

Os contratos de investimento da Companhia encontram-se na sua totalidade valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas, tratando-se na sua maioria de produtos *unit-linked*, com exceção do produto “Conta Certa Taxa Garantida” que se trata de um seguro de capitalização não *unit-linked*.

No caso deste produto, e uma vez que o passivo financeiro encontra-se classificado ao justo valor, existe uma diferença entre a quantia escriturada do passivo financeiro e a quantia que a Companhia teria contratualmente de pagar no vencimento dos contratos. À data de 31 de dezembro de 2012, o justo valor do passivo financeiro ascendia ao montante 283.914 Euros (2.904.969 Euros em 2011), ao passo que o valor que a Companhia teria de pagar àquela data, contratualmente, seria de 279.764 Euros (2.966.569 Euros em 2011).

A análise dos movimentos ocorridos em passivos por contratos de investimento, para 31 de dezembro de 2012 e 2011, é como segue:

Unidade: Euros

Produto	2012				
	Valor inicial	Passivos adicionais (entregas)	Montantes pagos	Rendimentos e gastos	Passivo Financeiro final
Conta Certa Taxa Garantida	2.904.968	-	2.719.034	97.979	283.914
Conta Certa Unit Linked	31.261.757	-	2.365.383	12.512.407	41.408.781
Eurovida Aforro Semestral	3.480.410	-	202.231	1.975.398	5.253.577
Eurovida Crescimento Real	2.252.479	-	2.390.028	137.548	-
Eurovida Depósito Seguro	9.848.779	94.486	2.986.618	236.856	7.193.503
Eurovida Portfolio	33.515.924	1.615.464	10.364.051	1.892.215	26.659.552
Eurovida Renda Certa	102.437.451	44.426.409	15.959.370	37.718.719	168.623.209
Eurovida Renda Crescente	29.046.676	-	3.848.735	11.556.741	36.754.683
Eurovida Renda Popular	18.068.133	62.588.395	9.552.677	12.417.531	83.521.382
Eurovida Valor 8 Commodities	2.818.336	-	596.532	805.087	3.026.891
Gestão de Patrimónios	55.495.177	14.703.267	16.942.328	4.057.084	57.313.200
Multinveste	19.709.475	217.820	8.811.446	(47.231)	11.068.618
Multireforma	2.831.021	232.104	774.766	59.462	2.347.821
PPR BIZ	475.069	15.814	86.971	99.607	503.520
PPR/E	107.727.199	6.620.987	21.844.489	15.474.875	107.978.572
PPR/E Património	6.712.400	-	2.470.000	679.227	4.921.626
Select Portfolio	15.401	-	13.619	452	2.235
TOTAL	428.600.657	130.514.746	101.928.278	99.673.957	556.861.083

Unidade: Euros

Produto	2011				
	Valor inicial	Passivos adicionais (entregas)	Montantes pagos	Rendimentos e gastos	Passivo Financeiro final
Conta Certa Taxa Garantida	8.580.331	-	5.746.457	71.095	2.904.969
Conta Certa Unit Linked	51.437.010	-	14.763.459	(5.411.794)	31.261.757
Eurovida Aforro Semestral	4.236.653	-	202.231	(554.012)	3.480.410
Eurovida Crescimento Real	2.524.492	-	235.455	(36.557)	2.252.479
Eurovida Depósito Seguro	26.772.289	603.197	17.899.496	372.789	9.848.779
Eurovida Portfolio	51.024.115	696.079	16.371.372	(1.832.897)	33.515.924
Eurovida Renda Certa	76.888.922	46.237.919	9.796.787	(10.892.602)	102.437.451
Eurovida Renda Crescente	33.432.097	1.900.862	2.033.558	(4.252.725)	29.046.676
Eurovida Renda Popular	-	18.075.580	-	(7.447)	18.068.133
Eurovida Valor 8 Commodities	3.783.584	-	591.951	(373.298)	2.818.336
Gestão de Patrimónios	59.728.321	7.881.942	9.547.217	(2.567.868)	55.495.177
Multinveste	38.456.202	278.911	18.667.473	(358.164)	19.709.476
Multireforma	2.807.956	32.995	14.184	4.254	2.831.021
PPR BIZ	560.705	20.447	75.297	(30.786)	475.069
PPR/E	126.593.126	8.341.585	23.003.338	(4.204.173)	107.727.199
PPR/E Património	7.646.522	-	960.000	25.877	6.712.400
Select Portfolio	477.068	-	456.672	(4.994)	15.401
TOTAL	494.949.393	84.069.516	120.364.948	(30.053.302)	428.600.658

Nota 37 – Outros passivos financeiros

Durante os exercícios de 2005 e 2006, a **EUROVIDA** contraiu dois empréstimos subordinados junto do Banco Popular Portugal, S.A., no montante de 2.000.000 Euros cada um, com um prazo de dez anos e reembolso de uma só vez. Estes empréstimos são remunerados à taxa Euribor para o prazo de um ano acrescida de *spread*, com pagamento de juros anuais na data aniversário. As taxas em vigor, em 31 de dezembro de 2012, eram de 0,871% e 0,986%, respetivamente.

As cláusulas dos contratos relativos a estes empréstimos incluem as condições de subordinação previstas na alínea a) do n.º 2 do artigo 96º do Decreto-Lei n.º 94-B/98, de 17 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 251/2003, de 14 de outubro. Os empréstimos são incluídos nos elementos constitutivos da margem de solvência.

Os gastos registados em 2012 referente a juros com os empréstimos subordinados ascenderam ao montante de 87.077 Euros (76.215 Euros em 2011).

A rubrica de Outros Passivos Financeiros – Depósitos recebidos de resseguradores, a 31 de dezembro de 2012, apresenta um valor de 1.310.377 Euros (1.520.861 Euros em 2011) referente a Depósitos recebidos de resseguradores. Os depósitos recebidos de resseguradores representam o valor das cauções prestadas por resseguradores, em consequência da aceitação de riscos e do recebimento de prémios de operações originadas pelo negócio de resseguro cedido.

A rubrica de Outros Passivos Financeiros – Outros ascendia, a 31 de dezembro de 2012, ao montante de 804.999 Euros referente a operações em liquidação credoras, associadas a compras de títulos cuja liquidação financeira ocorreu apenas em 2013.

Nota 38 – Outras provisões

O movimento ocorrido nas rubricas Ajustamentos de contas a receber, por subconta, no exercício de 2012 e 2011, foi como segue:

	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final 2012
490 - Ajustamentos de recibos por cobrar	265.269	-	19.770	245.499
491 - Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	783.894	-	-	783.894
492 - Outras provisões	546.291	-	139.666	406.625
Total	1.595.454	-	159.437	1.436.017

Os ajustamentos e as provisões registadas a 31 de dezembro correspondem às responsabilidades futuras da Companhia. A natureza das mesmas, bem como as suas movimentações, pode ser descrita como segue:

- **Ajustamento de recibos por cobrar**

O ajustamento de recibos por cobrar respeita à totalidade dos montantes de recibos por cobrar com uma antiguidade superior a 90 dias, ascendendo, em 31 de dezembro de 2012, ao montante de 245.499 Euros (265.269 Euros em 2011). A redução verificada em 2012 explica-se, por 19.770 Euros, referente a recibos por cobrar do ano, tendo a sua contrapartida sido registada em custos na rubrica “Imparidade-Outros”.

- **Ajustamento de créditos de cobrança duvidosa**

Este ajustamento respeita aos créditos de cobrança duvidosa relativos a outros devedores por outras operações no montante de 783.893 Euros. Durante o exercício de 2012, estes ajustamentos não sofreram qualquer alteração, tendo-se apenas verificado, na demonstração da posição financeira, a

transferência da linha de empréstimos concedidos para a linha de outros devedores por outras operações, no montante de 168.334 Euros.

- **Outras provisões**

O valor registado no passivo em "Outras provisões" corresponde a uma provisão para impostos no montante de 335.625 Euros (426.292 Euros em 2011) e a uma provisão para processos judiciais em curso, no valor de 71.000 Euros (120.000 Euros em 2011). A movimentação verificada nestas provisões, pode ser visualizada como segue:

	Unidade: Euros			
	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final 2012
492 - Outras provisões				
Provisão para impostos	426.292	-	90.667	335.625
Processos judiciais em curso	120.000	-	49.000	71.000
Total	546.292	-	139.667	406.625

	Unidade: Euros			
	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final 2011
492 - Outras provisões				
Provisão para impostos	442.261	-	15.970	426.292
Processos judiciais em curso	200.000	-	80.000	120.000
Total	642.262	-	95.970	546.292

Os ajustamentos e provisões não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim de uma estimativa resultante de um julgamento profissional e dos factos conhecidos à data.

As variáveis na determinação da estimativa dos ajustamentos e provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de contencioso, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospetiva.

Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento do conhecimento do evento e o montante em que este é efetivamente pago pela Companhia. Os ajustamentos e provisões são revistos regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

A redução das Outras Provisões para processos judiciais em curso está relacionada com o desfecho favorável para a Companhia, de alguns dos processos em contencioso.

Nota 39 – Capital próprio

39.1. Capital

A adequação do capital é definida de forma a incorporar uma margem considerada adequada face ao mínimo requerido legalmente para absorver até determinado limite, perdas resultantes das alterações

nas taxas de juro e à desvalorização de instrumentos de capital e unidades de participação, assim como perdas inesperadas não representadas pelas provisões técnicas.

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social da **Eurovida** encontrava-se representado por 1.500.000 ações nominativas com o valor nominal de 5 Euros cada, as quais estavam naquela data inteiramente pagas.

A composição do Capital Social para os anos de 2012 e 2011 foi como segue:

	2012			2011		
	Nº de ações	Valor	%	Nº de ações	Valor	%
Banco Popular Portugal	239.022	1.195.110	15,93%	239.022	1.195.110	15,93%
Banco Popular Español	1.260.978	6.304.890	84,07%	1.260.978	6.304.890	84,07%
Total	1.500.000	7.500.000	100,00%	1.500.000	7.500.000	100,00%

Unidade: Euros

39.2. Reservas

Dentro do capital próprio existem diversos tipos de reservas cuja natureza e finalidade são como segue:

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, na parte que pertence ao acionista, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores, bem como a reserva de reavaliação a amortizar relativa às obrigações reclassificadas da categoria de Ativos Disponíveis para Venda para Empréstimos e Contas a Receber, em 2008 (ver adicionalmente a Nota 29).

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as reservas de reavaliação associadas aos Ativos Disponíveis para Venda decompunham-se como segue:

	2012				
	Custo amortizado/ Custo de aquisição	Imparidade acumulada reconhecida	Varição do Justo Valor	Valias potenciais imputáveis aos tomadores de seguro	Reserva de reavaliação
Ativos financeiros disponíveis para venda	136.689.885	4.550.335	(1.848.530)	(2.010.190)	691.615
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	104.708.812	-	2.253.832	(1.620.057)	633.776
De dívida pública	16.167.062	-	345.940	(288.721)	57.219
De outros emissores públicos	10.161.152	-	60.960	(9.629)	51.331
De outros emissores	78.380.597	-	1.846.932	(1.321.707)	525.225
Ações e outros títulos de rendimento variável	31.981.073	4.550.335	(4.102.362)	(390.134)	57.839
Total	136.689.885	4.550.335	(1.848.530)	(2.010.190)	691.615

Unidade: Euros

Unidade: Euros

	2011				
	Custo amortizado/ Custo de aquisição	Imparidade acumulada reconhecida	Variação do Justo Valor	Valias potenciais imputáveis aos tomadores de seguro	Reserva de reavaliação
Ativos financeiros disponíveis para venda	134.972.594	5.435.676	(16.201.951)	(1.113)	(10.767.389)
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	101.960.094	1.448.932	(13.351.372)	-	(11.902.440)
De dívida pública	27.742.886	1.448.932	(6.675.687)	-	(5.226.755)
De outros emissores públicos	14.268.019	-	(1.413.048)	-	(1.413.048)
De outros emissores	59.949.189	-	(5.262.637)	-	(5.262.637)
Ações e outros títulos de rendimento variável	33.012.500	3.986.744	(2.850.580)	(1.113)	1.135.051
Total	134.972.594	5.435.676	(16.201.951)	(1.113)	(10.767.389)

A movimentação da reserva de reavaliação durante os exercícios de 2012 e 2011 foi como segue:

Unidade: Euros

	Saldo em 2011	Movimento do período				Saldo em 2012
		Imparidade	Variação do Justo Valor	Valias potenciais imputáveis aos tomadores de seguro	Amortização da Reserva de Reavaliação	
Ativos financeiros disponíveis para venda	(10.767.389)	(885.341)	14.353.422	(2.009.077)	-	691.615
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	(11.902.440)	(1.448.932)	15.605.204	(1.620.057)	-	633.776
De dívida pública	(5.226.755)	(1.448.932)	7.021.627	(288.721)	-	57.219
De outros emissores públicos	(1.413.048)	-	1.474.008	(9.629)	-	51.331
De outros emissores	(5.262.637)	-	7.109.569	(1.321.707)	-	525.225
Ações e outros títulos de rendimento variável	1.135.050	563.591	(1.251.782)	(389.020)	-	57.839
Reserva de Reavaliação a amortizar relativa às obrigações reclassificadas da categoria ADV para ECR em 2008	(433.925)	-	-	-	293.946	(139.979)
Total de reservas de reavaliação	(11.201.314)	(885.341)	14.353.422	(2.009.077)	293.946	551.636

Unidade: Euros

	Saldo em 2010	Movimento do período				Saldo em 2011
		Imparidade	Variação do Justo Valor	Valias potenciais imputáveis aos tomadores de seguro	Amortização da Reserva de Reavaliação	
Ativos financeiros disponíveis para venda	(4.082.451)	1.337.821	(8.021.897)	862	-	(10.767.389)
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	(4.586.530)	1.448.932	(8.765.093)	(251)	-	(11.902.440)
De dívida pública	(2.224.488)	1.448.932	(4.451.199)	-	-	(5.226.755)
De outros emissores públicos	(403.984)	-	(1.009.065)	-	-	(1.413.048)
De outros emissores	(1.958.058)	-	(3.304.830)	(251)	-	(5.262.637)
Ações e outros títulos de rendimento variável	504.079	(111.111)	743.196	1.113	-	1.135.050
Reserva de Reavaliação a amortizar relativa às obrigações reclassificadas da categoria ADV para ECR em 2008	(952.830)	-	-	-	518.905	(433.925)
Total de reservas de reavaliação	(5.035.281)	1.337.821	(8.021.897)	862	518.905	(11.201.314)

Reservas por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios, nesta rubrica. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os movimentos ocorridos na reserva de impostos estão indicados no quadro da Demonstração de Variação dos Capitais Próprios.

Outras Reservas

Nesta rubrica, a Companhia tem registada a Reserva Legal que só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as outras reservas decompunham-se como segue:

	Unidade: Euros	
	2012	2011
Outras reservas		
- Reserva Legal	4.328.737	3.420.425
- Reservas Livres	-	-
Reservas	4.328.737	3.420.425

Os movimentos ocorridos nas reservas estão igualmente indicados no quadro da Demonstração de Variação dos Capitais Próprios.

39.3. Resultados Transitados

Em 31 de dezembro de 2012 esta rubrica ascendia ao montante de 39.986.944 Euros (31.793.886 Euros em 2011). Os movimentos ocorridos nos resultados transitados estão indicados no quadro da Demonstração de Variação dos Capitais Próprios.

Nota 40 – Transações entre partes relacionadas**40.1. Indicação do nome da empresa-mãe e da empresa-mãe do topo da Companhia**

A empresa mãe do topo da Companhia é o Banco Popular Español. Os acionistas com mais de 10% do Capital Social encontram-se discriminados no quadro abaixo:

Empresa	Fracção detida	
	2012	2011
Banco Popular Portugal	15,93%	15,93%
Banco Popular Español	84,07%	84,07%
Total	100,00%	100,00%

40.2. Descrição dos relacionamentos entre empresas-mãe, filiais e partes relacionadas

Os saldos e transações entre as empresas do grupo e partes relacionadas, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, resumem-se como segue:

Unidade: Euros

	2012			
	Balanço		Conta de Ganhos e Perdas	
	Ativo	Passivo	Custos	Proveitos
Banco Popular Español, S.A.				
Ações em carteira	28.882	-	-	-
Obrigações em carteira	4.257.220	-	-	-
Juros de obrigações	-	-	-	90.017
Repartição de custos - serviços comuns	-	-	12.542	-
Total	4.286.102	-	12.542	90.017
Banco Popular Portugal, S.A.				
Depósito à ordem	2.917.833	-	-	-
Depósitos a prazo	26.808.973	-	-	-
Obrigações em carteira	77.524.202	-	-	-
Empréstimo subordinado	-	4.000.000	-	-
Juros de empréstimos subordinados - decorridos	-	5.409	-	-
Juros de depósitos	-	-	-	1.410.500
Juros de obrigações	-	-	-	3.629.158
Juros DO - credores	-	-	-	1.801
Juros DP	-	-	-	48.706
Juros de empréstimos subordinados	-	-	87.077	-
Comissões de intermediação	-	-	1.561.773	-
Comissões de cobranças de prémios	-	-	215.095	-
Comissões de guarda de valores - Custódia	-	-	199.850	-
Comissões - Outros serviços	-	-	21.082	-
Rendas Prediais	-	-	127.776	-
Cedência de pessoal	-	-	263.272	340.132
Total	107.251.008	4.005.409	2.475.924	5.430.296
Popular Gestión S.G.I.I.C., S.A.				
Unidades de participação em Fundos de Investimento	1.000.069	-	-	-
Comissões recebidas	-	-	-	14.864
Total	1.000.069	-	-	14.864
Fundo de Pensões Banco Popular Portugal				
Comissões recebidas	-	-	-	577.733
Total	-	-	-	577.733
Fundo de Pensões Eurovida Reforma Valor				
Comissões de gestão a receber	384	-	-	-
Comissões recebidas	-	-	-	9.100
Total	384	-	-	9.100

Unidade: Euros

	2011			
	Balanço		Conta de Ganhos e Perdas	
	Ativo	Passivo	Custos	Proveitos
Banco Popular Español, S.A.				
Ações em carteira	19.877	-	-	-
Obrigações em carteira	481.375	-	-	-
Juros de obrigações	-	-	-	54.037
Repartição de custos - serviços comuns	-	-	6.121	-
Total	501.252	-	6.121	54.037
Banco Popular Portugal, S.A.				
Depósito à ordem	20.819.346	-	-	-
Depósitos a prazo	14.271.328	-	-	-
Obrigações em carteira	45.436.217	-	-	-
Empréstimo subordinado	-	4.000.000	-	-
Juros de empréstimos subordinados - decorridos	-	13.862	-	-
Juros de depósitos	-	-	-	1.733.588
Juros de obrigações	-	-	-	26.061
Juros DO - credores	-	-	-	7.434
Juros DP	-	-	-	99.514
Juros de empréstimos subordinados	-	-	76.215	-
Comissões de intermediação	-	-	1.867.525	-
Comissões de cobranças de prémios	-	-	208.503	-
Comissões de guarda de valores - Custódia	-	-	191.549	-
Comissões - Outros serviços	-	-	13.398	-
Rendas Prediais	-	-	127.776	-
Cedência de pessoal	-	-	305.269	361.725
Total	80.526.890	4.013.862	2.790.234	2.228.321
Popular Gestión S.G.I.I.C., S.A.				
Unidades de participação em Fundos de Investimento	5.057.880	-	-	-
Comissões recebidas	-	-	-	102.021
Total	5.057.880	-	-	102.021
Fundo de Pensões Banco Popular Portugal				
Comissões recebidas	-	-	-	591.992
Total	-	-	-	591.992

No que respeita a transações e saldos pendentes com Órgãos Sociais (partes relacionadas) as mesmas encontram-se descritas na Nota 12.

Nota 41 – Gestão dos riscos de atividade

O Sistema de Gestão de Riscos é suportado por uma estrutura organizacional adequada à dimensão, à atividade e ao nível de complexidade da Companhia, tendo em consideração a natureza e especificidade dos riscos que a mesma pretende assumir, sob as orientações definidas pelo Órgão de Administração.

A Companhia tem definido e implementado mecanismos de gestão de riscos, tendo sido já reportado em anos anteriores o Relatório anual sobre o Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno, dando cumprimento ao N.º 1 do Art.º 19.º da Norma Regulamentar N.º 14/2005-R e da Norma Regulamentar

N.º 8/2009-R, do Instituto de Seguros de Portugal. Assim, anualmente, a avaliação, os testes e eventuais alterações no Sistema de Gestão de Riscos são devidamente planeados, continuamente revistos e documentados.

Os objetivos do Sistema de Gestão de Riscos são de identificação, avaliação, mitigação, monitorização e controlo dos riscos a que a Companhia se encontra exposta, interna e externamente, assegurando que os mesmos se mantêm a um nível que não afete significativamente a sua situação financeira nem os interesses dos credores e acionistas.

Para assegurar a mitigação ou controlo dos riscos, a Companhia tem definidas as funções de Compliance, Controlo Interno e Gestão de Riscos e consequentemente, os processos e controlos associados a cada tipo de risco.

Compliance

O Compliance tem como principal objetivo promover uma cultura orientada para o cumprimento das obrigações legais e regulamentares na empresa, com vista a minimizar o risco de incorrer em sanções legais ou regulamentares, financeiras ou de reputação.

Nesta base, as suas principais competências e tarefas resumem-se a:

- Identificar as necessidades de *compliance* da empresa e implementar e manter um sistema que permita avaliar o risco de incumprimento;
- Garantir a ligação com as entidades de supervisão, no âmbito da receção e análise de requisitos de *Compliance*;
- Assegurar a elaboração, manutenção e divulgação do manual de *compliance*.

Controlo interno

O principal objetivo do Sistema de Controlo Interno é o de promover uma cultura orientada para o Controlo Interno, identificando oportunidades de melhoria que contribuam para a redução do risco e a promoção da qualidade e da eficiência das práticas, conduzindo ao reconhecimento de valor por parte da empresa.

Nesta base, as suas principais competências e tarefas resumem-se a:

- Definir políticas concretas de controlo interno e assegurar a implementação de procedimentos eficazes e adequados, aplicáveis em toda a estrutura organizacional, em linha com as orientações definidas e enquadrados nas atividades diárias das empresas de seguros;
- Desenvolver os mecanismos de monitorização para verificar, de forma regular, o cumprimento das políticas e procedimentos de controlo, avaliar a adequação e eficácia do sistema de controlo interno implementado e possibilitar a correção de quaisquer falhas e/ou fragilidades detetadas;
- Definir, aprovar e rever os requisitos de periodicidade e conteúdo do reporte interno relativo à eficácia e adequação do sistema de controlo interno implementado, por forma a possibilitar a avaliação do cumprimento dos objetivos definidos e a facilitar a melhoria do próprio sistema;
- Assegurar a implementação dos programas, procedimentos e controlos no âmbito do combate ao branqueamento de capitais e garantir que esses procedimentos são executados eficientemente.

Gestão de riscos

A Gestão de Risco tem como principal objetivo garantir que é efetuada a identificação, a avaliação e a mitigação dos riscos a que a Companhia se encontra exposta e assegurar a existência dos mecanismos necessários para a sua monitorização e controlo.

Nesta base, as suas principais competências e tarefas resumem-se a:

- Definir políticas concretas de aceitação e gestão dos riscos a que as empresas de seguros estão expostas, através da implementação de procedimentos eficazes e adequados;
- Desenvolver e implementar a metodologia de determinação do nível de capital adequado aos riscos e da sua afetação às áreas de negócio/risco;
- Desenvolver os mecanismos de monitorização para verificar, de forma regular, o cumprimento dos níveis de tolerância ao risco e das políticas e procedimentos de gestão de riscos e avaliar a sua eficácia e contínua adequação à atividade das empresas de seguros, no sentido de possibilitar a correção de quaisquer falhas e/ou fragilidades detetadas;
- Definir e rever procedimentos de reporte, periódico e extraordinário, no sentido de ser disponibilizada, aos intervenientes e funções apropriadas, informação sobre a eficácia e adequação do sistema de gestão de risco;
- Assegurar a implementação dos programas, procedimentos e controlos no âmbito do combate ao branqueamento de capitais e garantir que esses procedimentos são executados eficientemente.

A Companhia considera fundamental a manutenção de um adequado sistema de gestão de riscos, garantindo assim que o negócio seja sólido e de crescimento sustentado, conhecendo a natureza e significância dos riscos a que se encontra exposta.

A Companhia identifica como principais riscos, os seguintes:

- **Risco de Crédito:** Risco de incumprimento (*default*) ou de alteração na qualidade creditícia (*rating*) dos emitentes de valores mobiliários aos quais a Companhia está exposta, bem como dos devedores, prestatários, mediadores, tomadores de seguro e resseguradoras que com ela se relacionam;
- **Risco de Mercado:** Deriva do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos ativos, resulta da exposição a movimentos em variáveis financeiras como o preço das ações, taxas de juro, taxas de câmbio ou preços de *commodities* (ex: crude). Inclui ainda a exposição de produtos derivados (opções e futuros) a variações no preço do ativo subjacente e está também fortemente relacionado com o risco de disparidade entre ativos e passivos;
- **Risco Específico de Seguro:** As empresas de seguros assumem riscos através dos contratos de seguros, os quais classificam na categoria do Risco Específico de Seguros. Os riscos específicos de seguros são os riscos inerentes à comercialização de contratos de seguro, associados ao desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro;
- **Risco de Liquidez:** Risco de exposição a perdas na eventualidade de existirem poucos ativos com liquidez para cumprir os pagamentos das responsabilidades para com os tomadores de seguros, credores e outras contrapartes, quando elas forem devidas;
- **Risco Operacional:** Risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Está associado a eventos como fraudes, falhas de sistemas, e ao não cumprimento de normas e regras estabelecidas. Inclui ainda, por exemplo, o risco resultante de falhas no governo da sociedade, nos sistemas, nos contratos de prestação de serviços em *outsourcing* e no plano de continuidade do negócio;

- **Risco de Reputação:** Este risco pode ser definido como risco da Companhia incorrer em perdas resultantes da deterioração ou posição no mercado devido a uma perceção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, acionista ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral;
- **Risco Estratégico:** O risco estratégico pode ser definido como o risco do impacto atual e futuro nos proveitos ou capital que resulta de decisões de negócio inadequadas, implementação imprópria de decisões ou falta de capacidade de resposta às alterações ocorridas no mercado.

41.1. Risco de Crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais. O risco de crédito está essencialmente presente na carteira de investimentos (no entanto, as dívidas a receber resultantes de cobranças e resseguro também estão expostos a risco de crédito).

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia apresentava a seguinte composição:

	2012		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade/Ajustamentos	Valor contabilístico líquido
Depósitos à ordem	6.106.878	-	6.106.878
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	208.278	-	208.278
Ativos financeiros detidos para negociação	600	-	600
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	559.219.803	-	559.219.803
Ativos disponíveis para venda	136.821.299	-	136.821.299
Empréstimos e contas a receber	48.558.847	-	48.558.847
Outros devedores	2.500.076	1.029.392	1.470.684
Exposição máxima ao risco de crédito	753.415.781	1.029.392	752.386.388

	2011		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade/Ajustamentos	Valor contabilístico líquido
Depósitos à ordem	21.662.059	-	21.662.059
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	230.818	-	230.818
Ativos financeiros detidos para negociação	69.900	-	69.900
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	414.126.577	-	414.126.577
Ativos disponíveis para venda	121.099.610	-	121.099.610
Empréstimos e contas a receber	42.773.843	168.334	42.605.509
Outros devedores	2.923.454	880.828	2.042.626
Exposição máxima ao risco de crédito	602.886.261	1.049.163	601.837.098

Para efeitos de análise de risco a rubrica de Empréstimos e contas a receber inclui, em 2012, as operações por liquidar credoras no montante de 804.999 Euros. Nas demonstrações financeiras, estas

operações, pela sua natureza, encontram-se refletidas no Passivo na rubrica de Outros Passivos Financeiros – Outros.

A gestão do risco de crédito, associado à possibilidade de incumprimento da contraparte (ou à variação do valor de um dado ativo, face à degradação da qualidade do risco da contraparte), assenta na regular monitorização e análise da exposição da sua carteira de investimentos, através de relatórios mensais de riscos financeiros.

A existência de limites internos de exposição por notação de risco de crédito permite mitigar os riscos associados e a manter a exposição dentro de limites consideráveis como aceitáveis pela gestão da companhia.

Rating	Limite mínimo	Limite máximo	%
[AAA; BBB[60,0%	100,0%	
[BBB; BB[0,0%	40,0%	
[BB; B[0,0%	15,0%	
Outros *	0,0%	5,0%	

* Títulos com notação inferior a BBB e sem rating

Risco de concentração por classe de ativos

A desagregação da carteira da companhia, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, pode ser vista como segue:

Investimentos	2012		2011		Unidade: Euros
		%		%	Var. % 12/11
Depósitos à ordem	6.106.878	1%	21.662.059	4%	-72%
Outros depósitos	37.159.329	5%	23.390.947	4%	59%
Operações a liquidar	(645.352)	-	1.160.840	-	-156%
Empréstimos concedidos (1)	1.462.396	-	1.534.038	-	-5%
Títulos de rendimento fixo	570.526.854	76%	412.379.002	69%	38%
Partes de capital em filiais e associadas	208.278	-	230.818	-	-10%
Ações	20.428.957	3%	19.002.728	3%	8%
Fundos de investimento	114.735.132	15%	119.665.280	20%	-4%
Derivados detidos para negociação	600	-	69.900	-	-99%
Outros títulos	127.634	-	698.861	-	-82%
Total	750.110.706	100%	599.794.473	100%	25%

(1) Corresponde ao valor líquido dos ativos, deduzido do valor de imparidades e/ou ajustamentos

A 31 de dezembro de 2012, a carteira de investimentos consolidado apresenta uma maior exposição aos títulos de rendimento fixo em 76 % (69% em 2011), seguido dos fundos de investimento com uma representatividade de 15% (20% em 2011) e depósitos em instituições de crédito com 6% (8% em 2011).

Risco de concentração por emitente

Regularmente, e com base nas notações de risco de crédito publicadas por algumas das principais agências internacionais (*Bloomberg Composite, Standard & Poor's, Moody's, Fitch ou DBRS*) é calculada a percentagem de exposição da carteira de investimentos por notação, monitorizadas as respetivas

alterações de notação por título, acompanhamento dos *Outlook*, graus de subordinação e o devido ao cumprimento dos limites estabelecidos pela gestão.

Relativamente à exposição ao risco de crédito dos títulos de rendimento fixo (766%) e de produtos estruturados (0,02%), a carteira de investimentos da empresa de seguros apresenta as seguintes exposições, a 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

Rating	Limite Exposição	Alocação por Rating 2012	Alocação por Rating Acumulada	Variação face a 2011 (% Carteira)	Peso da Carteira 2012
AAA	Mín 60%	2,4%	2,4%	0,3%	1,8%
AA	Mín 60%	1,4%	3,8%	-1,5%	1,1%
A	Mín 60%	4,6%	8,4%	-12,8%	3,5%
BBB	Máx 40%	26,2%	34,6%	-10,4%	19,9%
BB	Máx 15%	59,7%	94,4%	21,3%	45,4%
Outros *	Máx 5%	5,6%	100,0%	3,2%	4,3%

* Corresponde a títulos com notação inferior a BB e sem rating

Rating	Limite Exposição	Alocação por Rating 2011	Alocação por Rating Acumulada	Variação face a 2010 (% Carteira)	Peso da Carteira 2011
AAA	Mín 60%	1,5%	1,5%	0,1%	2,1%
AA	Mín 60%	2,0%	3,5%	-4,4%	2,9%
A	Mín 60%	12,0%	15,5%	-41,1%	17,4%
BBB	Máx 40%	25,2%	40,7%	8,5%	36,6%
BB	Máx 15%	26,5%	67,2%	35,8%	38,5%
Outros *	Máx 5%	1,7%	68,9%	1,1%	2,5%

* Corresponde a títulos com notação inferior a BB e sem rating

Durante o ano de 2012, verificou-se um agravamento do risco de crédito. A categoria de *rating* BB sofreu a maior variação em termos de aumento do seu peso, com um incremento de 21,3%. As categorias de *rating* A e BBB sofreram decréscimos significativos, de 12,8% e 10,4%, respetivamente.

Os setores mais afetados por alterações negativas de *rating* foram, em primeiro lugar, e no que se refere à composição setorial da carteira, o setor Estado, seguido do setor financeiro.

A percentagem de títulos sem *rating* na categoria Outros corresponde a 0,8% da carteira total de investimento da empresa de seguros, tratando-se na sua maioria de títulos de dívida de grandes empresas nacionais.

Em termos de exposição das classes de *Rating* por maturidade (vida média), a componente de rendimento fixo e de produtos estruturados apresenta as seguintes exposições a 31 de dezembro de 2012 e 2011:

Unidade: Euros

Rating / Maturidade						2012	
	< 3	< 5	< 7	< 10	>=10	Total em %	Total em Valor
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas							
AAA	1,0%	0,3%	0,1%	0,1%		1,5%	11.599.878
AA	0,3%	0,2%	0,0%		0,0%	0,5%	3.829.851
A	1,9%	0,3%	0,1%		0,0%	2,3%	17.552.514
BBB	14,0%	2,6%	0,6%	0,2%	0,0%	17,4%	130.312.849
< =BB	30,9%	12,5%	3,6%	1,5%	0,1%	48,6%	364.247.316
Unrated (NR)	0,5%	0,3%	0,0%		0,0%	0,8%	6.032.758
Ativos disponíveis para venda							
AAA	0,2%	0,0%		0,0%		0,3%	1.989.136
AA	0,0%	0,3%	0,3%			0,6%	4.435.310
A	0,4%	0,2%	0,1%	0,2%	0,2%	1,2%	8.746.793
BBB	0,4%	0,6%	0,9%	0,3%	0,2%	2,4%	17.905.652
< =BB	0,1%				0,0%	0,1%	1.085.042
Unrated (NR)						0,0%	-
Contas a receber *							
AAA					0,0%	0,0%	19.192
AA						0,0%	-
A						0,0%	-
BBB	0,2%					0,2%	1.265.711
< =BB	0,1%	0,1%		0,1%		0,2%	1.632.485
Unrated (NR)						0,0%	-
Total (em %)	49,9%	17,4%	5,7%	2,4%	0,7%	76,1%	
Total (em valor)	374.248.236	130.506.798	42.855.950	18.059.034	4.984.470		570.654.488

* "Contas a receber" é uma sub-rubrica da rubrica do balanço "Empréstimos e contas a receber"

Unidade: Euros

Rating / Maturidade						2011	
	< 3	< 5	< 7	< 10	>=10	Total em %	Total em Valor
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas							
AAA	0,3%	0,3%	0,0%	0,1%	0,0%	0,7%	4.449.109
AA	1,3%	0,4%			0,0%	1,7%	10.256.263
A	6,4%	0,9%	0,0%	0,9%	0,1%	8,3%	49.913.917
BBB	13,9%	5,9%	0,2%	1,5%	0,1%	21,5%	129.208.783
< =BB	10,7%	7,6%	0,3%	1,6%	0,1%	20,3%	121.779.016
Unrated (NR)	0,2%	0,4%	0,1%		0,0%	0,7%	4.291.713
Ativos disponíveis para venda							
AAA	0,1%	0,3%	0,1%	0,2%		0,7%	4.326.970
AA	0,2%	0,0%	0,0%			0,2%	1.399.637
A	2,7%	0,0%	0,3%	0,2%	0,4%	3,5%	21.147.354
BBB	1,8%	0,9%	0,5%			3,3%	19.542.495
< =BB	5,8%	0,5%	0,1%	0,5%	0,0%	6,9%	41.183.439
Unrated (NR)						0,0%	-
Contas a receber *							
AAA						0,0%	-
AA	0,1%				0,0%	0,1%	346.598
A	0,1%	0,0%				0,2%	1.016.921
BBB	0,4%					0,4%	2.284.604
< =BB	0,3%					0,3%	1.931.043
Unrated (NR)						0,0%	-
Total (em %)	44,4%	17,2%	1,6%	4,9%	0,8%	68,9%	
Total (em valor)	266.116.272	103.300.702	9.630.573	29.110.516	4.919.799		413.077.862

* "Contas a receber" é uma sub-rubrica da rubrica do balanço "Empréstimos e contas a receber"

O quadro da exposição ao risco de crédito dos resseguradores, aplicável ao negócio de vida, resume-se como segue:

Ressegurador	% de Participação de Resseguro	Valor dos Capitais cedidos	Unidade: Euros
			Rating (*) S&P
ESG Reinsurance Ireland, Limited	100%	-	Not rated
Hannover Ruckversicherung AG	20%	186.753.914	AA-
Hannover Ruckversicherung AG	100%	14.118.750	AA-
Munchener Ruckversicherungs-Gesellschaft	20%	186.753.914	AA-
Munchener Ruckversicherungs-Gesellschaft	100%	710.968	AA-
Munchener Ruckversicherungs-Gesellschaft	100%	545.000	AA-
General Reinsurance AG - Sucursal en España	10%	93.376.957	AA+
RGA International Reinsurance Company Limited	20%	186.753.914	AA-
Swiss Re Europe S.A.	30%	280.130.871	AA-
Total		949.144.289	

(*) Notações da Standard & Poor's para dívida de longo prazo

O quadro da exposição ao risco de crédito dos resseguradores, aplicável ao negócio de não vida, resume-se como segue:

Resseguradora	Ramo	Tratado	% no Tratado de Resseguro Obrigatório	Rating (*) S&P
Europ Assistance	Acidentes de Trabalho (2)	Proporcional	100%	A
Europ Assistance	Saúde / Doença (2)	Proporcional	100%	A
Europ Assistance	Automóvel (2)	Proporcional	100%	A
Financial Assurance Company Ltd.	Acidentes Pessoais (1)	Proporcional	100%	A-
Financial Insurance Company Ltd.	Acidentes Pessoais (1)	Proporcional	100%	A-
Mapfre Re	Acidentes de Trabalho	Não Proporcional	50%	BBB+
Mondial Assistance International S.A.	Acidentes Pessoais (2)	Proporcional	100%	AA
Mondial Assistance International S.A.	Incêndio e Outros Danos (2)	Proporcional	100%	AA
Secura Re	Acidentes Pessoais (3)	Proporcional	Facultativo	A
Ace	Acidentes Pessoais (3)	Proporcional	Facultativo	AA-
Axis Speciality Europ	Acidentes Pessoais (3)	Proporcional	Facultativo	A+
Nacional de Reaseguros S.A.	Acidentes Pessoais (3)	Proporcional	Facultativo	BBB-
RGA Int Reinsurance	Acidentes Pessoais (3)	Proporcional	Facultativo	AA-
Muenchener Rueckversicherungs AG	Acidentes Pessoais (3)	Proporcional	Facultativo	AA-
Hannover Re	Acidentes Pessoais (3)	Proporcional	Facultativo	AA-
Hannover Re	Acidentes Pessoais (3)	Proporcional	Facultativo	AA-
RGA	Acidentes Pessoais (3)	Proporcional	Facultativo	AA-
Liberty Syndicates	Acidentes Pessoais (3)	Proporcional	Facultativo	A+
Mapfre Re	Acidentes Pessoais (3)	Proporcional	Facultativo	BBB+
Nacional de Reaseguros S.A.	Acidentes Pessoais	Não Proporcional	50%	BBB-
Scor	Acidentes Pessoais	Não Proporcional	50%	A+
Muenchener Rueckversicherungs AG	Automóvel	Não Proporcional	50%	AA-
Muenchener Rueckversicherungs AG	Incêndio e Outros Danos	Não Proporcional	60%	AA-
Nacional de Reaseguros S.A.	Incêndio e Outros Danos	Não Proporcional	25%	BBB-
Scor	Incêndio e Outros Danos	Não Proporcional	15%	A+
Muenchener Rueckversicherungs AG	Incêndio e Outros Danos	Proporcional	60%	AA-
Nacional de Reaseguros S.A.	Incêndio e Outros Danos	Proporcional	25%	BBB-
Scor	Incêndio e Outros Danos	Proporcional	15%	A+
Muenchener Rueckversicherungs AG	Fenómenos Sísmicos	Proporcional	60%	AA-
Nacional de Reaseguros S.A.	Fenómenos Sísmicos	Proporcional	25%	BBB-
Scor	Fenómenos Sísmicos	Proporcional	15%	A+
Nacional de Reaseguros S.A.	Acidentes de Trabalho	Não Proporcional	50%	BBB-
Nacional de Reaseguros S.A.	Automóvel	Não Proporcional	50%	BBB-
Nacional de Reaseguros S.A.	Responsabilidade civil geral	Proporcional	100%	BBB-

(1) Correspondente a coberturas de desemprego e incapacidade temporária.

(2) Correspondente a coberturas de assistência.

(3) Facultativos

Risco de concentração por risco País/Zona Geográfica

Em relação à exposição por Zona Geográfica a carteira de investimentos da companhia apresenta as seguintes exposições, a 31 de dezembro de 2012 e em 2011:

Zona Geográfica	Peso em Carteira 2012	Peso em Carteira 2011	Varição
Portugal	53,4%	42,6%	10,7%
Espanha	8,8%	8,6%	0,3%
Países Baixos	5,1%	7,0%	-1,9%
França	2,3%	2,6%	-0,3%
Estados Unidos da América	1,5%	2,3%	-0,8%
Itália	1,3%	1,3%	0,0%
Irlanda	1,3%	1,3%	0,0%
Luxemburgo	1,2%	1,4%	-0,2%
Reino Unido	0,9%	1,0%	-0,1%
Alemanha	0,8%	1,2%	-0,4%
SNAT	0,5%	0,3%	0,2%
Ilhas Caimão	0,3%	0,4%	-0,2%
Suíça	0,2%	0,1%	0,1%
Emirados Arabes Unidos	0,2%	0,0%	0,2%
Austrália	0,2%	0,1%	0,1%
Jersey	0,2%	0,3%	-0,1%
Áustria	0,2%	0,4%	-0,2%
Polónia	0,1%	0,2%	0,0%
Antilhas Holandesas	0,1%	0,3%	-0,3%
Finlândia	0,1%	0,0%	0,1%
Guernsey	0,1%	0,0%	0,1%
Dinamarca	0,1%	0,0%	0,1%
Bélgica	0,1%	0,0%	0,0%
Brasil	0,0%	0,1%	-0,1%
Grécia	0,0%	0,3%	-0,3%
Bermudas	0,0%	0,4%	-0,4%
México	0,0%	0,1%	-0,1%

Durante o ano de 2012, aumentou-se em cerca de 10,7% a exposição ao mercado português, sempre dentro dos limites internamente definidos e consideráveis como aceitáveis pela gestão.

Risco de concentração por setor

A carteira mantém a maior exposição ao setor financeiro, tendo a alteração mais significativa ocorrido no setor *estado*, com um aumento de 7,5%:

Sector	Peso em Carteira 2012	Peso em Carteira 2011	Varição
<i>Financial</i>	36,0%	34,6%	1,4%
<i>Government</i>	29,1%	21,6%	7,5%
<i>Utilities</i>	4,2%	5,4%	-1,2%
<i>Industrial</i>	2,8%	2,7%	0,2%
<i>Communications</i>	2,2%	3,1%	-0,9%
<i>Energy</i>	1,7%	1,9%	-0,2%
<i>Basic Materials</i>	0,8%	0,6%	0,2%
<i>Consumer, Non-Cyclical</i>	0,7%	0,5%	0,2%
<i>Real State</i>	0,5%	0,7%	-0,2%
<i>Diversified</i>	0,4%	0,0%	0,4%
<i>Consumer, Cyclical</i>	0,3%	0,6%	-0,3%
<i>Technology</i>	0,3%	0,4%	-0,1%
<i>Funds</i>	0,0%	0,1%	-0,1%
<i>Mortgage Securities</i>	0,0%	0,1%	-0,1%

Em termos de exposição do setor financeiro por grau de subordinação dos títulos de dívida temos a seguinte decomposição em 2012:

Unidade: Euros

Subordinação	Valor Investimento	Financeiras (%)	Total (%)
Senior	233.713.980	87,8%	31,2%
Lower Tier 2	7.303.471	2,7%	1,0%
Tier 1	864.827	0,3%	0,1%
Others	24.405.875	9,2%	3,3%
Total	266.288.153	100,0%	35,5%

A componente "Others" é constituída na maioria por emissões de dívida do setor financeiro em que o grau de subordinação não se encontra explicitado.

Política de utilização de derivados

A utilização de produtos derivados como forma de mitigação dos riscos associados, encontra-se de acordo com o legalmente estabelecido pela entidade de supervisão, bem como, explicitada em normativo interno. Em linhas gerais, este normativo estabelece os tipos de operações e contratos permitidos, os mercados autorizados e o processo de aprovação das referidas operações. Os derivados adquiridos têm como objetivo a gestão eficaz da carteira.

Mensalmente monitoriza-se o risco de crédito da emissão, do emitente e o risco de crédito da contraparte:

Contraparte	Designação	Valor Nocial	Valor Ativo	Rating de Contraparte	Outlook
Banco BPI, S.A.	Eurovida Digitals On Commodities 15-09-2014	6.000.000	600	BB-	Neg
	Total	6.000.000	600		

Agenda de Rating: Standard and Poor's

41.2. Risco de mercado

O Risco de mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de ações e outros.

Mensalmente são feitos testes de sensibilidade/variação às taxas de juro e aos preços de ações e de fundos de investimento e quantificação do seu impacto na valorização dos ativos financeiros que compõem a carteira de investimentos da companhia.

Quanto à variação das taxas de juro o seu impacto é o referido abaixo, quanto ao risco da variação de preços de ações e de fundos de investimentos, é feita a análise de sensibilidade mensal e os seus efeitos são os seguintes a 31 de dezembro de 2012 e 2011:

Unidade: Euros

Variação	Variação Estimada 2012		Variação Estimada 2011	
	Percentagem (%)	Valor (Euros)	Percentagem (%)	Valor (Euros)
Componente FII				
-10,0%	-1,0%	-7.329.244	-1,3%	-7.804.271
-20,0%	-2,0%	-14.658.489	-2,6%	-15.608.542
Componente FIM/ Ações				
-10,0%	-0,8%	-6.207.992	-1,0%	-6.085.612
-20,0%	-1,7%	-12.415.985	-2,0%	-12.171.223

As abordagens são complementadas pela introdução de melhorias contínuas tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, como ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão.

No caso de uma eventual queda do mercado em cerca de 10%, a carteira global de fundos de investimento imobiliário poderá desvalorizar em 7,3 milhões de Euros (7,8 milhões de Euros 2011).

Numa eventual queda do mercado em cerca de 10%, o impacto na carteira global de ações e de fundos de investimento mobiliário será um decréscimo de 6,2 milhões de Euros (6,1 milhões de Euros 2011).

Risco de taxa de juro

As operações da companhia encontram-se sujeitas ao risco de flutuações nas taxas de juro na medida em que os ativos geradores de juros (incluindo os investimentos) e os passivos geradores de juros apresentam maturidades desfasadas no tempo ou de diferentes montantes.

A monitorização do risco de taxa de juro (variação) é efetuada regularmente ao nível do ativo financeiro, através do apuramento do impacto na carteira de investimentos de uma variação na curva de taxas de juro (choque multiplicativo). Os parâmetros utilizados são a *modified duration* da carteira, dentro de um cenário de variação de taxas de juro, com a medição do impacto na componente de taxa fixa em carteira. Os efeitos são os seguintes:

Unidade: Euros

Variação taxa juro (Em ponto base)	Variação Estimada 2012		Variação Estimada 2011	
	Percentagem (%)	Valor (Euros)	Percentagem (%)	Valor (Euros)
300	-5,0%	-37.815.478	-4,7%	-28.346.948
200	-3,4%	-25.210.319	-3,2%	-18.897.966
100	-1,7%	-12.605.159	-1,6%	-9.448.983
-100	1,7%	12.605.159	1,6%	9.448.983
-200	3,4%	25.210.319	3,2%	18.897.966
-300	5,0%	37.815.478	4,7%	28.346.948

Mensalmente, são monitorizadas as variações ao preço e ao valor da carteira de obrigações, em caso de variações de taxa de juro, num intervalo de valores situados entre [-3%, 3%].

Risco cambial

Risco decorrente da variação do valor de ativos/passivos detidos pela Companhia decorrente de oscilações nas taxas de câmbio das moedas em que esses ativos/passivos estão expressos.

A atual exposição cambial da carteira de investimentos consolidada é incipiente, sendo esta na sua totalidade respeitante a seguros em que o risco do investimento é do tomador do seguro, distribuída como segue:

Moeda	2012	2011	Var. (%) 2012/11
	Representação (%)	Representação (%)	
Euro	97,61%	98,08%	-0,47%
US Dólar	1,57%	1,91%	-0,34%
Outras	0,82%	0,00%	0,81%

No entanto, a companhia monitoriza a exposição ao risco cambial, com o intuito de assegurar que esta se encontra dentro dos limites legalmente estabelecidos.

41.3. Riscos específicos de seguros

As empresas de seguros assumem riscos através dos contratos de seguros, os quais classificamos na categoria do Risco Específico de Seguros.

Os riscos específicos de seguros são os riscos inerentes à comercialização de contratos de seguro, associados ao desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. São aplicáveis a todos os ramos de atividade e podem subdividir-se em diferentes sub-riscos:

Risco de Desenho dos Produtos

Risco da empresa de seguros assumir exposições de risco decorrentes de características dos produtos não antecipadas na fase de desenho e de definição do preço do contrato.

Risco de Prémios

Relacionado com sinistros a ocorrer no futuro, em apólices atualmente em vigor, e cujos prémios já foram cobrados ou estão fixados. O risco é o de os prémios cobrados ou já fixados poderem vir a revelar-se insuficientes para a cobertura de todas as obrigações futuras resultantes desses contratos (subtarifação).

Risco de Subscrição

Risco de exposição a perdas financeiras e/ou técnicas relacionadas com a seleção e aprovação dos riscos a segurar.

Risco de Provisionamento

Risco das provisões para sinistros constituídas se virem a revelar insuficientes para fazer face aos custos com sinistros já ocorridos.

Risco de Sinistralidade

Risco de que possam ocorrer mais sinistros do que o esperado, ou de que alguns sinistros tenham custos muito superiores ao esperado, resultando em perdas inesperadas.

Risco de Retenção

Risco de uma maior retenção de riscos (menor proteção de resseguro) poder gerar perdas devido à ocorrência de eventos catastróficos ou a uma sinistralidade mais elevada.

Risco Catastrófico

Resulta de eventos extremos que implicam a devastação de propriedade, ou a morte/ferimento de pessoas, geralmente devido a calamidades naturais (terramotos, furacões, inundações). É o risco de que um evento único, ou uma série de eventos de elevada magnitude, normalmente num período curto (até 72 horas), implique um desvio significativo no número e custo dos sinistros, em relação ao que era esperado.

De referir, que os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se documentados no que respeita às principais atividades, riscos e controlos.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- Delegação de competências definidas formalmente para os diferentes processos;
- Políticas Internas adequadas às necessidades e complexidade do negócio;
- Reconciliações e conferências contabilísticas;
- Monitorização de níveis de serviço.

A Companhia para efetuar uma adequada avaliação do risco específico de seguros tem definida uma política de subscrição de contratos onde estão previstos a metodologia de análise de risco, os elementos a utilizar na mesma e os critérios de decisão, com subsequente impacto no tarifário a vigorar e que é revisto periodicamente. Há também uma política de gestão de sinistros, baseada na análise dos elementos indispensáveis de avaliação dos sinistros que estão definidos contratualmente.

O risco de longevidade ocorre quando um decréscimo inesperado das taxas de mortalidade conduz a aumentos de sinistros (no pagamento de rendas) superiores aos esperados. O risco de longevidade é gerido através do *pricing* da política de subscrição e de uma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas para definir os prémios e constituir as provisões. Nas análises de longevidade verifica-se, se esta, está acima ou abaixo das tabelas de mortalidade utilizadas. Caso esteja acima são criadas provisões suplementares e os prémios são ajustados em conformidade.

O risco de mortalidade cobre a incerteza das perdas efetivas resultantes das pessoas seguras viverem menos do que o esperado. Dado o aumento contínuo da esperança de vida da população, o risco de mortalidade ao nível da carteira em vigor pode vir a ser significativo se ocorrer um grande número de mortes na sequência de catástrofes. O risco de mortalidade é atualmente mitigado através da política de subscrição e dos tratados de resseguro.

A política de resseguro serve de instrumento para garantir a mitigação dos riscos em função da capacidade de subscrição da seguradora. Relativamente à distribuição geográfica dos riscos assumidos em Portugal, ela segue aproximadamente a distribuição populacional no território continental, não existindo acumulações de risco relevantes. Não há exposição ao risco nos territórios insulares. A exposição a riscos fora do território Europeu é mínima e é alvo de adaptação tarifária que compensa o risco adicional.

Com o cumprimento sistemático dos procedimentos de verificação dos elementos indispensáveis para as referidas políticas e com a política de resseguro associada, a companhia mitiga os riscos associados ao risco específico de seguros.

A companhia, em termos de resseguro, pratica uma política de resseguro cedido baseada em tratados proporcionais e não proporcionais, com o objetivo de reduzir o impacto de riscos de ponta, de catástrofes e de concentração.

O programa de resseguro, em 2012, é constituído por tratados proporcionais de quota-parte e excedentes e por tratados não proporcionais – Excedentes de perdas e Cobertura, conforme quadro seguinte:

Ramo	Tipo de Tratado
Vida	Quota parte e Excedente
Acidentes de Trabalho (1)	Quota Parte
Acidentes Pessoais (2)	Quota Parte
Acidentes Pessoais	Excesso de perdas (XL)
Saúde / Doença (1)	Quota Parte
Incêndio e Outros Danos (1)	Quota Parte
Incêndio e Outros Danos	Quota Parte, Excedente e Excesso de perdas (XL)
Incêndio e Outros Danos (Catástrofes)	Quota Parte, Excedente e Excesso de perdas (XL)
Automóvel	Excesso de perdas (XL)
Automóvel (1)	Quota Parte
Responsabilidade civil geral	Quota Parte

(1) Correspondente a coberturas de assistência

(2) Correspondente a coberturas de desemprego e incapacidade temporária.

O quadro da exposição em termos de resseguro, aplicável ao negócio vida, resume-se como segue:

Ressegurador	Tratado	% no Tratado de Resseguro Obrigatório	Rating (*) S&P
ESG Reinsurance Ireland, Limited	Quota Parte	100%	<i>Not rated</i>
Hannover Ruckversicherung AG	Excedente	20%	AA-
Hannover Ruckversicherung AG	Quota Parte	100%	AA-
Munchener Ruckversicherungs-Gesellschaft	Excedente	20%	AA-
Munchener Ruckversicherungs-Gesellschaft	Quota Parte	100%	AA-
General Reinsurance AG - Sucursal en España	Excedente	10%	AA-
RGA International Reinsurance Company Limite	Excedente	20%	AA-
Swiss Re Europe S.A.	Excedente	30%	AA+

(*) Notações da Standard & Poor's para dívida de longo prazo

O quadro da exposição em termos de resseguro, aplicável ao negócio não vida, resume-se como segue:

<i>Resseguradora</i>	<i>Ramo</i>	<i>Tratado</i>	<i>% no Tratado de Resseguro Obrigatório</i>	<i>Rating (*) S&P</i>
Europ Assistance	Acidentes de Trabalho (2)	Proporcional	100%	A
Europ Assistance	Saúde / Doença (2)	Proporcional	100%	A
Europ Assistance	Automóvel (2)	Proporcional	100%	A
Financial Assurance Company Ltd.	Acidentes Pessoais (1)	Proporcional	100%	A-
Financial Insurance Company Ltd.	Acidentes Pessoais (1)	Proporcional	100%	A-
Mapfre Re	Acidentes de Trabalho	Não Proporcional	50%	BBB+
Mondial Assistance International S.A.	Acidentes Pessoais (2)	Proporcional	100%	AA
Mondial Assistance International S.A.	Incêndio e Outros Danos (2)	Proporcional	100%	AA
Secura Re	Acidentes Pessoais (3)	Proporcional	Facultativo	A
Ace	Acidentes Pessoais (3)	Proporcional	Facultativo	AA-
Axis Speciality Europ	Acidentes Pessoais (3)	Proporcional	Facultativo	A+
Nacional de Reaseguros S.A.	Acidentes Pessoais (3)	Proporcional	Facultativo	BBB-
RGA Int Reinsurance	Acidentes Pessoais (3)	Proporcional	Facultativo	AA-
Muenchener Rueckversicherungs AG	Acidentes Pessoais (3)	Proporcional	Facultativo	AA-
Hannover Re	Acidentes Pessoais (3)	Proporcional	Facultativo	AA-
Hannover Re	Acidentes Pessoais (3)	Proporcional	Facultativo	AA-
RGA	Acidentes Pessoais (3)	Proporcional	Facultativo	AA-
Liberty Syndicates	Acidentes Pessoais (3)	Proporcional	Facultativo	A+
Mapfre Re	Acidentes Pessoais (3)	Proporcional	Facultativo	BBB+
Nacional de Reaseguros S.A.	Acidentes Pessoais	Não Proporcional	50%	BBB-
Scor	Acidentes Pessoais	Não Proporcional	50%	A+
Muenchener Rueckversicherungs AG	Automóvel	Não Proporcional	50%	AA-
Muenchener Rueckversicherungs AG	Incêndio e Outros Danos	Não Proporcional	60%	AA-
Nacional de Reaseguros S.A.	Incêndio e Outros Danos	Não Proporcional	25%	BBB-
Scor	Incêndio e Outros Danos	Não Proporcional	15%	A+
Muenchener Rueckversicherungs AG	Incêndio e Outros Danos	Proporcional	60%	AA-
Nacional de Reaseguros S.A.	Incêndio e Outros Danos	Proporcional	25%	BBB-
Scor	Incêndio e Outros Danos	Proporcional	15%	A+
Muenchener Rueckversicherungs AG	Fenómenos Sísmicos	Proporcional	60%	AA-
Nacional de Reaseguros S.A.	Fenómenos Sísmicos	Proporcional	25%	BBB-
Scor	Fenómenos Sísmicos	Proporcional	15%	A+
Nacional de Reaseguros S.A.	Acidentes de Trabalho	Não Proporcional	50%	BBB-
Nacional de Reaseguros S.A.	Automóvel	Não Proporcional	50%	BBB-
Nacional de Reaseguros S.A.	Responsabilidade civil geral	Proporcional	100%	BBB-

(1) Correspondente a coberturas de desemprego e incapacidade temporária.

(2) Correspondente a coberturas de assistência.

(3) Facultativos

No quadro abaixo, está o indicador com informação sobre o peso dos prémios do resseguro cedido no conjunto dos prémios brutos emitidos do seguro direto para os anos de 2012 e 2011:

	Unidade: Euros	
	2012	2011
Prémios brutos emitidos de seguro direto	25.028.625	24.372.823
Produtos Financeiros	3.785.816	3.848.050
Produtos de Risco	15.658.450	15.601.954
Ramos Reais	5.584.358	4.922.819
Prémios de resseguro cedido (1)	4.652.545	4.837.005
Taxa de Cedência (2)	21,9%	23,6%

(1) Tratam-se de prémios relativos a produtos de risco e ramos reais

(2) Calculada incidindo apenas sobre os produtos de risco e ramos reais

A análise de sensibilidade dos riscos de seguros, tendo em atenção as principais condicionantes, é como segue a 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	Unidade: Euros	
	Impacto nos Resultados antes de Impostos	
	2012	2011
Custos com sinistros		
Aumento de 5% nos custos com sinistros do exercício, líquidos de resseguro	(945.176)	(986.066)
Aumento de 10% nos custos com sinistros do exercício, líquidos de resseguro	(1.890.352)	(1.972.133)
Despesas		
Aumento de 10% nos custos de exploração, líquidos de resseguro	(603.579)	(537.660)
Aumento de 15% nos custos de exploração, líquidos de resseguro	(905.369)	(806.490)

O risco de variações no nível de custos com sinistros e de despesas gerais deriva da influência que é exercida nestas rubricas, seja por razões de maior ocorrência de factos geradores de custo, inflação ou menor eficiência interna.

No que respeita a informação sobre os sinistros efetivos comparados com estimativas anteriores, é possível verificar o valor do reajustamento do ano no Anexo 2.

41.4. Risco de liquidez

O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o ativo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas exageradas.

A gestão da liquidez tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo.

É efetuado semestralmente um estudo de ALM, no sentido de monitorizar as necessidades de liquidez face aos vencimentos do passivo.

A companhia, durante o ano de 2012, continuou a monitorizar de forma regular os critérios de liquidez implementados nos anos anteriores para os seus títulos de dívida classificados em Empréstimos e contas a receber.

41.5. Risco Operacional

O Risco Operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização.

O Sistema de Controlo Interno pode ser definido como um conjunto de atividades de controlo que visam o cumprimento das políticas e procedimentos definidos na Companhia.

Como tal, o Controlo Interno representa a implementação de atividades de controlo para os riscos de não cumprimento das políticas e procedimentos definidos, nomeadamente ao nível das operações e *compliance*. Neste sentido, os riscos apresentados no Sistema de Controlo Interno enquadram-se nos riscos operacionais apresentados no Sistema de Gestão de Risco, embora com um nível de detalhe superior.

A estrutura organizativa, ou modelo de governo, que suporta o desenvolvimento do sistema de gestão de riscos e de controlo interno da Companhia assenta no modelo das três linhas de defesa: a um primeiro nível, é representada pelas diferentes Direções e Gabinetes que são as áreas responsáveis pela operacionalização de gestão de risco e respetivos controlos; Um segundo nível, representado pelo Gabinete de Gestão de Riscos e Auditoria que detém uma função de auditoria interna independente no âmbito da gestão de riscos, tendo como principal objetivo providenciar a garantia da efetividade dos controlos; e um terceiro nível, representado pela Auditoria Externa, que detém uma função de supervisão.

No contexto do Sistema de Controlo Interno foram definidos os responsáveis dos processos, que têm como principal função assegurar que aquele sistema apresente um nível de robustez suficiente que permita minimizar a ocorrência das perdas financeiras diretas ou indiretas.

A Companhia apresenta uma política formal de gestão de reclamações existindo um relatório mensal de reclamações no âmbito da gestão da carteira. Existe igualmente um plano formal de continuidade de negócio e um plano de *Disaster Recovery*.

Nota 42 – Solvência

A Companhia monitoriza os requisitos de solvência de acordo com a Norma Regulamentar n.º 6/2007-R de 27 de abril, alterada pelas Normas Regulamentares n.º 12/2008-R, de 30 de outubro e n.º 4/2011-R, de 2 de junho, emitidas pelo ISP.

O cálculo da respetiva margem consolidada apresenta, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, os seguintes componentes:

	Unidade: Euros	
	2012	2011
Elementos constitutivos	65.742.499	47.550.496
Requisitos de solvência	31.240.830	25.568.580
Empresa participante	27.540.830	22.068.580
Empresas participadas	3.700.000	3.500.000
Excesso/insuficiência da margem de solvência	34.501.669	21.981.916
Taxa de cobertura da margem de solvência	210,44%	185,97%

Adicionalmente é efetuada uma avaliação mensal da Margem de Solvência, sendo reportados os desvios encontrados.

Nota 43 – Compromissos

A Companhia possui diversos contratos de locação operacional de veículos. Os referidos contratos foram celebrados por prazos de 4 anos, e não está prevista a transferência de propriedade no final da locação. As rendas pagas são reconhecidas como gasto, durante o período de aluguer a que respeitam. Os pagamentos futuros mínimos decorrentes dos referidos contratos de locação operacional não canceláveis, de acordo com a sua maturidade, são os seguintes:

Unidade: Euros			
	até 1 ano	1 - 5 anos	Total
Rendas vincendas de contratos de locação	96.945	196.660	293.605

Durante o exercício os pagamentos de locação operacional reconhecidos em resultados, atingiram o montante de 97.725 Euros (91.024 Euros em 2011).

Em 31 de dezembro de 2012, o total de garantias bancárias era de 685.585 Euros. Este montante inclui duas garantias, uma garantia que foi necessário prestar no âmbito de uma reclamação graciosa efetuada junto da Autoridade Tributária e outra prestada ao Gabinete de Carta Português de Verde, com a finalidade de garantir as responsabilidades decorrentes da qualidade de Associada, nomeadamente no que respeita ao artigo 26º A. Ponto 1.

Nota 44 – Elementos extrapatrimoniais

O valor dos ativos dos fundos de pensões geridos pela empresa de seguros, em 31 de dezembro de 2012, era de 127.932.987 Euros (118.425.707 Euros em 2011) distribuídos como segue:

Unidade: Euros		
	Valor dos Ativos do Fundo	
	2012	2011
Fundos de Pensões geridos pela Companhia		
Banco Popular Portugal, S.A.	121.796.050	113.702.743
Portucel, S.A.	3.352.497	3.051.706
Fundo de Pensões Aberto Open	1.843.726	1.357.299
Eurovida Reforma Valor	319.718	275.304
Eurovida Reforma Rendimento	620.998	38.655
Total	127.932.987	118.425.707

De referir, que com exceção do Fundo Reforma Rendimento que tem uma garantia de rendimento mínimo de 2%, os restantes fundos não garantem um rendimento mínimo.

Nota 45 – Eventos subsequentes

Tendo em conta o disposto na IAS 10, até à data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais.

Anexo 1 – Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço	
						Unitário*	Total
1. Filiais, Associadas, Empreendimentos Conjuntos e Outras Empresas Participadas e Participantes							
1.1. Títulos Nacionais							
1.1.2. Partes de capital em associadas							
Refundos Soc Gest Fundos Inv Imob		15.000		13,89	208.278	13,89	208.278
Sub-Total		15.000			208.278		208.278
1.1.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
Banco Popular Portugal S 26-02-2014		450.000	100,00		450.000	1,00	450.308
Banco Popular Portugal 5% 21-03-2014		400.000	100,00		400.000	1,00	400.548
Banco Popular Portugal 6,5% 24-04-2015		10.000.000	98,34		9.834.185	1,01	10.061.346
Banco Popular Portugal 6,5% 26-10-2016		20.000.000	100,00		19.999.686	1,01	20.235.068
Banco Popular Portugal 6,5% 29-12-2014		45.000.000	99,62		44.829.494	1,00	45.090.232
Banco Popular Portugal S 4 13-05-2014		535.000	100,00		535.000	1,00	536.055
Banco Popular Portugal S 5 17-09-2015		740.000	100,00		740.000	1,01	750.644
Sub-Total		77.125.000			76.788.365		77.524.202
Total		15.000			76.996.642		77.732.480
1.2. Títulos Estrangeiros							
1.2.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
Banco Popular Espanhol S.A. 7% 25-11-2015		150.000	22,60		33.900	0,24	35.386
Banco Popular Espanol 4,125 30-03-2017		500.000	99,69		498.450	1,02	510.976
Banco Popular Espanol Sa 6,75 04-04-2018		200.000	69,00		138.000	0,71	141.255
Bpe Financiaciones Sa 4,625 19-04-2013		1.000.000	99,40		993.970	1,03	1.026.408
Popular Capital Sa 6 PERP		442.000	60,50		267.410	0,62	272.641
Bpe Financiaciones Sa 3,625 16-09-2013		2.300.000	98,79		2.272.185	0,99	2.270.554
Sub-Total		4.592.000			4.203.915		4.257.220
Total		15.000			81.200.557		81.989.700
2. Outros							
2.1. Títulos Nacionais							
2.1.1. Instrumentos de capital e Unidades de Participação							
2.1.1.1. Acções							
Altri Sgps Sa.	5,000			1,59	7.955	1,59	7.940
B Investimento Global	1.595.000			1,15	1.841.904	1,15	1.841.904
Banco Bpi Sa.	73.550			0,97	71.057	0,94	69.358
Banco Comercial Portugues Sa	1.141.491			0,08	85.612	0,08	85.612
Banco Espirito Santo Sa	15.125			0,90	13.628	0,89	13.492
Banif Sa	46.900			0,16	7.270	0,14	6.754
Cimilonga Imobiliaria	13.200			20,26	267.421	20,26	267.421
Corticeira Amorim Sgps Sa	228.008			1,55	353.412	1,57	357.973
Edp Renovaveis Sa.	4.000			3,95	15.812	3,96	15.844
Energias De Portugal Sa	374.490			2,29	859.385	2,28	854.212
Global Intelligent Technologies	225.000			0,11	24.350	0,10	22.500
Grupo Soares Da Costa Sgps Sa	10.000			0,13	1.300	0,13	1.300
Inapa-Invest Particip Gestão	10.000			0,13	1.300	0,12	1.200
Longapar Sgps Sa	9.900.000			0,27	2.673.586	0,27	2.673.589
Longavia Imobiliaria	33.000			8,96	295.537	8,96	295.537
Martifer Sgps Sa	2.659			0,58	1.542	0,56	1.489
Meridiano	13			12148,45	157.930	12148,45	157.930
Mota Engil SGPS S.A.	20.900			1,63	34.146	1,56	32.604
ONETIER PARTNERS SGPS, S.A.	125.000			1,00	125.000	1,00	125.000
ONETIER PARTNERS SGPS, S.A.Sem Direito a Voto	125.000			1,00	125.000	1,00	125.000
Portucel Empresa Produtora	225.000			2,31	520.425	2,28	513.000
Portugal Telecom Sgps Sa	353.496			3,78	1.335.591	3,73	1.319.247
Ren Redes Energeticas Nacionais	73.000			2,04	149.045	2,06	150.015
Sonae Capital Sgps Sa	130.000			0,14	18.200	0,14	18.200
Sonae Industria Sgps Sa	117.740			0,49	57.905	0,49	57.222
Sonae Sgps Sa	232.750			0,70	163.292	0,68	159.201
Sonae.com	78.500			1,53	120.419	1,48	116.259
Teixeira Duarte Sa.	107.500			0,32	34.100	0,32	34.400
Zon Multimedia Servicos	49.433			3,00	148.497	2,95	145.926
Sub-Total	15.315.755				9.510.618		9.470.126
2.1.1.3. Unidades de Participação em Fundos de Investimentos							
Art Invest	10.000			5,00	50.000	3,83	38.341
Barclays Tesouraria Plus - FIM Aberto de Tesouraria	48.983			5,54	271.500	5,54	271.534
FII POP PREDIFUNDO	68.660			12,25	840.765	12,26	841.857
Fundo Imosáude	436.870			9,91	4.329.766	10,57	4.618.590
Fundo Imosocial	1.281.597			6,90	8.837.673	6,92	8.874.418
Iberia Fund	600.000			0,99	596.104	0,96	575.640
Impromoção	1.248			955,65	1.192.657	955,10	1.191.968

(cont.)

Anexo 1 – Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

(cont.)

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço	
						Unitário*	Total
Logistica E Distribuição	387,097			6,08	2.354.951	6,08	2.355.098
Lusimovest - Fundo De Investi	15.000			60,10	901.478	60,10	901.541
Luso Carbon Fund Fei	20			38461,15	769.223	35842,49	716.850
Maxirent Fundo De Investimento	1.620.921			11,74	19.034.956	11,85	19.206.941
New Energy Fund	7			23682,53	165.778	23665,96	165.662
Popular Economias Emergentes II - FEIF	24.942			9,61	239.720	9,62	239.942
Popular Euro Taxa Fixa - Fim de Obrigações Taxa Fixa	10.174			6,67	67.828	6,67	67.894
Popular Imobiliário FEI	1.865			5,16	9.617	5,12	9.545
Popular Obrigações Indexadas a Empresas da Alemanha e EUA - FEIF	5.233			11,21	58.666	11,11	58.123
Popular Obrigações Indexadas ao Ouro (Londres)	3.500			9,86	34.508	9,90	34.635
Vision Escritórios Fundo	801.430			4,25	3.404.621	4,28	3.428.998
Sub-Total	5.317.547				43.159.810		43.597.576
Total	20.633.302				52.670.428		53.067.702
2.1.2. Títulos de dívida							
2.1.2.1. De Dívida Pública							
Bilhetes Do Tesouro 0 17-05-2013		500.000	99,37		496.825	0,99	497.475
Bilhetes Do Tesouro 0 22-02-2013		24.000	99,81		23.953	1,00	23.959
Obrig Do Tes Medio Prazo 4,2 15-10-2016		2.134.540	97,40		2.078.956	0,99	2.111.829
Obrig Do Tes Medio Prazo 4,45 15-06-2018		2.606.000	90,18		2.350.180	0,95	2.471.170
Obrigações Do Tesouro 3,35 15-10-2015		19.200.000	96,27		18.483.851	0,99	19.001.609
Obrigações Do Tesouro 3,6 15-10-2014		44.699.200	98,64		44.090.623	1,01	45.161.592
Obrigações Do Tesouro 4,35 16-10-2017		3.600.000	92,75		3.339.038	0,97	3.500.307
Obrigações Do Tesouro 4,375 16-06-2014		8.038.000	99,87		8.027.637	1,04	8.327.230
Obrigações Do Tesouro 4,75 14-06-2019		13.450.000	86,44		11.626.827	0,93	12.516.938
Obrigações Do Tesouro 4,8 15-06-2020		11.210.000	85,82		9.620.036	0,91	10.236.634
Obrigações Do Tesouro 4,95 25-10-2023		425.000	79,38		337.381	0,86	363.879
Obrigações Do Tesouro 5,45 23-09-2013		8.871.400	101,58		9.011.443	1,03	9.113.431
Obrigações Do Tesouro 6,4 15-02-2016		48.700.000	102,27		49.805.688	1,10	53.504.561
Sub-Total		163.458.140			159.292.439		166.830.615
2.1.2.2. De Outros Emissores Públicos							
Parpublica 3,5 08-07-2013		13.200.000	98,76		13.036.889	1,00	13.257.773
Parpublica 4,191 15-10-2014		6.000.000	96,24		5.774.337	0,98	5.900.828
Sub-Total		19.200.000			18.811.226		19.158.600
2.1.2.3. De Outros Emissores							
Banco Bpi Sa 3,25 15-01-2015		1.700.000	97,63		1.659.723	1,01	1.724.307
Banco Comerc Portugues 5,625 23-04-2014		17.300.000	99,84		17.272.944	1,04	18.020.296
Banco Comerc Portugues 9,25 23-10-2014		2.800.000	106,35		2.977.928	1,09	3.038.058
Banco Comerc Portugues Tx Var 09-05-2014		35.000	93,79		32.827	0,94	32.844
Banco Comerc Portugues Tx Var 28-02-2013		5.150.000	98,75		5.085.860	0,99	5.116.464
Banco Comerc Portugues Tx Var 28-03-2013		1.000.000	98,68		986.843	0,99	989.404
Banco Espirito Santo Ci 6,2 02-09-2013		163.100	95,40		155.597	0,97	158.968
Banco Espirito Santo Sa 3,875 21-01-2015		7.850.000	97,00		7.614.184	1,01	7.933.498
Banco Espirito Santo Sa 5,625 05-06-2014		9.800.000	100,57		9.855.953	1,04	10.200.613
Banco Espirito Santo Sa 5,875 09-11-2015		7.900.000	100,87		7.968.740	1,03	8.150.673
Banco Espirito Santo Sa Tx Var 25-02-2013		6.800.000	98,96		6.729.605	1,00	6.772.120
Banco Espirito Santo Tx Var 08-05-2013		2.500.000	98,08		2.451.881	0,99	2.468.756
Banco Finantia Intl Ltd Tx Var 28-07-2016		750.000	55,61		417.063	0,56	420.498
Banif Finance Ltd Tx Var 29-12-2014		1.000.000	71,00		710.000	0,70	700.000
Bcp Finance Bank Ltd Tx Var 17-06-2013		600.000	96,32		577.946	0,96	578.290
Bes Finance Ltd 5,58 PERP		100.000	59,30		59.300	0,62	62.332
Bes Finance Ltd Tx Var 07-02-2035		20.000	64,25		12.850	0,68	13.656
Brisa 4,5 05-12-2016		500.000	89,68		448.395	0,90	450.897
Brisa Concessao Rodov Sa 6,25 05-12-2014		2.384.000	102,14		2.435.095	1,03	2.456.331
Brisa Concessao Rodov Sa 6,875 02-04-2018		2.100.000	102,21		2.146.514	1,07	2.247.172
Brisa Concessao Rodov Sa 4,797 26-09-2013		5.514.000	100,79		5.557.730	1,02	5.619.815
Caixa Eco Montepio Geral Tx Var 25-02-2015		50.000	79,19		39.595	0,81	40.454
Caixa Eco Montepio Geral Tx Var 29-05-2013		750.000	95,34		715.028	0,96	721.163
Caixa Geral De Depositos 3,625 21-07-2014		4.000.000	99,15		3.965.927	1,01	4.039.273
Caixa Geral De Depositos 3,875 06-12-2016		6.200.000	97,52		6.046.298	0,98	6.087.123
Caixa Geral De Depositos 4,25 27-01-2020		650.000	88,86		577.603	0,96	622.274
Caixa Geral De Depositos 4,375 13-05-2013		8.900.000	99,83		8.885.149	1,03	9.145.446
Caixa Geral De Depositos 5,125 19-02-2014		7.300.000	100,45		7.332.706	1,05	7.696.599
Caixa Geral De Depositos 5,625 04-12-2015		4.200.000	101,30		4.254.560	1,03	4.320.796
Caixa Geral De Depositos 8 28-09-2015		50.000	106,13		53.063	1,10	54.935
Continente 7% 25-07-2015		2.392.269	104,32		2.495.731	1,08	2.572.021
Cp Comboios De Portugal 4,17 16-10-2019		750.000	76,63		574.688	0,78	587.147
Edp Finance Bv 3,25 16-03-2015		3.322.000	99,58		3.308.123	1,03	3.406.352
Edp Finance Bv 3,75 22-06-2015		585.000	98,13		574.045	1,03	600.009
Edp Finance Bv 4,625 13-06-2016		1.400.000	97,19		1.360.623	1,05	1.469.677
Edp Finance Bv 5,5 18-02-2014		3.700.000	102,68		3.799.336	1,07	3.976.118
Edp Finance Bv 5,75 21-09-2017		2.100.000	103,68		2.177.242	1,09	2.282.513
Edp Finance Bv 5,875 01-02-2016		4.900.000	104,30		5.110.742	1,11	5.440.046

(cont.)

Anexo 1 – Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

(cont.)

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço	
						Unitário*	Total
Energias de Portugal Sa 6% 04-05-2015		325.000	103,80		337.350	1,05	340.383
Espirito Santo Fin Grp 6,875 21-10-2019		500.000	90,52		452.585	0,94	468.562
Espirito Santo Fin Grp 9,75 19-12-2025		300.000	90,48		271.430	0,91	273.092
Gas Natural Capital 5,25 09-07-2014		150.000	105,22		157.826	1,08	161.948
Polo Iii-Cp Finance Plc 4,5 29-07-2013		700.000	101,06		707.447	1,03	719.852
Polo Securities Ii Ltd Tx Var 26-06-2014		643.333	96,37		619.988	0,97	621.545
Portugal Telecom Int Fin 5 04-11-2019		2.760.000	98,37		2.714.972	1,01	2.783.979
Portugal Telecom Int Fin 5,625 08-02-2016		4.000.000	103,36		4.134.308	1,10	4.412.385
Portugal Telecom Int Fin 5,875 17-04-2018		3.100.000	101,31		3.140.458	1,04	3.238.328
Portugal Telecom Int Fin 6 30-04-2013		400.000	100,99		403.940	1,05	420.050
Refer-Rede Ferroviaria 4 16-03-2015		3.650.000	89,19		3.255.302	0,93	3.402.022
Refer-Rede Ferroviaria 5,875 18-02-2019		1.000.000	85,16		851.596	0,91	905.435
Ren Redes Energeticas 6,375 10-12-2013		8.000.000	104,50		8.359.639	1,05	8.373.047
Ren Redes Energeticas 6,25 21-09-2016		104.000	102,88		106.996	1,06	110.208
Semapa-Soc Inv E Gestao 6,85 30-03-2015		66.000	103,80		68.508	1,05	69.546
Semapa-Soc Inv E Gestao Tx Var 20-04-2016		1.550.000	83,13		1.288.515	0,83	1.293.959
Zon Multimédia Serviços 6,85% 19-06-2015		500.000	104,08		520.386	1,04	521.797
		Sub-Total			154.963.702		158.333.076
		Sub-Total			337.621.842		344.322.291
		Total	20.633.302	337.621.842		384.592.774	397.389.993
2.2. Títulos Estrangeiros							
2.2.1. Instrumentos de Capital e Unidades de Participação							
2.2.1.1. Acções							
Accor Sa.	350			26,40	9.238	26,65	9.328
AcIn Ltd	35.000			0,01	264	0,01	265
Ageas.	1.600			22,27	35.632	22,27	35.632
Agfa-Gevaert Nv - Warrants	583			0,00	1	0,00	1
Agfa-Gevaert Nv.	2.333			1,32	3.080	1,32	3.080
Air France-Klm.	1.000			7,03	7.030	7,00	6.995
Alcoa Inc.	4.970			8,51	32.045	6,57	32.659
Alden Global Capital Ltd.	14.850			0,00	-	0,00	-
Allianz	235			104,63	24.588	104,63	24.588
Alstom Sa.	200			29,93	5.985	30,11	6.022
Amer Sports Oyj.	7.000			11,22	78.540	11,22	78.540
Antonov Plc.	12.500			0,01	125	0,01	125
Aperam.	82			11,35	931	11,40	935
Apple Computer Inc	300			512,08	116.434	403,99	121.196
Arcelormittal.	1.650			12,87	21.227	12,90	21.285
Autozone Inc.	32			348,84	8.461	268,68	8.598
Axa Sa.	4.913			13,22	64.950	13,34	65.539
Bank Of America Corp.	6.300			11,37	54.288	8,80	55.437
Bayer Ag.	900			71,90	64.710	71,90	64.710
Bayerische Motoren Werke Ag	800			73,01	58.408	73,01	58.408
Brookfield Asset Management In.	300			36,18	8.227	27,78	8.333
Calypte Biomedical Corp	117.000			0,00	160	0,00	177
Cie De St-Gobain.	400			32,08	12.832	32,14	12.854
Citigroup Inc.	1.850			39,03	54.730	30,00	55.497
Commerzbank Ag.	15.360			1,44	22.042	1,44	22.042
Continental Resources Inc/Ok.	140			70,88	7.521	55,69	7.797
Delhaize Group Sa.	165			29,87	4.929	30,25	4.990
Dell Inc	7.300			10,12	56.018	7,68	56.047
Deoleo Sa	27.500			0,28	7.563	0,27	7.288
Deutsche Bank Ag.	1.180			32,97	38.905	32,97	38.905
Deutsche Lufthansa Ag.	650			14,28	9.279	14,28	9.279
Dexia Sa.	47.565			0,07	3.330	0,07	3.330
Dialog Semiconductor Plc.	3.000			13,31	39.930	13,31	39.930
Distribuidora Internacional de Alimentacion Sa.	18.000			4,81	86.580	4,80	86.418
Eastman Kodak Co.	4.550			0,18	621	0,13	614
Electricite de France Sa.	650			13,81	8.973	13,96	9.071
Eurocastle Investment Ltd.	10.000			0,03	300	0,03	300
Exxon Mobil Corp.	775			85,19	50.040	65,67	50.897
Fiat Industrial Spa.	1.250			8,25	10.313	8,25	10.313
Frontier Communications Corp.	1.560			4,17	4.927	3,25	5.072
General Electric Co.	2.500			20,46	38.762	15,90	39.753
Global Energy Holdings Group	1.000			0,00	1	0,00	1
Heidelbergcement Ag.	800			45,69	36.552	45,69	36.552
Heineken Nv.	1.300			50,23	65.299	50,31	65.403
Impac Mortgage Holdings Inc -	930			13,61	9.590	10,56	9.819
Imtech Nv.	400			17,46	6.984	17,39	6.956
Inmobiliaria Colonial Sa.	1.750			1,63	2.844	1,62	2.835
Intel Corp	112.620			20,37	1.738.623	15,64	1.760.915
Ipg Photonics Corp.	175			64,85	8.602	50,49	8.836

(cont.)

Anexo 1 – Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

(cont.)

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço	
						Unitário*	Total
K+S Ag.	250			34,82	8.705	34,82	8.705
Kesko Oyj.	3.000			24,71	74.130	24,71	74.130
Koninklijke Philips Electronic	500			19,83	9.913	19,86	9.930
Koninklijke Ahold NV	3.000			10,14	30.420	10,14	30.405
LVMH	600			137,80	82.680	138,75	83.250
La Seda de Barcelona	1.750			0,98	1.717	0,92	1.603
Lafarge SA	200			47,82	9.563	48,16	9.631
Lloyds Banking Group Plc.	30.000			3,15	71.687	2,41	72.306
Michelin.	1.200			71,22	85.464	71,59	85.908
Microsoft Corp.	3.000			26,80	60.945	20,25	60.755
Mobistar Sa.	1.000			19,22	19.220	19,27	19.270
Motrocity Inc.	4.350			0,43	1.419	0,31	1.352
Muenchener Rueckversicherungs.	300			136,10	40.830	136,10	40.830
Nokia OYJ	2.500			2,98	7.455	2,95	7.368
Nokia Corp	10.000			3,98	30.152	2,99	29.938
Novenergia II	81			84503,00	6.877.784	84570,00	6.883.237
Ordina Nv.	2.049			1,12	2.291	1,10	2.256
Pescanova Sa.	2.000			13,81	27.620	13,75	27.500
Petrobras - Petroleo Brasileiro Sa	2.250			19,09	32.548	14,75	33.186
Postnl.	673			2,92	1.964	2,92	1.962
Quabit Inmobiliaria Sa.	29.500			0,05	1.534	0,05	1.328
Reliance Steel & Aluminum Co.	225			60,39	10.298	47,05	10.587
Repsol Ypf Sa	750			15,45	11.588	15,30	11.475
Rhoen Klinikum Ag.	4.600			15,31	70.403	15,31	70.403
Royal Dutch Shell Group	2.300			26,02	59.835	26,02	59.835
Sanofi Sa	500			70,73	35.365	71,23	35.615
Sap Ag.	180			60,79	10.942	60,79	10.942
Service Point Solutions S.A.	10.000			0,12	1.240	0,12	1.200
Siemens	1.200			82,13	98.556	82,13	98.556
Singulus Technologies Ag.	3.561			1,35	4.790	1,35	4.790
Smartheat Inc.	50			4,04	153	3,06	153
Suez Environnement Co.	5.000			9,11	45.525	9,08	45.375
Suntech Power Holdings Co Ltd.	5.000			1,28	4.862	1,14	5.684
Technip Sa.	500			86,54	43.270	86,74	43.370
Telefonica Brasil Sa	175			48,33	3.128	18,12	3.170
Tnt Express Nv.	600			8,39	5.033	8,43	5.058
Unilever NV.	3.000			28,78	86.325	28,77	86.295
Vallourec Sa.	300			39,32	11.795	39,49	11.847
Veolia Environnement Sa.	500			9,05	4.525	9,16	4.578
Williams Cos Inc/The	400			31,82	9.646	24,81	9.923
Zynga Inc.	875			2,32	1.540	1,79	1.565
Sub-Total	614.187				10.917.268		10.958.831
2.2.1.3. Unidades de Participação em Fundos de Investimento							
AB GLB GROWTH TRENDS PT-A=	214			32,97	7.056	33,55	7.180
Aberdeen Eurozone Property FOF Class II A (1)	385.613			6,14	2.367.812	5,70	2.197.992
Amundi International Sicav	1.325			131,88	174.742	132,50	175.563
Amundi International Sicav (USD)	932			189,01	133.521	143,80	134.028
Aviva Investors Central European Property Fund	7.832.111			0,72	5.639.120	0,72	5.639.120
Aviva Mor-Global Convnt FD-B\$	4.081			8,51	26.327	6,43	26.259
Bgf gbl allocation Hed -=E2	64			29,56	1.892	29,54	1.891
Blackrock Global Funds - Continental European Flexible Fund	88			12,98	1.142	13,00	1.143
Blackrock Global Funds - Euro	88			22,16	1.950	22,16	1.950
Blackrock Global Funds - European Growth Fund	5.025			23,08	115.980	23,13	116.231
Blackrock Global Funds - Globa	61			41,16	1.903	31,15	1.900
Blackrock Global Funds - Global High Yield BD	52.414			18,19	722.414	13,77	721.812
Blackrock Global Funds - Local	118			19,53	2.305	19,55	2.307
Bnp Paribas L1 - Equity Best Selection Europe	474			157,31	74.532	157,31	74.532
Bnp Paribas L1 - Equity China	2.011			233,23	468.996	233,24	469.006
Bnp Paribas L1 - Equity Europe				98,00		100,00	1
Bnp Paribas Plan - Target Click Fund 2015	88.226			63,90	5.637.627	63,90	5.637.623
Bnp Paribas Plan - Target Click Fund 2018	10.097			64,51	651.371	64,51	651.371
Bny Mellon Global Funds Plc - Global Real Return Fund	282.902			1,14	322.876	1,14	322.226
Bny Mellon Global Funds Plc - EM Debt	1.273			1,36	1.310	1,03	1.308
Bny Mellon Global Funds Plc - Euroland Bond Fund	631.228			1,65	1.041.147	1,65	1.042.410
Bny Mellon Global Funds Plc - Global Emerging Market Debt Fund	277.642			2,01	422.602	1,52	423.049
Bny Mellon Global Funds Plc - Long-Term Global Equity	74.535			1,10	62.215	0,83	61.960
Bny Mellon Global Funds Plc - Long-Term Global Equity Fund	101.230			1,32	134.049	1,32	133.320
Bny Mellon Global Funds Plc - Pan European Equity Fund	54.211			1,11	60.256	1,11	60.169
Caam Funds - Volatility World.	1.323			137,30	137.674	104,50	138.256
Carmignac Emergents	297			748,45	222.472	751,02	223.236
Credit Agricole Funds - Dynarb.	9			115,85	1.043	115,79	1.042
DWS Invest Bric Plus - NC	7.527			169,53	1.276.032	169,54	1.276.079
DWS Invest Commodity Plus - NC	941			87,01	81.899	87,01	81.894
DWS Invest Euro Equities-NC	2.134			108,92	232.433	108,92	232.434

(cont.)

Anexo 1 – Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

(cont.)

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço	
						Unitário*	Total
Db X-Trackers - Euro Stoxx 50 Short Daily ETF	670			28,28	18.948	28,28	18.948
Db X-Trackers - S&P 500 2X Inverse Daily ETF	2.160			9,09	19.634	9,09	19.634
Db X-Trackers - S&P 500 Inverse daily ETF	730			26,92	19.652	26,92	19.652
Deqi International	24.221			35,51	860.098	35,51	860.098
Dimensional Funds Ii Plc - Emerging Markets Targeted Value Fund	1.173			13,45	15.783	13,65	16.018
Dimensional Funds Ii Plc - Global Core Equity Fund	9.158			12,40	113.564	12,60	115.395
Dimensional Funds Ii Plc - Global Targeted Value Fund	3.181			11,71	37.254	11,92	37.922
Dimensional Funds Plc - Emerging Markets Value Fund	211			17,18	3.620	17,47	3.681
Dimensional Funds Plc - Euro Ultra Short Fixed Income Fund	3.222			10,28	33.127	10,28	33.127
Dimensional Funds Plc - Global Short Bond Fund	44.631			12,95	577.976	12,95	577.976
Dws Deutschland	500			125,84	62.956	125,84	62.956
Dws Invest - Emerging Markets Corporates	97			115,55	11.224	115,55	11.224
Dws Invest - Emerging Markets	1.835			120,96	222.022	120,96	222.022
Dws Invest - Euro High Yield Corporates	939			110,20	103.523	110,20	103.523
Dws Invest - Global Value -NC	162			97,34	15.810	97,34	15.810
Dws Invest - Income Strategy Plus	1.002			116,27	116.488	116,27	116.488
Dws Invest Brazilian Equities	5.434			98,22	533.732	98,23	533.760
Dws Invest Climate Change-NC	131			45,33	5.924	45,33	5.924
Dws Us Dollar Reserve.	1.648			184,93	230.968	140,05	230.775
Easytel Dj Bric 50	350			42,75	14.963	42,73	14.956
Etf's Corn	8.100			2,27	13.960	1,72	13.917
Etf's Crude Oil	570			17,35	9.890	17,31	9.864
Etf's Crude Oil USD	150			22,43	2.550	17,29	2.593
Etf's Silver	1.015			25,23	25.603	25,30	25.680
Eurovalor Ahorro Euro	173			1782,95	307.657	1782,95	307.657
Eurovalor Asia Fi.	45			203,77	9.207	203,78	9.207
Eurovalor Bonos Alto Rendimiento FI	761			139,00	105.788	156,37	119.009
Eurovalor Estados Unidos Fi.	1.966			86,97	170.960	86,97	170.960
Eurovalor Europa Este Fi	65			262,52	17.046	262,55	17.048
Eurovalor Europa Fi.	7			103,26	697	103,30	698
Eurovalor Gestion Audaz Fi.				104,07		104,07	
Eurovalor Iberoamerica Fi.	25			338,25	8.491	338,27	8.491
Eurovalor Japon Fi.				47,82	1	48,15	1
Eurovalor Particulares Volumen FI	23			88,97	2.046	88,97	2.046
Eurovalor Recursos Naturales Fi	2.226			84,74	188.641	84,74	188.651
Eurovalor Renta Fija Corto Fi.	358			88,60	31.675	88,60	31.675
Eurovalor Rv Emergentes Global FI	1.231			118,44	145.781	117,50	144.625
Fidelity Fnds-Eeu Hi Yld-E	55.583			31,39	1.744.736	31,41	1.745.847
Fidelity Fds-Euro Cash FND	10.556			9,27	97.828	9,27	97.828
Fidelity Fds-European Aggr-E	18.317			12,58	230.374	12,74	233.356
Fidelity Fnds-Amer Diversf-E=	2.593			11,69	30.313	11,68	30.287
Fidelity Fnds-Iberia Fund E	5.934			29,16	173.029	29,36	174.225
Fidelity Funds - European Dividend Fund	22.560			11,02	248.611	11,05	249.288
Fidelity Funds - Global Opportunities Fund	60.705			11,01	668.357	11,01	668.357
Franklin Templeton Investment Funds - Templeton Global Bond Fund	28.825			20,41	588.318	20,49	590.624
GREFF Global Real Estate Fund of Funds	48.577			79,12	3.843.488	82,32	3.998.952
Groupama Asset Management - FP Flexible Allocation	849			547,21	464.581	547,21	464.581
Grundbesitz - Global	29.971			52,20	1.564.458	52,20	1.564.486
Heptagon Fund Plc - Helicon Fund	2.870			101,64	221.053	77,07	221.141
Ignis Absolute Return Government Bond Fund	166.260			1,12	186.677	1,12	186.677
Ing L Invest - Euro High Divid	1			311,70	312	312,11	312
Ing L Renta Fund - Us Credit	351			1105,57	294.115	835,70	293.330
Invesco Asian Equity Fund	125			4,33	542	4,32	540
Invesco Euro Corp Bond E	59.874			15,26	913.448	15,26	913.869
Invesco Funds Sicav - Balanced Risk Allocation Fund	41.759			14,08	587.771	14,03	585.879
Invesco Funds Sicav - Balanced Risk Allocation Fund (USD)	9.385			19,00	135.171	14,35	134.655
Invesco Gb Health Care-A	245			79,35	14.734	59,54	14.588
Invesco Pacific Equity - A	2.227			39,96	67.452	30,26	67.378
Invesco Pan Eur Struc Eqty-E	49.404			9,82	485.235	9,80	484.159
Ishares Dax De	952			68,92	65.612	68,92	65.612
Ishares Ftse Epra/Nareit Devel	1.565			16,62	26.010	16,54	25.885
Ishares Msci Emerging Markets	777			22,87	17.770	22,92	17.805
Ishares S&P 500 Index Fund.	7.250			10,65	77.191	10,65	77.191
JPM Inv Global Con USD - DA	11			134,75	1.123	101,92	1.121
JPM Morgan Global Cap PresV\$ - DA	6			104,72	476	79,32	476
Jpm Inv High Stat Mar N-D=-A	10			101,76	1.018	101,81	1.018
Jpmorgan F-Us Dynamic-A-A\$	2.168			10,74	17.646	8,13	17.631
Jpmorgan Funds - America Large Cap Fund	18.806			11,38	214.014	11,37	213.826
Jpmorgan Funds - Global Focus Fund	155			8,60	1.336	8,61	1.338
Jpmorgan Funds - Global Focus Fund USD	6.229			14,21	67.095	10,78	67.134
Jpmorgan Investment Funds - Income Opportunity - USD	1.811			169,68	232.901	128,56	232.819
Jpmorgan Liquidity Funds - Us Dollar Government Liquidity Fund	444			10038,80	3.380.102	7602,30	3.377.301
Julius Baer Multibond - Absolute Return Bond Fund	3.048			134,10	408.702	134,04	408.527
Julius Baer Multibond - Absolute Return Bond Fund Plus	1.661			133,53	221.777	133,41	221.577
Kanam Grundinvest Fonds	139.843			47,31	6.615.441	46,75	6.537.682
Kanam Spezial Grundinvest Fon	3.245			85,32	276.863	85,32	276.863

(cont.)

Anexo 1 – Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

(cont.)

Unidade: Euros

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço	
						Unitário*	Total
Lux Invest FD-US Eqty Plus-F	86			0,01	1	0,01	1
Lyxor ETF Brazil	500			21,08	10.540	21,08	10.540
Lyxor ETF Euro Stoxx 50 DD S	1.830			20,27	37.094	20,27	37.094
Lyxor Etf Dj EuroStoxx 50	14.100			26,15	368.715	26,15	368.715
Lyxor Etf Euro Stoxx 50 Daily	4.000			13,99	55.960	13,99	55.960
Mellon Newton Cont Euro- € - Acc	20.842			1,01	21.073	1,01	21.053
Natixis Asset Management - Seeyond Europe Min Variance	308			1160,85	357.542	1155,96	356.036
Natixis International Funds (Lux) I - Harris Associates Global Val	1.575			204,33	243.919	153,86	242.326
Neuberger Berman High Yield Bond Fund	9.091			17,16	156.000	17,16	156.000
Nordea 1 Sicav - Stable Return	27.870			12,43	346.531	12,43	346.424
Parvest Absolute Return Plus Euro CC	4.896			108,52	531.339	108,52	531.346
Parvest Agriculture	266			96,76	25.720	96,74	25.715
Parvest Bond Euro Corporate	62			159,10	9.878	159,25	9.887
Parvest Bond Euro Government	29			333,48	9.585	333,55	9.587
Parvest Bond Europe	4			339,75	1.330	339,75	1.330
Parvest Converging EUR-C	352			112,64	39.616	112,66	39.622
Parvest Environmental Opportunities	3.463			94,07	325.754	94,07	325.753
Parvest Europe Dividend - CL C	5.733			73,85	423.353	73,83	423.241
Parvest Latin Amer-Classic C	29			602,79	17.255	602,81	17.256
Parworld - Quam 12				100,82	39	101,03	39
Pictet - High Dividend Selection	6			143,70	653	108,05	648
Pictet Funds Lux - Global Emerging Debt	6			315,16	1.433	237,65	1.426
Pictet-Absolut Return Global Diversified-R EUR	3.109			115,97	360.527	116,08	360.869
Pictet-Asian Equities Ex Japan-HR EUR	573			121,08	69.350	121,45	69.565
Pictet-Biotech-HR EUR	491			245,63	120.522	243,26	119.361
Pictet-Clean Energy-R EUR	714			46,00	32.834	45,67	32.598
Pictet-European Sustainable Equities-R EUR	307			152,66	46.888	151,59	46.557
Pictet-Japanese Equity Selection-HR EUR	45			49,28	2.221	49,29	2.222
Pictet-Security-R EUR	2.373			95,74	227.214	94,99	225.432
Pictet-US Equity Growth Selection-HR EUR	263			88,93	23.408	87,95	23.151
Pictet-Water-R EUR	3.468			154,57	535.991	153,74	533.113
Pimco Global Bond Fund	15.996			21,90	350.312	21,90	350.312
Pimco Total Return Bond Fund	21.747			24,82	409.107	18,80	408.766
Pioneer DRDebtmaster	480			121,08	44.029	91,69	43.992
Pioneer Funds - Commodities Alpha	16			38,68	619	38,59	617
Pioneer Funds - Commodities Alpha.	1.509			58,08	66.425	43,88	66.214
Pioneer Funds - Global Aggregate Bond	12.200			73,01	890.771	73,09	891.698
Pioneer Funds - U.S. Fundamental Growth (Eur)	29			93,79	2.710	95,13	2.749
Pionner Funds - Top Europeans Players	12.392			5,36	66.448	5,39	66.793
Preff Pan European Real Estate fund of Funds	42.500			84,93	3.609.546	84,96	3.610.800
Preff Pan European Real Estate fund of Funds - D	3.536			78,73	278.389	78,70	278.283
Proshares Short S&P500.	550			34,93	14.560	25,72	14.148
SEB Asian Property	334			9780,23	3.266.598	9792,00	3.270.528
SEB Immoportfolio Target Ret	21.597			126,35	2.728.746	126,35	2.728.746
Schroder INTL GL PR SC-B =A	142			118,25	16.755	118,38	16.774
Schroder International Select Euro Corp	27.941			16,68	466.057	16,68	466.057
Schroder International Selection Fund - Euro Short Term Bond B	118.366			7,00	828.561	7,00	828.561
Schroder International Selection Fund - Global Corporate Bond	5.303			136,51	723.909	136,47	723.700
Schroder International Selection Fund - Global Dynamic Balanced	1.526			118,73	181.182	118,44	180.739
Schroder International Selection Fund - Global Emerging Market Opp	5.177			12,55	64.970	12,58	65.125
Schroder International Selection Fund - QEP Global Quality -BEA	6.546			104,99	687.236	105,24	688.875
Schroder International Selection Fund - US Large Cap	98			77,48	5.755	58,91	5.773
Schroder International Selection Fund -QEP Global Quality	6.427			98,00	477.349	74,39	478.095
Schroder International Selection Fund Emerging Europe	13.829			21,82	301.757	21,92	303.140
Schroder Intl Euro EQT-B ACC	707			20,14	14.243	20,13	14.237
Schroder Intl Str Bd - Acc = HB	478			127,85	61.117	127,95	61.165
Schroder Intl US LG CAP =H-A	6.044			97,63	590.064	98,01	592.365
Schroder Intl-GL Clim CH-B=A	23.750			8,71	206.864	8,72	207.101
Schroder- Global Credit Duration Hedged	11			103,62	1.140	104,11	1.145
Seb Immoinvest	7.194			39,75	285.956	39,75	285.956
Sisf GL Quant Active Val-B=	1.956			73,51	143.755	73,61	143.953
Threadneedle - European High Yield Bond	441.801			1,49	657.930	1,49	657.975
Threadneedle Investment Funds ICVC - European High Yield Bond Fund	40.109			1,81	72.440	1,81	72.456
Threadneedle Investment Funds ICVC - European Select Fund	58.266			2,03	118.572	2,02	117.581
Threadneedle Lux - Enhanced Comodities Portfolio	1.209			14,55	17.589	14,56	17.601
Threadneedle Specialist Investment Fund ICVC - Global Equity Incom	25.460			1,55	39.387	1,54	39.247
Threadneedle Specialist Investment Funds ICVC - Global Equity Inco	313.116			2,04	484.412	1,54	482.181
Ubs Lux Equity Sicav - Usa Growth	2.186			130,10	284.392	132,86	290.425
Ubs Lux Key Selection Sicav - Multi Asset Income USD	252			105,38	26.519	105,59	26.572
Vontobel Fund - Emerging Markets Equity	278			182,74	50.772	182,75	50.774
Sub-Total	12.088.763				71.206.862		71.137.555

(cont.)

Anexo 1 – Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

(cont.)

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor de Balanço	
					Unitário*	Total
Unidade: Euro						
2.2.1.4. Outros						
Bestempo Sg 13-12-2018		600.000	100,00		600.000	0,89 535.740
Societe Gen Acceptance Tx Var 27-09-2013		100.000	18,80		18.800	0,19 18.880
Societe Gen Acceptance Tx Var 28-04-2014		259.000	41,99		108.754	0,42 108.754
Sub-Total		959.000			727.554	663.374
Total	12.702.950	959.000			82.851.683	82.759.761
2.2.2. Títulos de Dívida						
2.2.2.1. De Dívida Pública						
Belgium Kingdom 3 28-09-2019		100.000	99,92		99.917	1,11 111.213
Bonos Y Oblig Del Estado 3,4 30-04-2014		250.000	100,96		252.393	1,03 257.180
Bonos Y Oblig Del Estado 4,25 31-01-2014		1.000.000	101,93		1.019.300	1,05 1.046.250
Bonos Y Oblig Del Estado 4,75 30-07-2014		113.000	101,85		115.090	1,05 118.299
Bonos Y Oblig Del Estado 5,5 30-07-2017		450.000	97,69		439.615	1,08 486.385
Bonos Y Oblig Del Estado 5,85 31-01-2022		250.000	96,05		240.136	1,09 273.699
Bonos Y Oblig Del Estado 6 31-01-2029		1.620.000	120,77		1.956.460	1,09 1.768.745
Bundesrepub. Deutschland 3 04-07-2020		500.000	115,40		577.000	1,17 584.622
Community Of Madrid Spain Tx Var 30-10-2016		160.000	98,00		156.800	0,99 157.805
Hellenic Republic 0 15-10-2042		47.200	,67		317	0,01 317
Irish Treasury 4 1/2% 2018 4,5 18-10-2018		500.000	99,50		497.520	1,05 524.562
Irish Treasury 5.9% 2019 5,9 18-10-2019		2.510.000	108,90		2.733.292	1,10 2.771.948
Republic Of Poland 5,875 03-02-2014		1.000.000	106,23		1.062.300	1,11 1.112.742
Republic Of Turkey 6,5 10-02-2014		2.000	100,02		2.000	1,11 2.228
Spain Letras Del Tesoro 0 18-10-2013		1.500.000	98,31		1.474.613	0,98 1.474.725
Sub-Total		10.002.200			10.626.754	10.690.719
2.2.2.2. De Outros Emissores Públicos						
Efsf 0,4 12-03-2013		488.100	100,02		488.197	1,00 489.892
Efsf 1 12-03-2014		488.100	100,65		491.283	1,02 496.571
Efsf 1,125 01-06-2015		100.000	99,93		99.929	1,03 102.502
Efsf 1,625 15-09-2017		500.000	103,60		517.997	1,05 522.767
Efsf 2 15-05-2017		700.000	101,75		712.234	1,07 748.603
Efsf 2,75 05-12-2016		200.000	102,14		204.289	1,09 217.372
European Investment Bank 8 11-10-2016		1.246.995	115,31		1.437.900	1,17 1.456.016
Fund Ordered Bank Restru 4,4 21-10-2013		1.200.000	101,09		1.213.139	1,02 1.224.575
Fund Ordered Bank Restru 4,5 03-02-2014		3.100.000	101,58		3.148.933	1,05 3.265.291
Fund Ordered Bank Restru 5,5 12-07-2016		400.000	101,79		407.155	1,07 426.507
Generalitat De Catalunya Tx Var 11-02-2013		87.000	99,01		86.138	0,99 86.280
Institut Credito Oficial 3,75 15-07-2013		1.000.000	100,69		1.006.900	1,02 1.024.263
Institut Credito Oficial 4,125 28-09-2017		500.000	99,98		499.899	1,00 497.887
Institut Credito Oficial 4,375 31-03-2014		2.500.000	101,41		2.535.365	1,05 2.625.531
Institut Credito Oficial 4,5 17-03-2016		600.000	100,86		605.176	1,02 614.223
Institut Credito Oficial 4,875 30-07-2017		3.100.000	100,50		3.115.523	1,02 3.164.928
Institut Credito Oficial 5 05-07-2016		250.000	102,80		257.010	1,05 263.293
Institut Credito Oficial 5,125 25-01-2016		1.000.000	103,21		1.032.125	1,08 1.080.049
Institut Credito Oficial Tx Var 25-03-2014		1.500.000	96,59		1.448.811	0,97 1.449.094
Oseo Sa 2 25-07-2017		200.000	99,96		199.920	1,06 212.348
Sub-Total		19.160.195			19.507.923	19.967.992
2.2.2.3. De Outros Emissores						
Aareal Bank Cap Fnd Trst 7,125 PERP		2.382	2.000,00		47.640	20,00 47.640
Abbey Natl Treasury Serv 2,5 18-03-2013		2.443.000	100,42		2.453.352	1,02 2.494.733
Abengoa Sa 8,5 31-03-2016		250.000	101,60		254.000	1,04 259.744
Abertis Infraestructuras 4,375 30-03-2020		200.000	98,49		196.982	1,05 209.980
Abertis Infraestructuras 4,75 25-10-2019		300.000	99,65		298.940	1,06 318.720
Achmea Bv 7,375 16-06-2014		1.500.000	107,93		1.618.902	1,13 1.697.125
Achmea Hypotheekbank Nv 2,375 08-02-2016		200.000	100,58		201.154	1,03 206.538
Aegon Nv 4,125 08-12-2014		50.000	94,05		47.026	1,06 53.173
Ageas Hybrid Financing 8,25 PERP		24.000	100,06		18.201	0,78 18.703
Air France-Klm 6,25 18-01-2018		100.000	104,59		104.588	1,05 104.666
Alliander Finance Bv 2,875% 14-06-2024		150.000	99,80		149.697	1,06 158.857
Allianz Se 5,625 17-10-2042		100.000	112,35		112.349	1,14 113.646
Allied Irish Banks Plc 3,25 04-02-2013		3.000.000	99,98		2.999.386	1,03 3.091.476
Allied Irish Banks Plc 5,625 12-11-2014		1.300.000	100,06		1.300.766	1,01 1.318.332
Amadeus Cap Markt 4,875 15-07-2016		200.000	108,93		217.854	1,12 223.074
Amgen Inc 2,125 13-09-2019		600.000	99,60		597.573	1,03 618.004
Atlantia Spa 3,375 18-09-2017		300.000	99,65		298.947	1,05 313.568
Atlantia Spa 4,375 16-03-2020		250.000	105,01		262.537	1,08 269.989
Axa Sa 6 18-06-2013		772.000	100,60		776.636	1,06 815.486
Banco Bilbao Vizcaya Arg 3,5 25-02-2015		1.000.000	97,81		978.076	1,05 1.045.095
Banco Bilbao Vizcaya Arg 3,75 04-10-2013		300.000	99,95		299.856	1,02 305.262
Banco Bilbao Vizcaya Arg 4,125 13-01-2014		1.000.000	101,56		1.015.611	1,06 1.055.225
Banco Do Brasil (Cayman) 4,5 20-01-2016		100.000	99,68		99.684	1,11 110.725
Banco Espanol De Credito 3,75 17-06-2016		300.000	99,86		299.567	1,04 311.859
Banco Espanol De Credito 4,75 24-01-2017		500.000	103,17		515.833	1,07 533.117

(cont.)

Anexo 1 – Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

(cont.)

Unidade: Euro

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço	
						Unitário*	Total
Banco Santander Sa 3,125 28-01-2015		900.000	98,94		890.422	1,04	933.713
Banco Santander Sa 4,625 20-01-2016		100.000	105,19		105.188	1,10	109.613
Banco Santander Sa 4,625 21-06-2016		500.000	104,18		520.915	1,07	534.283
Bank Of Ireland 4,625 08-04-2013		400.000	99,96		399.823	1,03	413.513
Bank Of Scotland Plc 3,25 25-01-2013		1.000.000	100,23		1.002.345	1,03	1.030.880
Bank Of Scotland Plc 6,125 05-02-2013		250.000	100,04		250.094	1,06	264.519
Bank Of Scotland Plc Tx Var 07-02-2035		43.000	83,75		36.013	0,88	37.745
Bankinter Sa 3,875 30-10-2015		100.000	99,81		99.812	1,02	101.853
Banque Aig SA 0 (B) 24-06-2016		10.000	90,18		9.018	0,90	9.018
Banque Aig SA 0 24-06-2016		10.000	90,18		9.018	0,90	9.018
Banque Psa Finance 3,5 17-01-2014		300.000	100,44		301.329	1,04	313.345
Banque Psa Finance 6 16-07-2014		170.000	104,20		177.140	1,08	183.577
Banques Populaires Cb 4,25 29-01-2013		1.500.000	100,50		1.507.530	1,04	1.561.474
Barclays Bank Plc 2,25 22-02-2017		100.000	105,94		105.939	1,08	107.863
Barclays Bank Plc 5,25 27-05-2014		300.000	106,47		319.395	1,09	328.022
Bbva Senior Finance Sa 3 22-08-2013		2.000.000	100,03		2.000.648	1,01	2.028.354
Bbva Senior Finance Sa 3,625 03-10-2014		1.500.000	100,82		1.512.320	1,02	1.526.819
Bbva Senior Finance Sa 4 13-05-2013		700.000	100,46		703.216	1,03	722.515
Bbva Senior Finance Sa 4 22-03-2013		2.000.000	100,30		2.005.982	1,04	2.071.047
Bbva Senior Finance Sa 4,375 21-09-2015		200.000	102,28		204.550	1,04	207.047
Bbva Senior Finance Sa 4,875 15-04-2016		500.000	96,24		481.194	1,08	539.368
Bbva Senior Finance Sa 4,875 23-01-2014		3.000.000	102,28		3.068.514	1,07	3.214.519
Bbva Sub Capital Unipers Tx Var 13-10-2020		500.000	92,13		460.667	0,92	461.736
Bes Finance Ltd 3 19-05-2015		100.000	99,93		99.931	1,00	100.163
Bhp Billiton Finance Ltd 2,25 25-09-2020		1.100.000	99,80		1.097.779	1,04	1.139.137
Bhp Billiton Finance Ltd 3,25 24-09-2027		250.000	98,62		246.546	1,06	265.814
Bnp Paribas 4,875 PERP		24.000	79,46		19.070	0,80	19.310
Bnp Paribas 8,667 PERP		50.000	101,92		50.959	1,05	52.276
Bnz International Fndng 2,375 07-05-2015		350.000	99,93		349.763	1,05	369.165
Bp Capital Markets Plc 2,177 16-02-2016		500.000	100,01		500.069	1,06	529.617
Bpce Sa 1,75 14-03-2016		600.000	100,77		604.615	1,02	613.421
Bpce Sfh - Societe De Fi 1,75 29-11-2019		600.000	99,87		599.211	1,01	605.302
Bpce Sfh - Societe De Fi 2,75 16-02-2017		200.000	100,03		200.068	1,09	218.464
Bre Finance France Sa 2,75 12-10-2015		500.000	100,06		500.287	1,01	504.139
Ca Preferred Fund Tr II 7 PERP		40.000	91,41		27.712	0,70	28.018
Caja Madrid 4,875 31-03-2014		500.000	99,78		498.899	1,04	518.880
Carlsberg Breweries A/S 2,625 15-11-2022		500.000	99,52		497.618	1,00	502.319
Carrefour Sa 1,875 19-12-2017		500.000	99,61		498.065	1,00	500.733
Cie Financement Foncier 4,5 09-01-2013		1.000.000	100,12		1.001.188	1,04	1.044.543
Citigroup Inc 4,75 12-11-2013		850.000	103,32		878.179	1,04	883.768
Citigroup Inc 7,375 16-06-2014		300.000	106,91		320.736	1,13	340.055
Compagnie De St Gobain 3,625 28-03-2022		200.000	99,20		198.402	1,06	211.946
Cores 4 15-07-2013		1.100.000	100,08		1.100.864	1,02	1.119.911
Credit Agricole Public S 1,875 20-09-2019		500.000	101,03		505.162	1,03	513.430
Credit Agricole Sa 5,875 11-06-2019		100.000	113,38		113.377	1,17	117.428
Deutsche Bank Ag 5,125 31-01-2013		700.000	100,06		700.437	1,05	733.389
Deutsche Bk Cap Fndg Tst Tx Var PERP		8.000	75,76		6.061	0,80	6.418
Deutsche Genossen-Hypobk 4,5 17-01-2013		1.250.000	100,36		1.254.450	1,04	1.305.575
Dexia Credit Local Tx Var 16-05-2015		110.000	72,45		79.695	0,72	79.695
EFG Financial Products Index 10-07-2014		500.000	106,63		533.150	1,07	534.500
Efg Hellas Funding Ltd 6 PERP		145.000	28,00		40.600	0,29	42.578
Eirles Four Limited 4 5,85 18-05-2013		500.000	100,18		500.897	1,04	518.592
Electricite De France 2,75 10-03-2023		500.000	99,26		496.317	1,02	510.779
Enagas Financiaciones Sa 4,25 05-10-2017		400.000	104,81		419.252	1,06	423.304
Enbw Intl Finance Bv 6 20-11-2013		100.000	104,72		104.720	1,05	105.394
Enel Finance Intl Nv 3,625 17-04-2018		200.000	99,55		199.090	1,04	208.191
Enel Finance Intl Sa 4 14-09-2016		60.000	105,20		63.121	1,06	63.862
Enel-Societa Per Azioni 4,75 12-06-2018		350.000	99,20		347.189	1,10	385.860
Eni Spa 3,75 27-06-2019		200.000	99,54		199.072	1,13	225.698
Erste Finance 5,25% PERP		20.000	73,28		14.656	0,75	14.983
F Van Lanschot Bankiers 2,875 17-10-2016		250.000	99,65		249.123	1,02	256.097
Fade 4,4 17-09-2013		1.100.000	100,73		1.108.067	1,02	1.124.549
Fade 5,9 17-03-2021		500.000	94,80		474.022	1,06	528.623
Fiat Finance & Trade (2) 7,75 17-10-2016		300.000	106,08		318.244	1,08	322.567
Furstenberg Capital II 5,625 PERP		52.000	60,25		31.330	0,63	32.805
Ge Capital Euro Funding 2,875 18-06-2019		1.200.000	101,02		1.212.182	1,08	1.297.882
Gfw Capital Gmbh 6 PERP		49.000	75,25		36.873	0,78	38.232
Glitnir Banki HF 8 PERP		30.000	,20		60	0,00	60
Goldman Sachs Group Inc 4 02-02-2015		35.000	95,64		33.473	1,09	38.131
Goldman Sachs Group Inc 4,75 28-01-2014		130.000	98,34		127.839	1,08	140.675
Hannover Finance Sa 5,75 26-02-2024		100.000	104,57		104.570	1,09	109.397
Hit Finance Bv 5,75 09-03-2018		200.000	104,30		208.596	1,15	230.746
Holcim Finance Lux Sa 9 26-03-2014		500.000	110,28		551.421	1,17	583.291
Iberdrola Finanzas Sau 3,5 13-10-2016		250.000	99,94		249.860	1,05	263.126
Iberdrola Finanzas Sau 4,75 25-01-2016		400.000	103,11		412.440	1,12	448.654

(cont.)

Anexo 1 – Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

(cont.)

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço	
						Unitário*	Total
Ing Bank Nv 2 28-08-2020		200.000	99,83		199.652	1,03	206.956
Ing Groep Nv 5,625 03-09-2013		200.000	103,18		206.352	1,05	210.020
Intesa Sanpaolo Spa 3,625 05-12-2022		100.000	99,12		99.119	1,03	102.527
Intesa Sanpaolo Spa 4,125 19-09-2016		300.000	102,78		308.345	1,06	316.506
Intesa Sanpaolo Spa 4,375 15-10-2019		500.000	100,43		502.146	1,03	517.030
Irish Life & Permanent 7,284 15-02-2035		30.000	65,00		19.500	0,69	20.745
Italcementi Finance 5,375 19-03-2020		500.000	100,71		503.565	1,09	544.186
Jpmorgan Chase & Co 6,125 01-04-2014		1.000.000	107,00		1.070.020	1,11	1.112.479
Kaupthing Bank 6,75 PERP		15.000	,13		19	0,00	19
Kaupthing Bank HF 6,25 PERP		50.000	-		-	0,00	-
Kbc Ifima Nv 3,625 07-03-2014		1.000.000	100,05		1.000.507	1,06	1.058.955
Koninklijke Kpn Nv 6,25 04-02-2014		500.000	105,94		529.717	1,11	556.497
Lafarge Sa 5,875 09-07-2019		200.000	108,38		216.750	1,11	222.384
Lafarge Sa 6,125 28-05-2015		1.500.000	107,84		1.617.554	1,12	1.674.802
Lafarge Sa 6,625 29-11-2018		250.000	112,83		282.070	1,13	282.780
Lafarge Sa 8,875 27-05-2014		1.200.000	109,60		1.315.234	1,15	1.375.436
Landsbanki Islands HF 6,25 PERP		200.000	-		-	0,00	-
Lehman Bros Cap Fund Ii 5,125 PERP		40.000	,20		80	0,00	80
Lehman Brothers Tsy Bv Tx Var 05-10-2035		30.000	7,63		2.288	0,07	2.063
Lehman Brothers Tx. Var. 02/11/2035		19.000	5,63		1.069	0,07	1.330
Linn Energy Llc/Fin Corp 6,25 01-11-2019		250.000	99,33		188.216	0,76	191.217
Lloyds Tsb Bank Plc 6,5 24-03-2020		100.000	114,00		114.000	1,19	119.126
Macquarie Bank Ltd 6 21-09-2020		100.000	106,74		106.739	1,09	108.519
Mapfre Sa 5,125 16-11-2015		1.300.000	103,64		1.347.336	1,05	1.363.750
Mcdonald'S Corp 2,375 27-11-2024		500.000	99,63		498.142	1,00	499.106
Merrill Lynch & Co 3,5 30-03-2013		1.000.000	100,81		1.008.138	1,04	1.035.050
Merrill Lynch & Co 4,625 02-10-2013		100.000	101,28		101.283	1,04	103.699
Merrill Lynch & Co Tx Var 14-09-2018		850.000	85,22		724.368	0,85	724.783
Merrill Lynch & Co Tx Var 22-07-2014		500.000	91,50		457.486	0,99	495.422
Morgan Stanley 4 17-11-2015		145.000	105,81		153.427	1,06	154.383
Morgan Stanley 4,5 29-10-2014		250.000	102,11		255.287	1,06	265.639
Morgan Stanley Tx Var 01-03-2013		500.000	99,99		499.940	1,00	500.147
Nestle Finance Intl Ltd 0,75 17-10-2016		600.000	100,06		600.365	1,01	604.075
Nestle Finance Intl Ltd 1,5 19-07-2019		300.000	101,93		305.796	1,03	307.830
Nexans Sa 4,25 19-03-2018		300.000	100,55		301.650	1,01	302.219
Nordea Bank Finland Plc 2,375 17-07-2017		250.000	106,93		267.313	1,08	270.029
Novolipetsk Steel 4,95 26-09-2019		200.000	100,64		152.552	0,78	155.269
Nykredit 6 01-10-2029		140.546	100,40		18.913	0,14	19.192
Obrascon Huarte Lain Sa 8,75 15-03-2018		200.000	108,40		216.800	1,11	221.438
Omega Pharma Invest Nv 5,125 12-12-2017		225.000	102,23		230.025	1,03	231.151
Omv Ag 2,625 27-09-2022		500.000	96,32		481.619	1,04	519.566
Peugeot Sa 5,625 29-06-2015		450.000	100,63		452.813	1,06	476.780
Ppr Sa 8,625 03-04-2014		500.000	110,13		550.629	1,16	579.792
Rabobank Nederland 3,5 17-10-2018		100.000	99,77		99.770	1,12	111.645
Rabobank Nederland Tx Var 09-05-2035		33.000	98,50		32.505	1,02	33.498
Rabobank Nederland Tx Var 23-02-2035		22.000	98,26		21.616	1,02	22.511
Rallye Sa 7,625 04-11-2016		150.000	114,44		171.662	1,16	173.545
Renault S.A. 6 13-10-2014		160.000	106,23		169.965	1,08	172.100
Repsol Intl Finance 6,5 27-03-2014		2.300.000	105,90		2.435.693	1,11	2.548.848
Roche Finance Europe Bv 2 25-06-2018		500.000	99,87		499.334	1,06	530.553
Royal Bk Of Scotland Nv 0 13-08-2014		50.000	96,48		36.562	0,73	36.551
Royal Bk Of Scotland Nv 4,75 04-01-2014		60.000	103,71		62.227	1,08	65.046
Royal Bk Of Scotland Plc 5,75 21-05-2014		800.000	106,73		853.840	1,10	880.078
Royal Bk Of Scotland Plc Tx Var 16-11-2015		1.000.000	88,66		886.600	0,89	890.350
Royal Bk Of Scotland Plc Tx Var 23-02-2045		54.000	82,03		44.295	0,86	46.493
Royal Bk Scotlnd Grp Plc 5,25 PERP		23.000	73,53		16.912	0,76	17.515
Royal Bk Scotlnd Grp Plc 5,5 PERP		35.000	76,32		26.711	0,76	26.711
Royal Bk Scotlnd Grp Plc Tx Var PERP		50.000	84,63		42.313	0,87	43.269
Rte Edf Transport S.A 2,125 20-09-2019		500.000	99,95		499.733	1,03	513.099
Sagess 2,75 24-01-2017		200.000	99,95		199.895	1,10	220.149
Santander Consumer Fin 3,875 23-03-2016		500.000	101,94		509.720	1,05	525.272
Santander Consumer Finance Tx Var 28-09-2016		1.000.000	92,79		927.873	0,93	929.155
Santander Intl Debt Sa 2,875 20-09-2013		1.800.000	100,51		1.809.256	1,01	1.825.874
Santander Intl Debt Sa 3,75 28-02-2013		100.000	100,22		100.216	1,03	103.465
Santander Intl Debt Sa 4 27-03-2017		4.200.000	97,91		4.112.040	1,06	4.446.268
Santander Intl Debt Sa 4,25 07-04-2014		2.100.000	101,90		2.139.875	1,05	2.206.125
Santander Intl Debt Sa 4,375 04-09-2014		1.500.000	100,95		1.514.217	1,04	1.556.241
Santander Intl Debt Sa 4,5 18-05-2015		2.400.000	100,88		2.421.225	1,06	2.542.887
Santander Intl Debt Sa Tx Var 05-04-2013		937.000	99,70		934.189	1,00	934.966
Santander Intl Debt Sa Tx Var 19-04-2013		1.000.000	100,02		1.000.180	1,00	1.003.540
Snam Spa 2 13-11-2015		500.000	99,98		499.895	1,01	505.595
Snam Spa 3,875 19-03-2018		200.000	107,10		214.190	1,08	216.419
Snam Spa 5 18-01-2019		500.000	101,87		509.355	1,16	577.926
Sns Bank Nv 2,125 30-08-2017		1.000.000	100,03		1.000.290	1,03	1.027.571

(cont.)

Anexo 1 – Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

(cont.)

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor de Balanço	
					Valor Total de Aquisição	Unitário* Total
Societe Gen Acceptance 0 05-04-2013		20.000	97,42		19.484	0,98 19.528
Societe Gen Acceptance Tx Var 20-12-2013		110.000	25,05		27.555	0,25 27.588
Societe Generale Sfh 1 19-12-2017		100.000	99,62		99.617	1,00 99.741
Societe Generale Sfh 3,25 06-06-2016		500.000	106,57		532.862	1,10 550.320
Stora Enso Oyj 5 19-03-2018		100.000	103,13		103.125	1,05 104.528
Swiss Re Treasury (Us) 7 19-05-2014		1.500.000	108,97		1.634.535	1,13 1.692.394
Technicolor 5,75 PERP		12.000	,13		15	0,00 15
Telecom Italia Spa 4 21-01-2020		500.000	99,18		495.920	1,01 507.213
Telecom Italia Spa 6,125 14-12-2018		800.000	99,23		793.855	1,15 916.674
Telefonica Emisiones Sau 4,71 20-01-2020		400.000	103,87		415.469	1,09 437.564
Telefonica Emisiones Sau 5,431 03-02-2014		350.000	104,02		364.074	1,09 381.316
Telefonica Europe Bv 5,125 14-02-2013		150.000	100,13		150.202	1,05 157.278
Telemar Norte Leste Sa 5,125 15-12-2017		100.000	107,87		107.867	1,08 107.761
Telenet Finance Lux 6,375 15-11-2020		150.000	106,28		159.418	1,07 161.208
Terna Spa 2,875 16-02-2018		100.000	99,79		99.791	1,03 103.429
Trafigura Beheer Bv 6,375 08-04-2015		100.000	103,50		103.500	1,08 107.524
Ubs Ag London 2,375 21-01-2013		1.070.000	100,22		1.072.319	1,02 1.094.810
Ubs Ag London 4,875 21-01-2013		500.000	100,22		501.120	1,05 524.096
Unibail-Rodamco Se 1,625 26-06-2017		300.000	99,53		298.599	1,01 303.272
Unicredit Bank Ag 1,5 14-01-2013		74.000	100,04		74.032	1,01 75.090
Unicredit Bank Ag 6 05-02-2014		300.000	99,84		299.514	1,09 328.212
Unicredit Bank Ag Tx Var 05-05-2014		1.250.000	98,54		1.231.737	1,01 1.265.711
Unicredit Bk Austria Ag 5,75 22-02-2013		1.150.000	100,21		1.152.454	1,05 1.208.179
Unicredit Spa (2) 6,95 31-10-2022		200.000	103,55		207.093	1,04 207.916
Unicredit Spa 3,375 11-01-2018		1.500.000	99,69		1.495.305	1,01 1.510.619
Unicredit Spa 4,375 11-09-2015		1.500.000	103,90		1.558.490	1,07 1.598.590
Unicredit Spa 4,875 07-03-2017		1.150.000	98,21		1.129.460	1,11 1.276.149
Unione Di Banche Italian 3,75 30-10-2015		500.000	101,39		506.936	1,02 512.035
Unitymedia Hessen / Nrw 5,5 15-09-2022		100.000	101,75		101.750	1,03 103.293
Universidad De Valencia 5,55 15-12-2013		60.101	91,96		55.269	0,92 55.427
Veolia Environnement 5,25 24-04-2014		10.000	106,17		10.617	1,09 10.943
Volvo Treasury Ab 2,375 26-11-2019		100.000	100,05		100.047	1,00 99.823
Wendel Sa 5,875 17-09-2019		100.000	107,48		107.475	1,09 109.265
Xstrata Finance Dubai Lt 1,5 19-05-2016		500.000	99,69		498.435	1,00 499.587
Xstrata Finance Dubai Lt 2,375 19-11-2018		1.100.000	99,64		1.095.987	1,00 1.104.270
Nbc Bank Nv 4,5 11-11-2013		500.000	100,09		500.428	1,00 501.632
Linde Finance Bv 1,75 11-06-2019		100.000	99,71		99.714	1,03 103.374
Sub-Total		108.952.029			109.224.578	113.228.689
Sub-Total		138.114.424			139.359.256	143.887.400
Total	12.702.950	139.073.424			222.210.939	226.647.161
2.3. Derivados de Negociação						
Eurovida Digitals On Commodities 15-09-2014		6.000.000		0,01	600	0,00 600
Total		6.000.000			600	600
3. Total	39.351.252	558.412.266			687.908.822	705.931.406

*Indica o valor dos juros decorridos

Anexo 2 – Desenvolvimento da Provisão para Sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (correções)

Unidade: Euros

Ramos/ Grupos de Ramos	Provisão para sinistros em 31/12/N-1 (1)	Custos com Sinistros * Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/N (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida	5.143.206	2.044.246	1.612.215	(1.486.746)
Não Vida	1.153.898	745.072	221.492	(187.334)
Acidentes e Doença	213.466	146.052	22.268	(45.145)
Incêndio e Outros Danos	637.095	326.833	172.435	(137.827)
Automóvel	299.766	268.222	26.789	(4.755)
Responsabilidade Civil	207.893	196.795	17.977	6.878
Outras coberturas	91.873	71.427	8.813	(11.633)
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	3.571	3.965	-	393
Crédito e Caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	6.297.105	2.789.318	1.833.707	(1.674.080)

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

Anexo 3 – Discriminação dos custos com sinistros

Unidade: Euros

Ramos/ Grupos de Ramos	Montantes Pagos - - Prestações (1)	Montantes Pagos - - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (1)+(2)+(3)
Seguro Direto				
Acidentes e Doença	252.228	11.625	14.394	278.247
Incêndio e Outros Danos	637.832	105.837	140.949	884.619
Automóvel	841.884	20.033	242.077	1.103.993
Responsabilidade Civil	519.557	20.033	171.953	711.543
Outras coberturas	322.326	-	70.124	392.450
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	17.600	916	7.705	26.221
Crédito e Caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	1.749.544	138.411	405.125	2.293.080
Resseguro Aceite				
	-	-	-	-
Total Geral	1.749.544	138.411	405.125	2.293.080

* Sem dedução da parte dos resseguradores

Anexo 4 – Discriminação de alguns valores por Ramos

Unidade: Euros

Ramos/ Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos	Prémios Brutos Adquiridos	Custos com Sinistros Brutos *	Custos e Gastos de Exploração Brutos *	Saldo de Resseguro
Seguro Direto					
Acidentes e Doença	1.319.528	1.653.637	278.247	401.300	(525.185)
Incêndio e Outros Danos	2.602.737	2.553.459	884.619	440.383	(777.456)
Automóvel	1.423.478	1.178.666	1.103.993	206.597	(80.924)
Responsabilidade Civil	825.619	653.674	711.543	120.137	(47.694)
Outras coberturas	597.858	524.992	392.450	86.460	(33.230)
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	109.050	102.053	26.221	28.938	(22.350)
Crédito e Caução	-	-	-	-	-
Proteção jurídica	6.265	4.906	-	599	(4.585)
Assistência	123.300	97.050	-	11.673	(92.138)
Diversos	-	-	-	-	-
Total	5.584.358	5.589.771	2.293.080	1.089.489	(1.502.638)
Resseguro Aceite					
	-	-	-	-	-
Total Geral	5.584.358	5.589.771	2.293.080	1.089.489	(1.502.638)

* Sem dedução da parte dos resseguradores

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS
E RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL
2012



Certificação Legal das Contas Consolidadas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, SA, as quais compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2012 (que evidencia um total de 756.810.863 euros e um total de capital próprio de 62.028.600 euros, o qual inclui interesses minoritários de valor nulo e um resultado líquido de 10.086.839 euros), a conta de ganhos e perdas consolidada, a demonstração consolidada de rendimento integral, a demonstração consolidada de alterações do capital próprio, a demonstração consolidada de fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do relatório consolidado de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu (i) a verificação das demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas, (ii) a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial, (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade e (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.com/pt
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inserita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

01

Certificação Legal de Contas

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, SA em 31 de dezembro de 2012, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação financeira constante do relatório consolidado de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

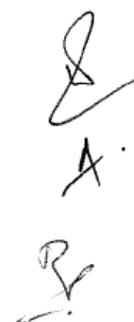
21 de março de 2013

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Carlos Manuel Sim Sim Maia, R.O.C.

**RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL DA
EUROVIDA – Companhia de Seguros de Vida, SA
(Contas Consolidadas)**



Exmos. Senhores Accionistas da
EUROVIDA – Companhia de Seguros de Vida, SA,

Nos termos da lei e do contrato de sociedade, cumpre-nos submeter à apreciação de V. Exas. o nosso Relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal, bem como o nosso Parecer sobre o Relatório Consolidado de Gestão, e as Demonstrações Financeiras Consolidadas que o Conselho de Administração da **EUROVIDA – Companhia de Seguros de Vida, SA,** apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 e, ainda, a nossa apreciação sobre a respectiva certificação legal das contas consolidadas emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas da Companhia.

No âmbito das nossas atribuições, acompanhámos com regularidade ao longo do exercício de 2012 a actividade da Companhia e das suas subsidiárias, bem como a respectiva gestão consolidada, tanto através da análise dos documentos de informação de gestão e contabilística consolidada que nos foram disponibilizados, como dos esclarecimentos complementares que solicitámos à Administração e aos Serviços, de quem obtivemos sempre toda a colaboração solicitada, e ainda das acções de verificação e comprovação que considerámos necessárias para o cumprimento das nossas obrigações de fiscalização.

No âmbito da nossa actuação durante o exercício de 2012 acompanhámos, ainda, com particular interesse e detalhe os desenvolvimentos em curso na Companhia, nas áreas da gestão do risco e do sistema de controle interno.

Após o final do exercício de 2012, procedemos à apreciação do Relatório Consolidado de Gestão e das Contas Consolidadas do exercício, que o Conselho de Administração oportunamente preparou e nos apresentou, tendo constatado que o Relatório Consolidado de Gestão obedece às disposições legais e estatutárias e refere os aspectos mais relevantes que caracterizaram a actividade da Companhia e das suas Subsidiárias durante o exercício.

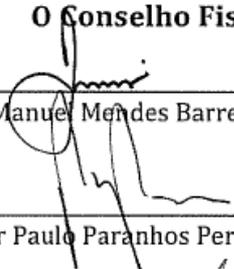
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal analisou também a Certificação Legal das Contas Consolidadas emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, sem reservas, e com a qual concordamos.

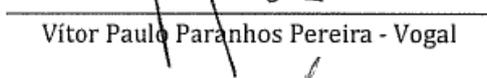
Como resultado das acções de fiscalização exercidas, acima resumidas, e das respectivas conclusões, somos de Parecer que a Assembleia Geral da **EUROVIDA – Companhia de Seguros de Vida, SA.**, aprove o Relatório Consolidado de Gestão e os restantes documentos de prestação de contas consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, apresentados pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 21 de Março 2013

O Conselho Fiscal



António Manuel Mendes Barreira - Presidente



Vítor Paulo Paranhos Pereira - Vogal



Pedro Miguel Marques Rebelo Pinto - Vogal



Rua Ramalho Ortigão, n.º 51 – 1099-090 Lisboa - Portugal
Tel. +351 217 924 700 Fax +351 217 924 701
e-mail: seguros@eurovida.pt
site: www.eurovida.pt